

REVISTA CIENTÍFICA

# AMBIENTE ACADÊMICO

Volume 2, número 1, janeiro a junho de 2016 - Impressa: ISSN 2447-7273 / Online: ISSN 2526-0286

**MULTIVIX**

CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM

**ISSN 2447-7273**

**REVISTA CIENTÍFICA AMBIENTE ACADÊMICO**

**Volume 2, número 1**

**Cachoeiro de Itapemirim**

**2016**

**EXPEDIENTE**

**Publicação Semestral**

**ISSN 2447-7273**

**Temática Multidisciplinar**

**Revisão Português**

**Andressa Borsoi Ignez**

**Capa**

**Marketing Instituto de Ensino Superior do Espírito Santo – Faculdade Multivix – Cachoeiro de Itapemirim**

*Os artigos publicados nesta revista são de inteira responsabilidade de seus autores e não refletem, necessariamente, os pensamentos dos editores.*

**Correspondências**

**Coordenação de Pesquisa e Extensão Faculdade Multivix-Cachoeiro de Itapemirim**

Rua Moreira, 23, Bairro Independência, Cachoeiro de Itapemirim/ES | 29309-180

E-mail: ambienteacademico@multivix.edu.br

**FACULDADE MULTIVIX-CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM**

**DIRETOR EXECUTIVO**

Tadeu Antônio de Oliveira Penina

**DIRETORA ACADÊMICA**

Eliene Maria Gava Ferrão Penina

**DIRETOR ADMINISTRATIVO**

Alcione Cabaline Gotardo

**COORDENADORA ACADÊMICA**

Krisley Ferrareze Conceição

**BIBLIOTECÁRIA**

Alexandra Barbosa Oliveira

**PRESIDENTE DA COMISSÃO EDITORIAL**

Eliene Maria Gava Ferrão Penina

**COMISSÃO EDITORIAL**

Adriano Salvador

Andressa Borsoi Ignêz

Antonio Hernández Fernandez

Darlene Teixeira Castro

Diogo Vivacqua de Lima

Ednéa Zandonadi Brambila Carletti

Eliene Maria Gava Ferrão Penina

Geórgia Regina Rodrigues Gomes

Krisley Ferrareze Conceição

Livia Aparecida Ferreira Lenzi

Marcos Aurélio Lima Balbino

Ambiente Acadêmico / Instituto de Ensino Superior do Espírito Santo - Faculdade do Espírito Santo – v. 2. n. 1, 2016 – Cachoeiro do Itapemirim: MULTIVIX, 2016.

Semestral  
ISSN 2447-7273

1. Generalidades: Periódicos. I. Faculdade Multivix Cachoeiro de Itapemirim – MULTIVIX.

CDD. 000

## APRESENTAÇÃO

Quais as principais qualidades de um professor do Ensino Superior? Talvez pareça uma pergunta óbvia, com uma resposta muito simples e já cristalizada ao longo do tempo. Com pequenas variações, a literatura especializada preconiza que um bom professor deve dominar os conteúdos curriculares, ter o conhecimento da didática, selecionar recursos de aprendizagem condizentes com os objetivos traçados e elaborar instrumentos avaliativos que reflitam verdadeiramente a realidade do processo de ensino e aprendizagem.

De fato, é impossível imaginar um professor que não apresente tais características. Contudo, a elas deve-se ser acrescida a capacidade de transformar suas experiências acadêmicas em textos que revelam, além da qualidade de seu ensino, o seu compromisso ético com a construção da sociedade e no desenvolvimento da cultura e do conhecimento.

Por isso, a publicação de artigos científicos é, indubitavelmente, um dos aspectos mais relevantes de uma carreira acadêmica. É por meio delas que a sociedade tem acesso aos diferentes temas e enfoques, ampliando o saber e aguçando o espírito investigativo.

A Faculdade Multivix Cachoeiro de Itapemirim, em sua preocupação constante com a qualidade do ensino, publica a terceira edição de sua Revista Científica Ambiente Acadêmico com trabalhos produzidos por professores e alunos. Esses textos que corporificam o pensamento, refletem a dedicação e o esforço contínuo na construção de uma educação mais democrática.

Boa Leitura.

Comissão Editorial

## SUMÁRIO

### **MARKETING DIGITAL: A UTILIZAÇÃO DAS MÍDIAS SOCIAIS COMO CANAL DE COMUNICAÇÃO IMPULSIONANDO A COMPRA DO CONSUMIDOR.....6**

Daiana Sopeletto Pizeta

Weverton Reis Severiano

Aline Juriatto Fagundes

### **PSICOLOGIA E CRAS: REFLEXÕES E IMPLICAÇÕES DA PSICOLOGIA ENQUANTO CIÊNCIA E PROFISSÃO.....27**

Klindia Ramos Barcelos

Fabiana Davel Canal

### **PRINCIPAIS DIFICULDADES ENCONTRADAS POR EMPRESAS DE DESENVOLVIMENTO PARA IMPLANTAR PROJETOS DE SISTEMAS.....41**

André Rubim Mattos

Carlos Alexandre Araújo

Kédyma Marques

### **ANÁLISE DO COMPORTAMENTO SEXUAL DAS MULHERES MORADORAS DO DISTRITO DO CAXIXE EM VENDA NOVA DO IMIGRANTE-ES E POSSÍVEIS COFATORES RELACIONADOS AO HPV.....58**

Paola Possebon de Souza Pagio

Rachel Bicalho de Lima

### **AS ONDAS RENOVATÓRIAS DO ITALIANO MAURO CAPPELLETTI COMO CONJUNTO PROPOSTO A EFETIVAR O ACESSO À JUSTIÇA DENTRO DO SISTEMA JURÍDICO BRASILEIRO.....74**

Gabriela Angelo Neves

Samira R. da Silva

Tauã Lima Verdán Rangel

**PROCESSAMENTO DO SINAL SÍSMICO WAVELET NA PROSPECÇÃO DE  
HIDROCARBONETOS: UMA ABORDAGEM DE SUA APLICABILIDADE.....92**

João Paulo Pereira do Nascimento

Fernanda Souza Silva

**MORTE SILENCIADA: O SUICÍDIO E A REPRESENTAÇÃO SOCIAL.....109**

Andréa Lopes Peres

Breno Scherrer Nicoli

Bruno Ribeiro da Cunha Crespo

Carlos Alberto Santos Rodrigues

Eliane Silva Santos Rodrigues

Gleiciane Silva Soares Zoppé

Hyloran G. Cabral

# MARKETING DIGITAL: A UTILIZAÇÃO DAS MÍDIAS SOCIAIS COMO CANAL DE COMUNICAÇÃO IMPULSIONANDO A COMPRA DO CONSUMIDOR

**Daiana Sopeletto Pizeta**  
**Weverton Reis Severiano<sup>1</sup>**  
**Aline Juriatto Fagundes<sup>2</sup>**

## RESUMO

O estudo a seguir abordará o tema acerca do mundo digital contemporâneo. Desde o surgimento da internet até as modernas vendas realizadas através de smartphones conectados à internet. Suas influências e destaques, além dos novos perfis de consumidores, agora chamados de consumidores on-line. Outro ponto fundamental é o poder do marketing digital disponível às empresas para a busca de suas estratégias de planejamento e venda, podendo sempre, contar com a forte presença das mídias sociais, que por sua vez, são responsáveis por influenciar um bom pedaço do mercado consumidor.

**Palavras-chave:** Consumidor. Internet. Marketing Digital.

## ABSTRACT

The following paper will address the theme about the contemporary digital world. Since the internet's beginning till the modern sales made from smartphones connected to the internet. Your influences and highlights, as well the new consumer profiles, now named as online consumer. Another essential key is the power of the digital marketing available to the companies in search of their planning and sales strategies, always counting with the strong presence of social media, which by your turn, are responsible for influencing a good amount of the consumer market.

**Keywords:** Consumer. Internet. Digital Marketing.

## 1 INTRODUÇÃO

---

<sup>1</sup>Graduandos em Administração na Faculdade Multivix Cachoeiro de Itapemirim

<sup>2</sup>Mestranda em Educação Holística. Especialista em Gestão Pública Municipal. Graduada em Comunicação Social, Publicidade e Propaganda, Letras e Administração de Empresas.



O surgimento da internet através da revolução tecnológica no século XXI foi um grande marco histórico, a partir daí a comunicação mundial tornou-se muito fácil e rápida, trazendo com essa facilidade um novo ambiente extremamente propício para o mercado. Além disso, a internet proporcionou também o surgimento do Marketing Digital, que para Martha Gabriel (2010, p. 104) é “[...] o marketing que utiliza estratégias com algum componente digital no marketing mix – produto, preço, praça ou promoção.

É ainda uma ferramenta que as empresas utilizam para conquistar os consumidores e gerar vantagens sobre outras empresas saindo na frente no momento da escolha do cliente. O marketing digital está se adaptando para as novas tecnologias e a cada dia se expande, conquistando novos consumidores de diferentes faixas etárias e de diversos lugares do mundo.

O marketing digital consiste em aplicar as estratégias de marketing às plataformas digitais como, redes sociais, sites e aplicativos. Por esse motivo cabe às empresas apresentarem melhores propostas para conquistá-los no meio digital e aumentar assim suas vendas através da poderosa ferramenta chamada comércio eletrônico, que pode ser definida como qualquer tipo de negócio ou transação comercial que implique a transferência de informação através da Internet (ASCENSÃO, acesso em 27 de out. 2015).

No mundo digital contemporâneo, é tão comum a utilização de sites e dispositivos eletrônicos, que o comércio eletrônico já se destaca pelo grande volume de variedades disponíveis 24 horas por dia. Alguns sites de compra e venda já se encontram operantes por cerca de duas décadas, mostrando como é grande a tendência à utilização das tecnologias conectadas à internet. Assessorando todo esse acervo digital, estão presentes as mídias sociais, que contribuem tanto para as empresas (vendas) quanto para os usuários (compras), proporcionando uma satisfatória amplitude de pesquisas. Além disso, apresenta-se com uma característica contemporânea, que é a criação de laços de proximidade através das redes sociais, transformando o típico mercado digital para uma relação bilateral, possibilitando o diálogo entre vendedor e comprador, mesmo através dos canais eletrônicos e automatizados, quebrando, portanto, a sensação de ausência da negociação.

Devido ao supracitado avanço, novos comportamentos e tendências surgiram, transformando de modo nunca visto antes a relação da oferta/demanda. Juntamente com as novas tendências, apareceram os novos perfis de consumidores, que outrora conservadores e manuais agora realizam as pesquisas de maneira informatizada e utilizam das opiniões das mídias sociais com grande frequência. Portanto, o objetivo geral deste artigo é demonstrar a importância do marketing digital como influenciador nas opções de escolha e momento da compra do produto, além de poderoso canal de divulgação de lojas e marcas. Para tanto, será apresentado, no estudo de caso, diversas informações e tendências do mercado digital atual.

## **2 MARKETING DIGITAL**

O marketing como qualquer outra estratégia precisa levar em consideração as mudanças tecnológicas que estão aparecendo, as novas ferramentas e plataformas. O marketing digital é o marketing que utiliza das facilidades dos componentes do meio digital para melhorar suas ações e estratégias. Para Torres (2009, p. 45) o conceito de marketing digital é:

[...] o conjunto de estratégias de marketing e publicidade, aplicadas à Internet e ao novo comportamento do consumidor quando está navegando. Não se trata de uma ou outra ação, mas de um conjunto coerente e eficaz de ações que criam um contato permanente de sua empresa com seus clientes. O marketing digital faz com que seus clientes conheçam seu negócio, confiem nele, e tomem a decisão de comprar a seu favor.

A internet chegou para modificar os modos de relacionamentos das empresas com os clientes, o alto índice de acessos a ela faz com que as empresas busquem novas formas de conquistar seu público-alvo, porém cabe às empresas usar tais vantagens a seu favor, modificando suas estratégias para habituar-se a utilização da mesma. Se uma empresa não investe no marketing digital ela está abrindo mão de uma plataforma importante para o relacionamento com seus consumidores (INTERNET INNOVATION, 2012).

O foco do marketing digital é desenvolver estratégia de mercado através da internet, onde empresas buscam melhores formas de interação e de se relacionar com seus

consumidores, o que proporciona uma troca de informações personalizada e eficaz. Web Marketing ou Marketing Digital, corresponde a toda concentração de esforços no sentido de adaptar e desenvolver estratégias de marketing no ambiente web (OLIVEIRA, 2000).

Com a evolução da tecnologia da informação e da comunicação, especialmente a internet, o marketing evoluiu para o chamado marketing eletrônico, e - marketing ou marketing digital, conceito que expressa o conjunto de ações de marketing intermediadas por canais eletrônicos como a internet, em que o cliente controla a quantidade e o tipo de informação recebida (LIMEIRA, 2003. p.9).

A tecnologia da informação proporcionou uma nova visão para a economia, permitindo que quem a utilize obtenha mais lucro, através da redução de despesas (não é necessário gastar com, por exemplo, impostos de uma loja física), além de trazer aos consumidores novos meios para adquirir produtos. A internet trouxe novos concorrentes ao mercado, possibilitando à loja a acessibilidade de ser somente virtual, como a já existente Submarino, e mesmo assim disputar mercado com grandes lojas que possuem ambientes de compra físicos e digitais. O marketing digital proporcionou a transformação da internet em uma ampla rede de consumo, que são qualificados em consumo competitivo, amplo e produtivo.

## **2.1. Ambiente Online**

Obviamente a Internet é tão grande e muda tão rápido que seria impossível descrever aqui todos os espaços existentes na rede, muito menos tentar qualificá-los de forma completa. Entretanto, existem cinco grandes grupos, que interagem constantemente, e que podem ser descritos de forma a dar uma ideia geral do ambiente em que o usuário de encontra quando está on-line. Esses ambientes são as ferramentas de busca, os sites e portais, as redes sociais e blogs, as ferramentas de comunicação e os mundos virtuais, todas estas serão descritas logo abaixo, conforme Torres (2009).

- a) Plataformas de busca: é uma importante forma de navegação no mundo digital atualmente, pois é por meio delas que os usuários alcançam seus objetivos no meio virtual e no mundo real. Sem contar que as ferramentas representam a porta de entrada de mais de 80% da navegação na Internet.

- b) Portais, sites e hotspots: as empresas criam portais com todo tipo de informações que deseja mostrar para os consumidores, a ideia do portal é prender seus clientes. Com a evolução na utilização dos cartões de créditos as empresas criaram as lojas virtuais, onde o consumidor pode obter todas as informações sobre o produto e comprá-lo. Já os hotspots surgiram para objetivos específicos e ficam no ar por pouco tempo, são feitos para divulgar alguma campanha ou promoção.
- c) Redes sociais, fóruns e blogs: os fóruns são locais onde as pessoas podem trocar ideias, discutir assuntos em comuns. Já os blogs são um local onde uma pessoa expõe seus pensamentos, escrevem artigos e disponibilizam para que outras pessoas possam ler e comentar o que acharam. As redes sociais têm como finalidade reunir as pessoas, onde elas divulgam seus dados pessoais, fotos, assim criando laços com os outros membros.
- d) Ferramentas de comunicação: no início o grande responsável pela comunicação foi o e-mail, e ainda é bastante utilizado, mas o público jovem o considera ultrapassado, pois prefere à ferramenta da comunicação instantânea, um dos mais famosos foi o MSN – hoje não existe mais, foi substituído –, atualmente uma grande ferramenta de comunicação é o Skype que permite a possibilidade de mensagens em textos, ligações em áudio e vídeo.
- e) Mundos virtuais e jogos on-line: trata-se de uma parte importante da realidade atual, pois inclui comunidades, troca de mensagens/informações, além de toda a interação entre os usuários.

Todas essas ferramentas são muito importantes nos dias atuais e a tendência é que se tornem ainda mais importantes a cada ano.

## **2.2 Plataformas**

O meio digital fornece inúmeras plataformas que podem favorecer a criação das

estratégias. Essas plataformas devem ser associadas às estratégias da empresa para que alcance seus objetivos. Além de que se elas forem associadas aos meios tradicionais irão oferecer inúmeros meios de explorações on-line. Segue algumas plataformas descritas logo abaixo:

### **2.2.1 Páginas Digitais**

Segundo Martha Gabriel (2010) há vários tipos de páginas digitais, são elas:

- a) Sites
- b) Minis sites
- c) Hotsite
- d) Portal
- e) Blog
- f) Perfil em redes sociais
- g) Landing page

Com todos os avanços tecnológicos existentes ultimamente, é normal às empresas criarem páginas digitais para divulgar seus produtos e/ou serviços, como uma forma diferente de alcançar mais consumidores. Além da divulgação as páginas servem também como canal de vendas e promoções para a instituição.

Para publicar nessas páginas existem ferramentas que possibilitam gerenciar os conteúdos publicados. No caso dos sites, minis sites e blogs, por manter uma estrutura/organização de informações e visual se diferenciando pela forma como são expostos seus conteúdos aos usuários, podem ser modificados por ferramentas simples como, por exemplo, o WordPress, que é uma ótima ferramenta para controle dos conteúdos.

### **2.2.2. Redes Sociais**

As redes sociais não são tão novas quanto nós imaginamos. Elas existem há muitos anos, quando as pessoas com assuntos em comum se reuniam para discutir opiniões. Os avanços tecnológicos permitiram que essa comunicação se tornasse mais ativa no cotidiano do ser humano e que cada vez mais possibilita o nosso poder de interagir.

Algumas tecnologias contribuíram para esse crescimento, criando o ambiente on-line que existe hoje, são elas: BBS (*Bulletin Board System*), além de comunidades on-line, e-mail, chats, *instant messenges*, Web 2.0 e redes sociais. A Web 2.0 permitia uma grande transmissão de banda larga com hardware barato, que possibilitava o usuário manter e compartilhar conteúdos nas redes sociais. O *Friendster* foi a primeira rede social que se tornou popular, o que se pode avaliar um grande avanço na área (GABRIEL, 2010.). Sobre o conceito de redes sociais Natanael (2011), diz que redes sociais são: “[...] estruturas sociais compostas por pessoas ou organizações. Que estão conectadas por um ou vários tipos de relações. Pessoas que fazem parte da mesma rede social compartilham valores e interesses em comuns”.

Muitas pessoas confundem redes sociais com mídias sociais. Deve-se saber que redes sociais são os relacionamentos das pessoas conectadas e, mídias sociais são os conteúdos que as pessoas compartilham nas redes sociais, como imagens e textos. As mídias e a rede estão ligadas, mas não significam a mesma coisa. Levando isso em consideração podemos observar que o Facebook e Twitter são plataformas de redes e mídias digitais, pois os usuários utilizam o que eles fornecem para compartilhar as informações e muito dos conteúdos que são divulgados permanecem armazenados no site (GABRIEL, 2010).

As redes sociais crescem de uma forma muito rápida, são criadas constantemente o que contribui ainda mais para o avanço do marketing na era digital. No Brasil não é diferente, existem várias redes sociais popularmente conhecidas, segundo uma pesquisa realizada, chamada de “*Comportamento em Mídias Sociais no Brasil*”, da e.Life, em 2009, o Orkut era a rede social mais utilizada e o Facebook, o Twitter e o LinkedIn, estavam em crescimento (GABRIEL, 2010).

### **2.2.3. Plataformas de Busca**

Com o crescimento e utilização da internet, a melhor forma de poder filtrar as informações são as plataformas de buscas. Essas buscas feitas no ambiente digital são realizadas através do *search engines* (mecanismos de busca), segundo Martha Gabriel (2010, p. 210):

[...] Uma *search engines* é um sistema de recuperação de informações que tem a finalidade específica de auxiliar na busca de informações armazenadas em ambientes computacionais, ou seja, buscadores são sistemas designados para buscar informação desejada e, portanto, quanto mais adequado for o resultado apresentado pelo buscador e quanto mais rapidamente ele trouxer esse resultado, mais útil se tornará para quem faz a busca.

O primeiro mecanismo de busca lançado foi o Yahoo em 1994, tiveram outros que apareceram e sumiram, mas em 1998 surgiu o Google que é o maior conhecido na atualidade, como essas plataformas cresceram no mercado nos últimos anos foram aparecendo mais como o Bing e o Wolfram Alfa. O sucesso dos buscadores é enorme, as pessoas os utilizam para tudo o que se imaginar, para escolher cursos, lojas, comprar carros, escolher hotéis, viagens. Além disso, os buscadores também são utilizados para fazer pesquisas sobre si próprias, conforme a pesquisa *Searching for Ourselves* em 2009, aonde diz que 57% dos usuários adultos da internet utilizam os buscadores para monitorar seus rastros digitais.

Com o crescimento do uso dos *smartphones*, os buscadores estão sendo mais utilizados, pois eles trazem maior facilidade no acesso às buscas, além de poderem ser acessadas em qualquer lugar. Existe uma infinidade de jeitos de se buscar na web, seja ela por frases, palavras isoladas, imagens, cor, músicas, esse conteúdo todo pode ser acessado a qualquer momento. Segundo Martha Gabriel (2010), as buscas vêm se tornando um importante ponto no ambiente on-line, que está se confundindo com as redes sociais, por exemplo, o YouTube é o segundo maior buscador, perdendo apenas para o Google. E segundo a *Social Media Today* (2010), o Twitter é um dos buscadores que mais cresce no mundo.

Outra questão importante relacionada aos buscadores são as páginas de pesquisas visitadas um relatório da iProspect mostra que 90% dos usuários clicam na primeira página de resultados, e 68% abandonam a pesquisa depois da primeira página e que 90% não passam da terceira página de resultados da pesquisa. Esse costume que os usuários adquiriram de não passar da primeira página, tornou-se algo importante, pois não estar na primeira página do resultado da pesquisa pode definir o sucesso ou fracasso de um site.

[...] Podemos chamar esse fenômeno de “a ditadura dos Top 10” e, em razão dele, cada vez mais pessoas e empresas se esforçam para encontrar

técnicas de otimização de posicionamento nos mecanismos de buscas para aplicar em seus websites na tentativa de colocá-los e mantê-los no topo dos resultados de busca (GABRIEL, 2010, p.216).

Com isso fica claro perceber a importância que os buscadores podem ter com relação a seus usuários, o poder de influência que eles têm perante os resultados das pesquisas são cruciais para pessoas e empresas que querem ser vistas no ambiente on-line.

#### **2.2.4. E-mail Marketing**

Segundo Martha Gabriel (2010) o e-mail marketing começa a ser aplicado como ferramenta de segmento para relacionamento. Quando utilizado corretamente ele traz ótimos resultados aos investimentos. Um dos maiores riscos do e-mail marketing é o spam, ele contém programas maliciosos e é enviado em massa para os usuários. Segundo Torres, (2009, p.169) o spam:

[...] não deve ser usado pelas empresas, pois mesmo que você esqueça todas as questões éticas relacionadas a enviar algo não solicitado para seu consumidor, você não pode fugir da realidade de que a sua marca ou produto estará muito mal acompanhada e relacionada ao pior da Internet.

O spam é mal visto pelos consumidores, pois sempre estão ligados a golpes, além do que o e-mail utilizado para enviar o spam fica marcado então quando for enviar mensagens reais o cliente nem irá olhar, sem contar que com o envio do mesmo estará correndo o risco de ter o seu endereço bloqueado. Porém o e-mail marketing tem muitas vantagens, sendo sua maior vantagem de acordo com Torres (2009) é um custo extremamente baixo e, se utilizado da forma correta e com os devidos cuidados, terá um ótimo retorno sobre o investimento, mas para isso é necessário o envio de e-mails com qualidade e com características que possam garantir essas vantagens, são elas:

- a) Informativos: É uma estratégia de baixo custo e com contato direto com o cliente, o mantém atualizado sobre as principais informações da empresa, dos produtos.
- b) Promoções: Criar um e-mail com ofertas e vantagens para o cliente é uma ótima estratégia para bons resultados.
- c) Lançamentos: O e-mail marketing é uma ótima forma de divulgar um produto



em seu lançamento.

É importante para uma empresa que deseja investir em e-mail marketing, escolher uma ferramenta que melhor atenda às necessidades. O e-mail marketing representa um importante papel para as empresas, pois quando o compartilhamento de informações é em longo prazo ou tem a necessidade de conexão com o banco de dados o e-mail é a melhor escolha.

### **2.2.5. Marketing Viral**

Segundo Cláudio Torres (2009) o marketing viral é uma mensagem que age como um vírus se espalhando por toda Internet entre os consumidores. O termo foi criado pelo Tim Draper, estudante de *Havard Bussines School*. A principal ideia do viral é que a informação desejada passe para um usuário que gostando da mesma ele próprio irá espalhar para as outras e assim por diante.

O marketing viral deve ter uma estrutura clara, que seja fácil de ser compreendida, é necessário saber o que será transmitido, qual será o público que irá receber essa mensagem, porém o mais importante é saber o meio que essa mensagem será transmitida, pois para cada tipo de transporte existe uma melhor estratégia para a proliferação da propaganda.

A estrutura é composta de peças virais – que podem ser uma única peça ou um conjunto delas –, elas são o transporte da informação, seja vídeo, música, imagem, jogo ou qualquer outra coisa, geralmente elas são distribuídas nas redes sociais, um bom exemplo é o *YouTube*. Acertar na estratégia da peça viral é necessário saber exatamente o seu público-alvo para o que se deseja divulgar, a campanha de marketing viral só será um sucesso se a peça for feita corretamente e distribuída no local correto. O marketing viral tem algumas regras que podem auxiliar a proliferação da campanha, Ralph Wilson, especialista nesse tipo de marketing cita algumas em várias comunicações ao longo de sua carreira:

- a) Distribuir gratuitamente produtos e serviços;
- b) Oferecer um meio sem esforço de envio para os outros;

- c) Ser facilmente escalável do pequeno para o muito grande;
- d) Explorar motivações e comportamentos comuns;
- e) Utilizar redes de comunicação já existentes;
- f) Aproveitar recursos de terceiros.

Seguindo essas regras a divulgação de sua campanha será excelente e o retorno com certeza será vantajoso.

### **3 COMÉRCIO ELETRÔNICO**

Refere-se a negociações feitas somente em formato eletrônico, ou seja, comunicação entre sistemas que funcionem através da internet, com funções que auxiliam a empresa em seus negócios (SMITH; SPEAKER; THOMPSON, 2000). São transações online e de acordo com Teixeira Filho (2001, p. 27), o comércio eletrônico é [...] a realização de toda a cadeia de valor dos processos de negócio num ambiente eletrônico, por meio da aplicação de tecnologia da informação e de telecomunicações, para atingir os objetivos de negócio da empresa.

Comércio eletrônico é a realização de transações comerciais pela internet. Logo quando surgiu vendia coisas como CDs, livros, entre outros, mas com o avanço de todas as tecnologias, hoje, é possível encontrar de tudo para vender em sites, desde alimentos a roupas.

Existem várias modalidades do comércio eletrônico. Todavia, alguns que se destacam, como principais:

- a) B2C: comércio x consumidor, é o tipo mais utilizado, é a venda realizada pelas empresas para os consumidores.
- b) B2B: comércio x comércio, utilizado para transações comerciais entre empresas.
- c) C2C: consumidor x consumidor, uma plataforma em que os consumidores podem compartilhar seus produtos. Um bom exemplo dessa modalidade é o mercado livre.

### **3.2. Vantagens e Desvantagens do Comércio Eletrônico**

Segundo Almeida Junior (2007), o comércio eletrônico é detentor de diversas vantagens, sejam elas para empresa ou para os usuários, organizando-se da seguinte maneira:

- a) Comodidade na compra do produto e/ou serviço;
- b) Segurança e rapidez no pagamento;
- c) Acesso a qualquer momento através de dispositivos conectados à internet;
- d) Pesquisas de preços;
- e) Expansão da comercialização.

Porém, como todo negócio, o comércio eletrônico também tem suas desvantagens, em vários casos ele faz o papel de intermediário na venda dos produtos. Dessa forma, a função do vendedor foi prejudicada, além de outros agravantes, como:

- a) Vulnerabilidade nos dados pessoais na rede;
- b) Dificuldade em relação a tamanhos dos produtos (quando relacionado) a roupas e calçados;
- c) Eventuais atrasos ou defeitos por conta da entrega.

Entretanto, de acordo com o SEBRAE (2014), o comércio eletrônico deve passar uma segurança para o usuário, já que informam dados pessoais. Além disso, conquistar um cliente através “da tela do computador” não é uma tarefa tão fácil, principalmente quando a empresa é nova ou ainda não tem tradição no mercado.

## **4 MÍDIAS SOCIAIS E O MARKETING**

De acordo com Torres (2009, p.113) as mídias sociais são:

[...] sites na Internet que permitem a criação e o compartilhamento de informação e conteúdo pelas pessoas e para as pessoas, nas quais o consumidor é ao mesmo tempo produtor e consumidor da informação. Elas recebem esse nome porque são sociais, ou seja, são livres e abertas à colaboração e interação de todos, e porque são mídias, ou seja, meios de transmissão de informação e conteúdo.

Devido ao fato de as mídias serem sociais e abertas, elas carregam várias ferramentas de relacionamento permitindo que os usuários se conheçam, criem laços e compartilham desejos em comum. As mídias sociais têm um grande poder de formação de opinião do consumidor, atualmente as pessoas buscam na internet referência sobre o produto e/ou a marca, por esse motivo é essencial para a empresa ter um bom relacionamento público, garantindo assim, que sua reputação seja favorável e apresentável.

As mídias sociais são um ótimo fator para o marketing digital, pois ela tem dois grandes pontos, são eles: as redes sociais e o conteúdo colaborativo. As redes sociais criam um relacionamento mais pessoal e duradouro entre as empresas e seus consumidores, de forma que a informação é transmitida mais rapidamente e de uma maneira sutil. Já o conteúdo colaborativo tem um alvo muito maior do que o individual, um bom exemplo são os blogs, eles transmitem a mesma informação a um grande público. As mídias sociais por si só têm grande visibilidade, porém isso é amplificado com as ferramentas de busca, pois elas transmitem as informações de uma forma mais rápida, gerando assim um grande volume de conteúdos.

Ao criar uma estratégia de marketing digital voltada para as mídias sociais deve-se focar nas interações que sua propaganda terá com seus consumidores, pois é dessa forma que será definido seu relacionamento com eles. Ao contrário de muitas ações que o marketing digital fornece para sua empresa, o marketing nas mídias sociais é fundamental a serem feitos, como a presença da internet é muito forte com os consumidores, se a empresa não se envolver nas mídias ela é envolvida por opiniões de terceiros.

#### **4.1 Marketing de Relacionamento**

Segundo Torres (2009, p.117) o marketing de relacionamento consiste:

[...] em uma estratégia que visa construir ativamente relacionamentos duradouros entre a empresa e seus clientes, contribuindo para garantir resultados sustentáveis. O objetivo maior é manter o cliente por meio da confiança, credibilidade e sensação de segurança transmitida pela empresa.

Para a utilização do marketing de relacionamento, existem algumas aplicações que podem ser feitas são elas:

- a) Assumir a responsabilidade pelo relacionamento com o cliente;
- b) Conhecer profundamente o cliente;
- c) Perguntar o que fazer para facilitar e melhorar a vida de seus clientes;
- d) Transformar o cliente em sócio de um clube exclusivo proporcionando atividades e recursos aos quais só os clientes da empresa têm acesso.

O marketing de relacionamento proporciona algumas vantagens para a empresa segundo Cláudio Torres (2009), a primeira delas é a satisfação dos clientes em relação à qualidade dos produtos apresentados a eles. A segunda vantagem é poder ouvir mais abertamente o que seus clientes falam da empresa e dos produtos oferecidos, dessa forma a empresa desenvolve uma melhoria contínua para criar laços mais firmes com seus clientes, além disso, existem cinco ações que quando utilizadas nas mídias sociais criam uma visão bastante positiva da empresa no mercado, são elas:

- a) Assuma um compromisso com seu cliente e mostre isso;
- b) Conheça seu cliente;
- c) Entenda as necessidades dele;
- d) Ouça atentamente o cliente;
- e) Ofereça atividades e recursos exclusivos.

#### **4.2. Ferramentas do Marketing nas Redes Sociais**

Algumas ferramentas de mídias sociais segundo Cláudio Torres (2009):

- a) Blogs: Em si os blogs são mídias sociais, sua ideia principal é o compartilhamento de conteúdos, discussões em fóruns e comentários, isso é fundamental para uma boa estratégia de marketing.
- b) YouTube: Responsável pela elevação do marketing digital, pois a possibilidade da divulgação de vídeos é muito maior e bem mais interessante do que apenas textos.

- c) Facebook: É um dos maiores sites de relacionamento, foi a primeira mídia social a permitir que desenvolvedores criassem aplicativos para os usuários em sua plataforma, o que favoreceu bastante as empresas.
- d) MySpace: Foi um dos primeiros sites de relacionamentos criado, ele faz uma integração com o e-mail, fóruns, comunidades, perfis, músicas, aplicativos entre outros recursos o que permite uma grande comunicação entre os usuários.
- e) LinkedIn: Voltado para os negócios, ele possibilita que pessoas que já estudaram ou trabalharam juntas troquem ideias e espalhem o conhecimento.
- f) Twitter: A ideia principal do twitter é você postar tudo o que acontece com você no dia-a-dia para as outras pessoas em 140 caracteres, muitas empresas utilizam como forma de marketing pessoal para sua marca.

Essas ferramentas são poderosas para as empresas, através delas podem-se aumentar seus clientes, fazer uma maior divulgação de sua marca e seus produtos, entre outras características que elas apresentam.

## **5 O CONSUMIDOR ONLINE**

[...] O consumidor on-line no Brasil representa as classes A, B e C, e acessa pelo menos uma hora a Internet toda semana. Ele busca diversão, relacionamento e informação, usa as ferramentas de busca, participa de redes sociais e lê muito (TORRES, 2009, p. 29).

O perfil do consumidor on-line brasileiro se caracteriza por traços facilmente notáveis, conforme disposto na citação supracitada, possibilitando, portanto, que as propagandas e a publicidade através da mala-direta tenham bons índices de eficácia (superando os 49%, segundo estudo de caso a ser apresentado no próximo capítulo). Os consumidores contemporâneos têm apresentado novas características, como:

- a) Colaboração: Atualmente, os compradores on-line fazem muito mais que compras: eles compartilham dados e informações, tendo grande influência no poder de compra dos que têm acesso a essas informações.

- b) Experiência Global: Este mercado já se tornou internacional. Não há mais distinções entre distâncias, para os consumidores não importa se a loja está em Nova Iorque ou no Japão.

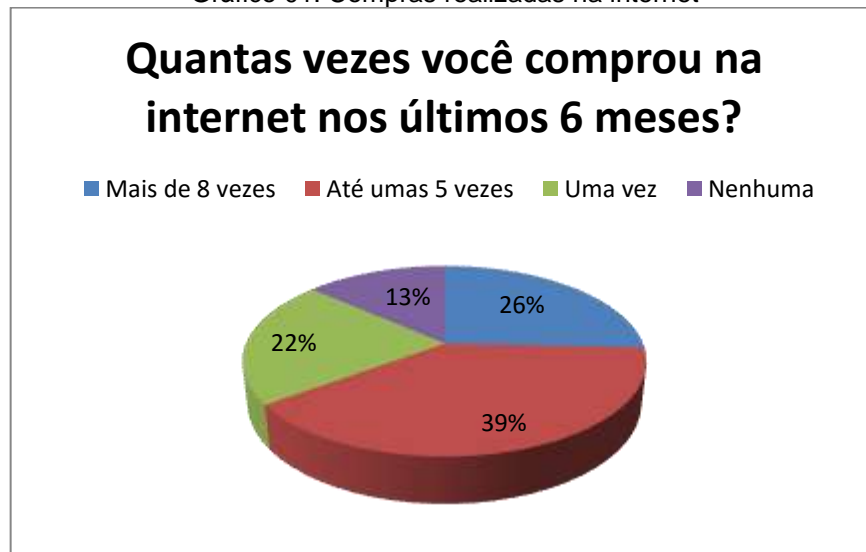
Em se tratando de comportamento perante as mídias sociais, verifica-se que a atual atitude dos consumidores é de criar critérios de seleção. Isto é, através de redes sociais e opiniões sobre o produto visado, cria-se um critério avaliador que será de grande peso decisório para a efetivação da compra. Ainda, conforme disposto no capítulo seguinte, 67% dos entrevistados realizam pesquisas em fontes sociais (Google, Facebook, entre outros) através de portais de reclamação, blogs e/ou amigos. Segundo Cláudio Torres (2009), os avanços das mídias sociais proporcionaram ao consumidor um leque mais eclético de opções. Pois através da compra on-line existe uma dinâmica maior entre as pesquisas, opções de pagamentos e maior disponibilidade de acesso, acabando com o problema do tempo e espaços necessários para uma compra ao vivo.

## **6 ESTUDO DE CASO**

O Estudo de Caso apresenta a pesquisa sobre Marketing Digital, que foi respondida por aproximadamente 75 pessoas, da cidade de Cachoeiro de Itapemirim. O objetivo da pesquisa foi verificar como o marketing digital e as mídias sociais influenciam nas compras dos consumidores. Para a pesquisa, foi aplicado o questionário contendo 5 (cinco) questões que estão em anexo. Os gráficos e números apresentados foram baseados nos resultados obtidos através da ferramenta Google Forms.

De acordo com Gráfico 01 nota-se que apenas 13%, ou seja, a minoria das pessoas entrevistadas nunca realizaram compras na internet, porém a grande maioria representada por 87% das pessoas compram com certa frequência. Com isso podemos ver que as pessoas estão cada vez mais presentes neste tipo de transações.

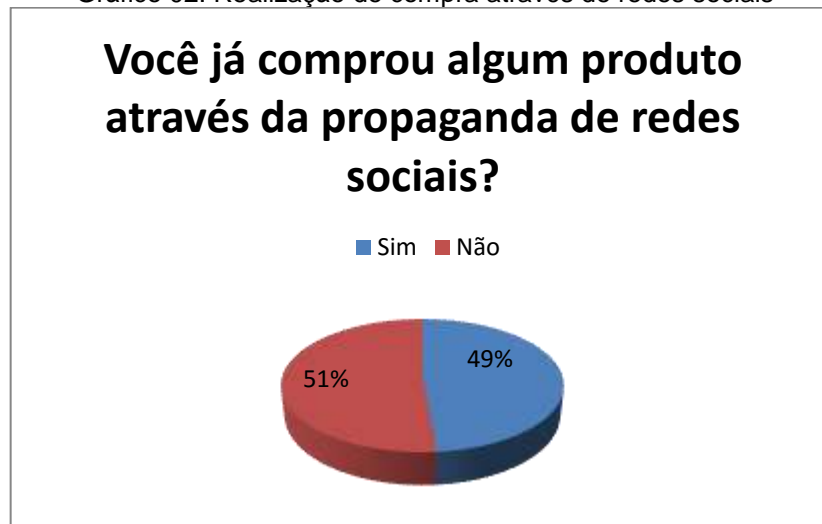
Gráfico 01: Compras realizadas na internet



Fonte: Pesquisa do autor

Outra pergunta muito importante, que realizamos com os entrevistados foi, se eles já realizaram uma compra através das propagandas das redes sociais. O resultado obtido pode ser visto no Gráfico 02 onde nos mostra que mais da metade das pessoas já compraram, isso indica que o marketing digital através dessa ferramenta é muito valioso.

Gráfico 02: Realização de compra através de redes sociais



Fonte: Pesquisa do autor

Podemos perceber de acordo com o Gráfico 03 que a quantidade de pessoas que compram através dos e-mails é menor dos que ainda nem olham os mesmos e preferem outras formas de propaganda, porém o número é grande se comparado à outra ferramenta de marketing digital.



Gráfico 03: Compras através de e-mails promocionais



Fonte: Pesquisa do autor

Já no Gráfico 04 temos uma pergunta muito interessante, pois, através do resultado obtido podemos perceber o quão importante é o marketing digital nas mídias sociais como influenciador de compra, pois apenas 27% não se sentem influenciados na escolha de um produto. Mas a % de pessoas que tem sua opinião influenciada em todas as compras ou vezes é bem maior, isso confirma que as empresas que utilizam tal estratégia têm grande vantagem de compra.

Gráfico 04: Escolha do produto através mídias sociais



Fonte: Pesquisa do autor

A última pergunta da pesquisa tinha o objetivo de saber se as pessoas pesquisam a reputação das empresas antes de realizar a compra, pois isso pode influenciar bastante. O resultado pode ser visto no Gráfico 05 que mostra que 67% dos entrevistados fazem sim uma pesquisa antes de realizar o pedido. A quantidade de

peças que compram sem a pesquisa é muito pequeno, e pode diminuir ainda mais, devido ao fato dos problemas que podem acontecer.

Gráfico 05: Pesquisa sobre a reputação da empresa



Fonte: Pesquisa do autor

A análise do conteúdo obtido através da pesquisa teve como propósito comprovar os argumentos levantados no decorrer do trabalho e apresentar a todos o resultado da pesquisa.

## 7 CONCLUSÃO

Neste trabalho foi feito um levantamento sobre o marketing digital, comércio eletrônico, mídias sociais e o consumidor online. Com essas informações, elaborou-se um plano de estudo para avaliar a influência que o marketing digital causa ao cliente na hora da compra. Através da coleta de dados, utilizando o método quantitativo com aplicação de questionário, foi possível observar o impacto do marketing digital nos consumidores, bem como a influência que ele causa.

Através da análise dos dados, pode-se confirmar que a maioria das pessoas fazem compras na internet, algumas com mais frequência, outras menos. Constatou-se ainda que metade das pessoas já fizeram compras ao ver o produto nas redes sociais e quase metade dos entrevistados já finalizaram compras também pela visualização dos produtos pelos e-mails promocionais. Pode-se ainda constatar que quase todos

os entrevistados se sentem influenciados pelo marketing digital e que praticamente 100% pesquisam a reputação da empresa antes de finalizar a compra.

A utilização de ferramentas digitais é imprescindível para analisar o comportamento do usuário online, para dessa forma gerar estratégias para atrair a atenção e a curiosidade de cada vez mais consumidores. Formas de apresentação de produto como e-mail marketing, marketing viral se mostraram eficazes, tornando-os cada vez mais utilizados nas mídias nessa era que está em constante adaptação e crescimento.

A internet se tornou um meio de comunicação mais eficaz que seus antecessores, pois por meio dela é mais fácil atrair clientes, de diversas idades e racionalidades, se tornou mais eficiente à forma de colher informações em geral, alavancar o crescimento de empresas, facilitou a forma como é feita a comercialização de produtos e serviços, tornando mais cômoda à vida dos usuários, dos consumidores, que preferem comprar um produto e receber na porta de sua casa. A briga entre as empresas migrou em parte para o mundo digital, onde quem obtiver a melhor estratégia, a melhor forma de atrair o cliente ganha, não só na internet, como também no comércio em ponto fixo.

## 8 REFERÊNCIAS

ALMEIDA JUNIOR, Edson Almeida. **Apostila Comércio Eletrônico**. 29 set. 2007. Disponível em: <<http://www.consulting.com.br/edsonalmeidajunior/admin/downloads/comercioeletronico.pdf>>. Acesso em: 27 de outubro de 2015.

ASCENSÃO, Carlos Pinto. O que é E-Commerce?. **Gestor de Conteúdos**. Disponível em: <<http://www.gestordeconteudos.com/tabid/3850/Default.aspx>>. Acesso em 27 de out. 2015).

GABRIEL, Martha. **Marketing na era digital**. São Paulo: Novatec, 2010.

INTERNET INNOVATION. Marketing digital: conceito e definição. 29 ago. 2012. Disponível em: <<https://www.internetinnovation.com.br/blog/marketing/marketing-digital-conceito-e-definicao/>>. Acesso em 10 out. 2015.

LIMEIRA, Tania Maria Vidigal. **E-Marketing: O marketing na internet com casos brasileiros**. São Paulo: Saraiva, 2003.

OLIVEIRA, Wagner Patrick Araujo de. **A influência da comunicação nas decisões das empresas em transição para internet**. Campina Grande, 2000. Trabalho de

conclusão de curso (Graduação em comunicação social) – Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande.

SEBRAE. **Comércio eletrônico.** Disponível em: <[http://www.sebraepr.com.br/StaticFile/PortalInternet/img/cartilha\\_com\\_eletronico.pdf](http://www.sebraepr.com.br/StaticFile/PortalInternet/img/cartilha_com_eletronico.pdf)> Acesso em 08 de maio de 2014.

SEBRAE. **Vantagens e Desvantagens do comércio eletrônico.** Disponível em: <<http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/Vantagens-e-desvantagens-do-comercio-eletronico>>. Acesso em: 27 de outubro de 2015.

SMITH, Rob. ; SPEAKER, Mark. ; THOMPSON, Mark. **O Mais Completo Guia Sobre E-Commerce** 1. ed. São Paulo: Futura, 2000.

TEIXEIRA FILHO, Jayme. **Comércio Eletrônico.** Rio de Janeiro: SENAC, 2001.

TORRES, Cláudio. **A bíblia do marketing digital:** tudo o que você queria saber sobre o marketing e publicidade na internet e não tinha a quem perguntar. São Paulo: Novatec Editora. 2009.

#### **Anexos**

Gostaríamos de contar com sua colaboração, no sentido de dedicar alguns minutos de seu tempo para o preenchimento do questionário abaixo, cujo título é: “Marketing Digital”. Essa pesquisa tem a finalidade de atender à solicitação de Artigo Científico composto por: Daiana Sopeletto Pizeta e Weverton Reis Severiano, alunos matriculados no 8º período de Sistemas de Informação, na Faculdade do Espírito Santo – MULTIVIX CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM.

#### **Marketing Digital**

1. Quantas vezes você comprou na internet nos últimos 6 meses?
  - Mais de 8 vezes
  - Até umas 5 vezes
  - Uma vez
  - Nenhuma
  
2. Você já comprou algum produto através da propaganda de redes sociais?
  - Sim
  - Não
  
3. Você já comprou através dos e-mails promocionais?
  - Sim
  - Não
  
4. As propagandas nas mídias sociais interferem na sua escolha pelo produto desejado?
  - Sim
  - Não
  - Às vezes
  
5. Antes de comprar o produto você pesquisa sobre a reputação da empresa na internet?
  - Sim
  - Não
  - Às vezes

## PSICOLOGIA E CRAS: REFLEXÕES E IMPLICAÇÕES DA PSICOLOGIA ENQUANTO CIÊNCIA E PROFISSÃO

Klindia Ramos Barcelos<sup>1</sup>

Fabiana Davel Canal <sup>2</sup>

### RESUMO

O objetivo deste artigo é o de trazer contribuições para o campo de debate que trata acerca da atuação do profissional de psicologia no Centro de Referência em Assistência Social (CRAS). Ele foi construído a partir de uma revisão bibliográfica realizada nas bases de dados do Scielo, Lilacs e PePSIC, em livros e cartilhas. Discutir sobre desse eixo temático é de mister importância, visto que o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) é recente e a prática dos psicólogos nesse espaço ainda está em construção.

**Palavras-Chave:** Centro de Referência em Assistência Social. SUAS. Psicólogo.

### ABSTRACT

This article aims to contribute to the debate regarding the Psychology professionals at the Center of Reference in Social Welfare. As methodology, a bibliographic review was carried out by using books, primers and the data provided by Scielo, Lilacs and PePSIC. Discussing this theme is substantially necessary, since the Unified System of Social Welfare was recently created, and the exercise of Psychologist in this environment is still in development.

**Keywords:** Center of Reference in Social Welfare. Unified System of Social Welfare. Psychologist.

## 1 INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como premissa descrever algumas reflexões que permeiam a atuação do psicólogo nas Políticas Públicas de Assistência Social. Assim, uma vez que este trabalho está inserido no contexto das Políticas Públicas de Assistência

---

<sup>1</sup>Graduanda em Psicologia pela Faculdade Multivix Cachoeiro de Itapemirim.

<sup>2</sup>Mestre em Psicologia Institucional (UFES). Graduada em Psicologia (UFES). Professora da Faculdade Multivix Castelo e Faculdade Multivix Cachoeiro de Itapemirim.

Social, torna-se indispensável abordar alguns marcos históricos no que se refere às legislações que fazem alusão a essa política.

De acordo com Couto (2008), citado por Oliveira (2012), dentre estes marcos encontra-se a promulgação da Constituição Federal de 1988, que marca a ruptura da prática do favor, da bondade e do clientelismo no campo da atuação do Estado para com o social, dando abertura para um novo tempo, de direitos garantidos constitucionalmente. E é com o advento desta constituição, que as políticas sociais são compreendidas como direito que deve ser assegurado pelo Estado.

Art. 6º. São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção a maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta constituição (BRASIL, 2011. Acesso em 18 de set. 2014).

O Art. 203 da Constituição Federal de 1988, demonstra claramente os objetivos do Sistema Único de Assistência Social, e a quem ela é dirigida.

**Art. 203.** A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos:  
I - a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;  
II - o amparo às crianças e adolescentes carentes;  
III - a promoção da integração ao mercado de trabalho;  
IV - a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária;  
V - a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei (MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESPÍRITO SANTO, 2011. Acesso em 18 de set. 2014).

Assim, o surgimento da constituição cidadã de 1988 pode ser considerado como um evento propulsor para o surgimento da Assistência Social. Entretanto, foi somente a partir da Lei 8.742, de 07 de dezembro de 1993, denominada como Lei Orgânica de Assistência Social, que a Política de Assistência Social torna-se regulamentada conforme o artigo citado abaixo.

Art. 1º A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas (BRASIL, 2011, acesso em 18 de Set. 2014).

Entretanto, mesmo tendo sido implantada essa lei, sabe-se que foi a partir das decisões tomadas na IV Conferência Nacional de Assistência Social, realizada em 2003, que mudanças ocorreram visando fazer cumprir o imposto na lei. Foi em decorrência destas deliberações e das diretrizes contidas na Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) que se aprovou a construção e implementação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) no Brasil (CFP, 2007; BRASIL, 2011, acesso em 18 de Set. 2014).

Posteriormente instituiu-se a Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2014), com o intuito de executar as ações previstas na Constituição cidadã e na LOAS, estabelecendo princípios, diretrizes e definições para conduzir a implementação deste novo sistema (PNAS,2005).

Esta política veio com objetivo de “[...] incorporar as demandas presentes na sociedade brasileira no que tange à responsabilidade política, objetivando tornar claras suas diretrizes na efetivação da assistência social como direito de cidadania e responsabilidade do Estado” (PNAS, 2005, p.13).

Deste modo, o SUAS visando garantir o previsto na lei, organiza as suas ações em dois níveis de complexidade, sendo os serviços de Proteção Social Básica e Especial. No eixo da Proteção Social Básica encontra-se o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), instituição que funciona como “porta de entrada” para o Sistema e que tem por objetivo:

Prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Destina-se a população que vive em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros) e ou fragilização de vínculos afetivos-relacionais e de pertencimento social (discriminações étnicas, de gênero, ou por deficiência, dentre outras) (PNAS, 2004, p. 33).

Com o intuito de viabilizar estas ações e alcançar os objetivos mencionados acima, um dos programas que o CRAS desenvolve é o Programa de Atenção Integral à Família (PAIF), que tem por objetivos:

Fortalecer a função protetiva da família, contribuindo na melhoria da sua qualidade de vida; Prevenir a ruptura dos vínculos familiares e comunitários,

possibilitando a superação de situações de fragilidade social vivenciadas; Promover aquisições sociais e materiais às famílias, potencializando o protagonismo e a autonomia das famílias e comunidades; Promover acessos a benefícios, programas de transferência de renda e serviços socioassistenciais, contribuindo para a inserção das famílias na rede de proteção social de assistência social; Promover acesso aos demais serviços setoriais, contribuindo para o usufruto de direitos; Apoiar famílias que possuem, dentre seus membros, indivíduos que necessitam de cuidados, por meio da promoção de espaços coletivos de escuta e troca de vivências familiares (BRASIL, 2014, p.11).

São usuários deste programa: famílias que se encontram em vulnerabilidade social, em função da pobreza, das condições precárias de serviços públicos ou que não tem nenhum acesso a estes serviços; famílias que se encontram com os vínculos familiares e/ou comunitários fragilizados; ou outras situações de vulnerabilidade e risco social existentes nos territórios de atuação do CRAS (BRASIL, 2014).

O eixo da Proteção Social Especial divide-se em dois outros níveis: média e a alta complexidade. As ações de média complexidade são direcionadas às famílias e sujeitos que se encontram em alguma condição de risco pessoal ou social, que tiveram os seus direitos pessoais e/ou sociais violados ou ameaçados. Nesse espaço encontramos o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), que atua com sujeitos que já sofreram algum tipo de violência.

Já a alta complexidade do SUAS trabalha com pessoas que possuem os vínculos familiares e comunitários rompidos e por isso estão acolhidas em Serviço de Acolhimento Institucional; Serviço de Acolhimento em República; Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora; Serviço de proteção em situações de calamidades públicas e de emergências, Instituições de Longa Permanência para Idosos, dentre outros (BRASIL, 2014).

Assim, este trabalho tem por objetivo viabilizar ao leitor um conhecimento mais abrangente acerca da prática do psicólogo no contexto do SUAS, mais especificamente no CRAS, que têm se mostrado como um campo fértil para atuação profissional. As demandas nesses espaços têm aumentado significativamente, requerendo uma maior inserção do profissional de psicologia, e os cursos de graduação nem sempre oferecem os subsídios necessários para que os psicólogos possam atuar nas Políticas Públicas de Assistência Social. Está posta a premência de



[...] preparar os futuros psicólogos para atividades que transcendam o setting terapêutico, para que sejam engendradas e desenvolvidas novas práticas em meio aberto que busque prepará-los para se adentrar na vida social e comunitária do cidadão (CRUZ, 2009, p.22).

Deste modo, tendo como ponto de partida o objetivo acima mencionado, para a construção deste trabalho realizou-se uma pesquisa bibliográfica com o intuito de buscar estudos que se relacionavam à temática em questão. Nesse percurso, foram realizadas pesquisas em diversas bases de dados, dentre elas: Scielo, Lilacs e PePSIC, além de livros e cartilhas.

## **2 A ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO NO CRAS**

No contexto em que este trabalho se insere é pertinente discorrer acerca da atuação do Psicólogo no CRAS, uma vez que, a inserção deste profissional neste âmbito ainda é muito recente, o que propicia alguns problemas e desafios para os profissionais (SENRA; GOZZO, 2012).

Dentre estes desafios encontra-se a questão do profissional muitas vezes não conseguir visualizar um novo campo a se inserir e demarcar outra prática, que não seja de cunho clínico e organizacional (WACHHOLZ; PANCERI, s/d, acesso em 20 de Set. 2014).

Segundo o CRF (2007) a atuação deste profissional no CRAS visa à prevenção e a promoção de vida dos indivíduos e suas famílias. Tal atuação deve ser direcionada à compreensão e à intervenção sobre os processos psicossociais, entendendo-os como processos que trazem consigo aspectos históricos, políticos, sociais, culturais e econômicos. Dentre as ações que o profissional de psicologia deve desenvolver encontra-se as ações de acolhida, entrevistas, orientações, referenciamento e contratransferência, visitas e entrevistas domiciliares, articulações institucionais dentro e fora do território de abrangência do CRAS. Este profissional têm o compromisso com a autonomia dos usuários, e as suas ações devem ter como objetivo primordial potencializar esta autonomia, rompendo com a visão assistencialista que ainda nos dias de hoje é predominante (CFP, 2007).

O psicólogo deve integrar as equipes de trabalho em igualdade de condições e com liberdade de ação, num papel de contribuição nesse processo de construção de uma nova ótica da promoção, que abandona o assistencialismo, as benesses, que não está centrada na caridade e nem favor, rompendo com o paradigma da tutela, das ações dispersas e pontuais (CFP, 2007, p.33).

O documento já mencionado acima intitulado como “Referências Técnicas para Atuação do (a) psicólogo (a) no CRAS/SUAS”, traz alguns princípios que devem direcionar a atuação do psicólogo no CRAS. Dentre eles é oportuno assinalar alguns desses princípios: atuar de acordo com as diretrizes e objetivos instituídos na PNAS; atuar de forma integrada à visão interdisciplinar; atuar para além dos *settings* convencionais (CFP, 2007).

No CRAS, o psicólogo não oferece “clínica”- não no sentido tradicional, “poltrona em frente à poltrona”. De fato, se é que esta existe nesse contexto, a clínica é um devir no sentido de transcorrer de um modo mais solto, menos dirigido, leve e de diversas maneiras. Assim, está entre uma escuta singular e uma escuta ampliada permeada, contextualizada, atravessada (SCISLESKI; FERNANDES, 2012, p.113).

Os autores Cruz (2009), Scisleski e Fernandes (2012) suscitam que os psicólogos anseiam por clinicar no campo da Assistência Social, em decorrência da formação acadêmica que tiveram, formação esta com ênfase predominante nos métodos de intervenções clínicas, e, por isso, estes profissionais manifestam dificuldades de pensar em novas formas de intervenção.

Entretanto, de acordo com a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (2014) e com o CRF (2007), no CRAS o psicólogo não pode fazer atendimento psicoterápico.

Já o autor Cruz (2009) vai dizer que não é proibido este tipo de intervenção, se utilizada com o objetivo de fortalecer os vínculos familiares, sendo pontual e emergencial. Este autor acrescenta também que é contrário à política o atendimento psicoterápico tornar-se uma rotina do psicólogo, ou a sua principal atividade nos Centros de Referência de Assistência Social. Os autores Mota e Goto (2009, p.523), elencam que o contexto atual demanda dos psicólogos um

[...] atendimento “além dos muros do consultório”, numa perspectiva de clínica-ampliada, promovida em ambientes e situações insólitas que fazem

com que obrigatoriamente o profissional crie e desenvolva novos modelos de atendimento que contemplem as necessidades do novo campo de trabalho (MOTA; GOTO, 2009, p.523).

Já os autores Andrade e Romagnolis (2010) em sua pesquisa, realizada em um CRAS de Minas Gerais, verificaram que os próprios usuários problematizam o fato do psicólogo não poder dar diagnósticos e fazer atendimento clínico e que os psicólogos também apresentaram dificuldades em atuar no campo público sem fazer uso do método tradicional (clínico).

Scisleski e Fernandes (2012) abordam em sua obra que neste campo de atuação tão complexo que é o CRAS, a prática do psicólogo é alterada no sentido de que de que ela deixa de ser “[...] uma simples escuta, repletas de interferências repentinas do inconsciente, em algo cada vez mais voltado para questões históricas, culturais, concretizadas em “você” ou no ambiente em que está entendendo” (SCISLESKI; FERNANDES, 2012, p. 117).

Sobre isso, Cruz (2009), também diz que para os psicólogos, a dificuldade é transformar a visão predominantemente clínica e construir uma visão social e comunitária do indivíduo, priorizando atuações em meio aberto que visam fortalecer a convivência social e os vínculos familiares.

Sendo assim, é imprescindível que os psicólogos venham ter uma visão mais ampla, inovadora, capazes de perceber fora dos consultórios, dos *setting* convencionais, que há uma amplitude de possibilidades que precisam ser vislumbradas. Neste contexto é fundamental que os profissionais venham inventar, criar novas formas de atuação visando atender as demandas da realidade apresentada a ele (CFP, 2007; CFP; CFESS, 2007; WACHHOLZ ;PANCERI, s/d).

Diante da demanda que os usuários trazem para o profissional de Psicologia no âmbito do CRAS, é dever do psicólogo realizar inicialmente um acolhimento, esse na perspectiva aqui discutida, não pode ser compreendido somente como um ato, mas sim como uma prática institucional que engloba todos os trabalhadores e gestores implicados nesta política (CARLSON; GOULART, 2012).

Neste sentido, a publicação de Orientações técnicas sobre o PAIF (2012), elucida que a acolhida geralmente é o contato inicial de um sujeito ou família com o PAIF, é o processo inicial em que o técnico deve ouvir as necessidades e demandas trazidas pelas famílias e conceder informações sobre as ações do Serviço, da rede sociassistencial, principalmente do CRAS e as demais políticas setoriais.

A acolhida é o momento em que se inicia o vínculo entre o Serviço e família. É aqui que o técnico vai tentar entender os diversos significados das demandas, vulnerabilidades e necessidades expressadas pelas famílias, visando sempre identificar seus recursos e potencialidades existentes. “[...] é no momento da acolhida que os profissionais averiguam a necessidade de iniciar um processo de acompanhamento familiar ou se o atendimento às famílias nas ações do PAIF já responde suas demandas” (BRASIL, 2012, p.18).

Carlson e Goulart (2012), afirmam que o acolhimento é uma ocasião propícia para que o usuário entenda o atendimento dentro de uma visão mais abrangente, de forma a efetivar e propagar uma nova cultura do SUAS, rompendo com a compreensão assistencialista e individualizada. Portanto, neste contexto não cabe ao profissional

[...] manter a premissa do assistencialismo, mas sim, pensar em novas maneiras de agir, de ressignificar a prática, de promover ao sujeito o rompimento do ciclo de pobreza, a independência dos benefícios oferecidos e a promoção da autonomia, na perspectiva da cidadania, tendo o indivíduo como integrante e participante ativo dessa construção (WACHHOLZ; PANCERI, s/d, Acesso em 16 de set. 2014).

Carlson e Goulart (2012) ainda acrescentam que este processo (acolhimento) deve propiciar informações e encaminhamentos adequados e deve estar interligado com as etapas subsequentes. É ainda no acolhimento que o psicólogo deve extrair informações sobre a vida familiar e comunitária das famílias e sobre o território que ele pertence. O acolhimento ainda implica em uma postura ética, sendo um espaço em que o profissional deve realizar uma apresentação do serviço.

O acompanhamento, assim flui a partir do vínculo inicial estabelecido; e os encaminhamentos implicam uma continuidade, ou seja, o usuário/sujeito é encaminhado, seja para atendimento em outras políticas públicas ou outro nível de proteção social do SUAS, mas segue vinculado e referenciado ao Cras (CARLSON; GOULART,2012, p.109).

Deste modo, Oliveira et al (2011) pontuam que o acompanhamento psicossocial é resultante do acolhimento que deve ocorrer de maneira eficiente, tendo em vista os seus objetivos.

O objetivo do CRAS de acordo com a política é desenvolver ações capazes de gerar a autonomia dos indivíduos, para romper com o assistencialismo e atuar numa perspectiva que possa propiciar a emancipação das famílias, em que estas ações devem estar direcionadas ao alívio imediato da pobreza (CFP, 2008). Assim, Oliveira e Paiva (2013) afirmam que, apesar de ter ocorrido grandes avanços com o advento das legislações, ainda nos deparamos com práticas de cunho assistencialista nos serviços de Assistência Social.

Já os autores Oliveira et al (2011), vão dizer que é importante pensar que as práticas de Assistência Social possuem resquícios de uma história de clientelismo, influenciando na forma como os serviços são organizados, sendo estes atualmente um dos aspectos que as Políticas de Assistência Social tentam alterar. Nestes espaços ainda são preponderantes ações conservadoras, como por exemplo, o clientelismo, o paternalismo e o assistencialismo já mencionado, mesmo diante das legislações, diretrizes e políticas vigentes (OLIVEIRA, 2012).

### **3 A IMPORTÂNCIA DO TRABALHO INTERDISCIPLINAR**

Na contemporaneidade muito se tem discutido acerca da interdisciplinaridade como uma prática imprescindível para os mais variados campos de intervenções.

[...] construir uma prática político-profissional que possa dialogar sobre pontos de vista diferentes, aceitar confrontos de diferentes abordagens, tomar decisões que decorram de posturas éticas e políticas pautadas nos princípios e valores estabelecidos nos Códigos de Ética Profissional. A interdisciplinaridade, que surge no processo coletivo de trabalho, demanda uma atitude ante a formação e conhecimento, que se evidencia no reconhecimento das competências, atribuições, habilidades, possibilidades e limites das disciplinas, dos sujeitos, do reconhecimento da necessidade de diálogo profissional e cooperação (CFP; CFESS, 2007, p.39).

Neste sentido, o trabalho interdisciplinar pode materializar-se por meio de reuniões e debates com o intuito de planejar ações e compartilhar atividades. Este modelo viabiliza práticas mais maleáveis e integradoras, no sentido de que engloba

conhecimentos de diferentes campos do saber, uma vez que ações individualizadas no campo da assistência social não conseguem dar conta das diversas nuances que se fazem presentes neste campo (CFP;CFESS, 2007; SCISLESKI; FERNANDES, 2012).

Os autores Scileski e Fernandes (2012), afirmam que a interdisciplinaridade possibilita a construção de um planejamento de caráter mais integral propicia que o os profissionais não tenham seu foco no sujeito apenas, mas sim uma compreensão mais ampla que abarque os aspectos sociais e familiares que perpassam os indivíduos e suas famílias.

Uma das publicações do Conselho Federal de Psicologia denominado como Referências Técnicas para atuação do (a) psicólogo no CRAS/SUAS (2007) também aborda sobre a prática interdisciplinar, afirmando que o compartilhamento de saberes entre diferentes áreas possibilita práticas mais colaborativas, ricas e flexíveis, e que a atuação do psicólogo deve estar interligada com ações de outros profissionais de distintas áreas. A interdisciplinaridade constitui-se como uma atuação de caráter político, um debate entre diferentes visões, a fim de elaborar leituras, interpretações e práticas mais adequadas, visando abordar questões relativas ao cotidiano, baseada na realidade do sujeito e seu território (CFP, 2007). As autoras Amador, Klafke e Aita (2013), também fomentam discussões acerca desta temática expondo que,

[...] o conhecimento de uma única disciplina não nos ser suficiente para fazer frente à complexidade dos desafios no campo das políticas públicas, em especial, da intersetorialidade, o que convoca práticas multi e interdisciplinares, é preciso que nos tornemos permeáveis à partilha problemática, isto é, à colocação em questão dos conhecimentos, à recusa de sua dominação por eles, dimensão esta capaz de produzir modos de existência ético-estético-políticos (AMADOR; KLAFKE; AITA, 2013, p.37).

Entretanto, sabemos que essa forma de atuação não é uma tarefa muito fácil, pois requer diálogo com outras áreas do saber, demandando dos profissionais um posicionamento crítico, capaz de conceder espaço para novas possibilidades de aprendizagem com outros campos do conhecimento. Requer também elaborar maneiras de enfrentar os desafios que se fazem presente no contato com a diversidade, em especial no que se refere a áreas que não são tão afins à psicologia (NERY, 2009; SCISLESKI; FERNANDES, 2012).

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A política de assistência social do Brasil pode ser concebida como um grande avanço no que se refere à seguridade social, visto que foi a partir dela que muitos indivíduos puderam ter os seus direitos assegurados. Foi através da implantação desta política que se instituiu o CRAS, como mais uma porta de entrada para a psicologia enquanto ciência e profissão.

É importante elencar que a criação do CRAS é muito prematura, e que por ser assim, as práticas neste contexto ainda estão sendo produzidas, e neste processo de produção a atuação do psicólogo recebe um considerável espaço e valor.

Dentre os diversos objetivos dos profissionais inseridos neste âmbito, está o dever de romper com o assistencialismo e o de inventar novas formas de atuação capazes de atender as demandas existentes, atuação esta que vai para além dos modos de intervenções de cunho clínico.

Neste contexto, é preciso que o psicólogo tenha conhecimento dos meandros da política, uma vez que o desconhecimento desta, reverbera na forma como os serviços são organizados e, conseqüentemente, prestados, tendo em vista que a prática é resultante do conhecimento adquirido.

Não obstante, faz-se necessário que o profissional de psicologia venha trabalhar de forma interdisciplinar, visto que, essa forma de atuação pode protagonizar ações capazes de romper com práticas já cristalizadas, e contribuir para o desenvolvimento da autonomia e protagonismo dos indivíduos, fortalecendo os vínculos familiares e sociais das famílias.

#### **5 REFERÊNCIAS**

AMADOR, F. S.; KLAFKE, T. E.; AITA, L. M. Formação e Trabalho em Políticas Públicas: pistas para a atividade na assistência social. In. CRUZ, L. R.; RODRIGUES, L.; GUARESCHI, N. M. F (Org.). **Interloquções entre a Psicologia e a Política**

**Nacional de Assistência Social.** [Recurso eletrônico]. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2013. Disponível em: <[http://www.unisc.br/portal/upload/com\\_editora\\_livro/1363870399.pdf](http://www.unisc.br/portal/upload/com_editora_livro/1363870399.pdf)> Acesso em: 13 de Set. 2014.

ANDRADE, L. F.; ROMAGNOLIS, R. C. O Psicólogo no CRAS: uma cartografia dos territórios subjetivos. **Psicol. cienc. prof.** [online]. 2010, v.30, n.3, pp. 604-619. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-98932010000300012&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-98932010000300012&script=sci_arttext)>. Acesso em: 20 de Set. 2014.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília/DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais.** Brasília, DF. 2014. Disponível em: <<http://www2.maringa.pr.gov.br/sistema/arquivos/0b3007383766.pdf>>. Acesso em: 21 de Set. 2014.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004) - Norma Operacional Básica (NOB/SUAS).** Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2005. Disponível em: <[http://www.google.com.br/#hl=pt-BR&rlz=1C2GGGEpt-BRBR411BR466&client=psyab&q=politica+nacional+de+assistencia+social+e+norma+operacional+basica&oq=politica+nacional+de+assistencia+social+e+nor&gsl=hp.1.0.0i30.216.15017.0.16837.69.33.5.19.20.7.719.8614.0j1j27j2j1j0j1.32.0...0.0...1c.1.12.psyab.vWI5o1oRK0M&pbx=1&fp=1&biw=1024&bih=537&bav=on.2.or.r\\_qf.&cad=b](http://www.google.com.br/#hl=pt-BR&rlz=1C2GGGEpt-BRBR411BR466&client=psyab&q=politica+nacional+de+assistencia+social+e+norma+operacional+basica&oq=politica+nacional+de+assistencia+social+e+nor&gsl=hp.1.0.0i30.216.15017.0.16837.69.33.5.19.20.7.719.8614.0j1j27j2j1j0j1.32.0...0.0...1c.1.12.psyab.vWI5o1oRK0M&pbx=1&fp=1&biw=1024&bih=537&bav=on.2.or.r_qf.&cad=b)>. Acesso em: 12 de Set. de 2014.

\_\_\_\_\_, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Orientações Técnicas do PAIF: Trabalho Social com Famílias Do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Famílias- PAIF.** 1. ed. Brasília, DF. 2012. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/protecaobasica/Orientacoes%20Tecnicas%20sobre%20o%20PAIF%20-%20Trabalho%20Social%20com%20Familias.pdf/view>>. Acesso em: Acesso em: 02 de Set. 2014.

\_\_\_\_\_, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. **Orientações Técnicas- Centro de Referência da Assistência Social (CRAS).** Brasília, 1.ed. 2009, pp.1-69. Acesso em: 20 de Setembro de 2014. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/protecaobasica/orientacoes-tecnicas-centro-de-referencias-de-assistencia-social-CRAS-1-1.pdf>. Acesso em: Acesso em: 02 de Set. 2014.

CARLSON, A. C. R.; GOULART, M. Acolhimento: as interfaces do encontro. In: CRUZ, L. R; GUARESCHI, N. (Orgs). **O Psicólogo e as políticas de assistência social.** 1.ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2012.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas.Referências Técnicas para a Atuação do/a**



**Psicólogo/a no CRAS/ SUAS.** Brasília: CFP, 2007, pp.1-47. Disponível em: <<http://www.crpri.org.br/publicacoes/cartilhas/referencias-crepop-cras-suas.pdf>>. Acesso em: 15 de Set. 2014.

CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL & CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **O trabalho de assistentes sociais e psicólogos na política de assistência social.** BRASÍLIA, DF, 2007. Disponível em: <<http://www.cfess.org.br/arquivos/CartilhaFinalCFESSCFPset2007.pdf>>. Acesso em: 02 de Set. 2014.

CRUZ, J. M. O. Práticas psicológicas em Centro de Referência da Assistência Social (CRAS). **Psicologia em foco [Online]**. 2009. v. 2, n. 1, pp. 11-27. Disponível em: <[http://linux.alfamaweb.com.br/sgw/downloads/161\\_073535\\_ARTIGO2-PraticaspsicologicasemCRAS.pdf](http://linux.alfamaweb.com.br/sgw/downloads/161_073535_ARTIGO2-PraticaspsicologicasemCRAS.pdf)>. Acesso em: 18 de Set. 2014.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. Centro de Apoio Operacional de Defesa Comunitária. **Guia Prático de Atuação da Política de Assistência Social & Legislação Congênere.** 1. ed, Vitória. 2011. Disponível em: <<http://www.mpam.mp.br/attachments/article/5533/GUIA%20PR%C3%81TICO%20DE%20ATUA%C3%87%C3%83O%20DA%20POL%C3%8DTICA%20DE%20ASSIST%C3%8ANCIA%20SOCIAL.pdf>>. Acesso em: 20 de Set. 2014.

MOTA, S. T.; GOTO, T. A. Plantão psicológico no CRAS em Poços de Caldas. **Fracta: Rev. de Psicol [Online]**. 2009, v. 21, n.3, p. 521-529. Disponível em: <<http://www.uff.br/periodicoshumanas/index.php/Fractal/article/viewFile/82/356>>. Acesso em: 18 Set. 2014.

NERY, V. B. **O trabalho de Assistentes Sociais e Psicólogos na Política Pública de Assistência Social: saberes e direitos em questão.** 2009. Tese. (Doutorado em Serviço Social)- Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/cp098513.pdf>>. Acesso em: 20 de Set. 2014.

OLIVEIRA, I. F.; DANTAS, C. M. B.; SOLON, A. F. A. C.; AMORIM, K. M. O. A prática psicológica na proteção social básica do SUAS. **Psicol. Soc.** [online]. 2011, vol.23, n.spe, pp. 140-149. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-71822011000400017&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-71822011000400017&script=sci_arttext)>. Acesso em: 15 de Set. 2014.

OLIVEIRA, I. F.; PAIVA, I. L. Os desafios para a articulação entre o sistema de garantia de direitos e o sistema único de assistência social. In. CRUZ, L. R.; RODRIGUES, L.; GUARESCHI, N. M. F (Org.). **Interlocuções entre a Psicologia e a Política Nacional de Assistência Social.** [Recurso eletrônico]. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2013. Disponível em: <[http://www.unisc.br/portal/upload/com\\_editora\\_livro/1363870399.pdf](http://www.unisc.br/portal/upload/com_editora_livro/1363870399.pdf)> Acesso em: 13 de Set. 2014.

OLIVEIRA, I. F. Os desafios e limites para a atuação do Psicólogo no SUAS. In. CRUZ, L. R.; GUARESCHI, N. (Orgs). **O Psicólogo e as Políticas de Assistência Social.** 1.ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2012.

SCISLESKI, A.; FERNANDES, V. Além das fronteiras da psicologia o estrangeiro: a coordenação. . In. CRUZ, L. R.; GUARESCHI, N. (Orgs). **O Psicólogo e as Políticas de Assistência Social**. 1.ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2012.

SENRA, C. M. G.; GUZZO, R. S. L. Assistência social e psicologia: sobre as tensões e conflitos do psicólogo no cotidiano do serviço público. **Psicol. Soc.** [online]. 2012, vol.24, n.2, pp. 293-299. Disponível em:<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-71822012000200006](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822012000200006)>. Acesso em: 18 de Set. 2014.

WACHHOLZ, T.; PANCERI, R. A atuação do psicólogo no município de araranguá, na interface com a rede de proteção social para populações em situação de vulnerabilidade. **Unisul** [Online]. s/d. Araranguá. Disponível em: <[http://www.egem.org.br/arquivosbd/basico/0.571375001296753502\\_a\\_atuacao\\_do\\_psicologo\\_na\\_assistencia\\_social.pdf](http://www.egem.org.br/arquivosbd/basico/0.571375001296753502_a_atuacao_do_psicologo_na_assistencia_social.pdf)>. Acesso em: 20 de Set. 2014

## PRINCIPAIS DIFICULDADES ENCONTRADAS POR EMPRESAS DE DESENVOLVIMENTO PARA IMPLANTAR PROJETOS DE SISTEMAS

André Rubim Mattos  
Carlos Alexandre Araújo<sup>8</sup>  
Kédyma Marques<sup>9</sup>

### RESUMO

A tecnologia vem evoluindo com o passar dos anos, os sistemas de informação estão sendo mais requisitados pelas empresas, tanto para a realização de atividades menores quanto para o auxílio a gerência e a tomada de decisão. Com esse crescimento, se torna cada vez mais necessário que estes softwares possuam o mais alto nível de qualidade, evitando erros, oferecendo suporte, contribuindo para a evolução da empresa e aumentando sua produtividade. Para que isso seja possível o sistema deve ser desenvolvido de acordo com as necessidades dos clientes e os requisitos levantados pela equipe responsável para que se dê início à elaboração do projeto de sistema. Neste contexto é que o presente artigo será baseado. Com base em entrevistas com empresas do ramo, serão apresentadas as dificuldades encontradas por elas na implantação de projetos de sistemas, descrevendo o cenário de desenvolvimento, pontuando os principais erros encontrados nas diferentes fases e os riscos de não se ter um planejamento adequado e visão do que se está realizando.

**Palavras-chave:** Análise. Projeto. Desenvolvimento. Sistemas.

### ABSTRACT

The technology has evolved over the years, the information systems are most sought by companies, both for the realization of smaller activities as to aid the management and decision making. With this growth, it becomes increasingly necessary for these software have the highest level of quality, avoiding mistakes, supporting, contributing to the evolution of the company and increasing its productivity. For this to be possible the system should be developed according to customer needs and requirements raised by the team responsible for that initiate the development of the system design. In this

---

<sup>8</sup> Graduandos do Curso de Sistemas de Informação da Faculdade Multivix – Cachoeiro de Itapemirim.

<sup>9</sup> Professor orientador Graduada em Sistemas de Informação, Técnica em Análise e Desenvolvimento de Sistemas, Faculdade Multivix – Cachoeiro de Itapemirim.

context it is that this article will be based. Based on interviews with companies in the industry, the difficulties will be presented encountered by them in the implementation of systems projects, describing the development scenario, punctuating the main errors found in the different phases and the risks of not having proper planning and vision that is performing.

**Keywords:** Analysis. Design. Development. Systems.

## 1 INTRODUÇÃO

Ao analisar o mercado de tecnologia da informação tendo como foco o desenvolvimento de softwares, percebe-se a diversidade encontrada nos métodos utilizados para a criação de um sistema, apresentando diferentes fases que se analisadas como um todo tem por finalidade atingir a qualidade dos processos utilizados no desenvolvimento para garantir a satisfação do cliente.

Tendo em vista que, de acordo com o estilo, porte e natureza da empresa e do projeto, o processo de desenvolvimento pode-se apresentar, como dito anteriormente, através de alguns tipos de metodologias, tais como: modelo em cascata; prototipagem; programação ágil e abordagem em espiral. A partir delas é que as organizações realizam seus ciclos de desenvolvimento.

A partir do pedido do cliente para o desenvolvimento de um software, a empresa observará variáveis importantes que farão parte de todo projeto, como por exemplo, custo, prazo para entrega, escopo, financeiras e em alguns casos políticas. Sendo assim, as dificuldades encontradas podem variar de acordo com a metodologia abordada e da natureza do projeto, isto é, do domínio ao qual pertence.

Com base nesses conceitos, será apresentada uma pesquisa qualitativa realizada com 07 (sete) empresas de características e formatos distintos na área de Tecnologia da Informação, localizadas no Estado do Espírito Santo, Brasil, para discutir algumas das dificuldades encontradas por elas na fase de elaboração de um projeto e compreender como se encontra esse cenário no respectivo Estado.

O presente artigo abordará um estudo descritivo, discorrendo sobre o tema a partir do ponto de vista de alguns autores comparando com a visão das empresas entrevistadas, para analisar quais são algumas das dificuldades encontradas por elas ao elaborar um projeto para o desenvolvimento de softwares.

## **2 METODOLOGIA UTILIZADA**

Para realizar o estudo em questão, foi elaborada uma pesquisa qualitativa e apresentada para empresas do ramo de desenvolvimento de sistemas um questionário voltado ao tema deste artigo. O objetivo é, através de um estudo baseado nas entrevistas e em bibliografias a respeito da temática deste, realizar uma análise comparativa sobre quais são algumas das dificuldades existentes que influenciam na implantação de projetos para desenvolvimento de sistemas, além de compreender como as empresas procedem para evitar situações de riscos e elaborar da melhor forma possível seus projetos.

As entrevistas foram realizadas, por e-mail, com gestores, proprietários ou desenvolvedores das empresas. Para uma abordagem maior e obtenção dos resultados sobre diversos pontos de vista foram escolhidas empresas de TI – Tecnologia da Informação, com características diferentes, isto é, organizações que desenvolvem softwares, porém possuem domínios distintos.

A pesquisa não busca ser minimalista e julgar o que é certo ou errado, mas apresentar de forma sucinta o que ocorre em algumas empresas durante o processo de desenvolvimento de sistemas. Por meio disto, pode-se concluir que os resultados devem ser julgados como sendo situações comuns para empresas situadas no Estado do Espírito Santo.

## **3 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA**

Ao analisar o mercado, percebe-se que existem fatores que implicam diretamente sobre a elaboração de um projeto para o desenvolvimento de softwares. Engholm (2010), considera que os riscos no decorrer do projeto, as expectativas para com o produto final e o cronograma que deverá ser cumprido são pontos importantes que

podem culminar em erros no sistema entregue ao cliente, falhas recorrentes e até mesmo a perda total do projeto.

Esse cenário pode ocorrer devido ao enlace que existe entre expectativas geradas quanto ao sucesso do projeto, e os problemas encontrados no decorrer do desenvolvimento em relação ao software. O cliente, ao formalizar o pedido, participar da análise de requisitos e seguir todas as etapas estipuladas pela empresa, espera que o produto final seja confiável, atendendo suas necessidades e apresentando o mínimo de falhas possíveis, possuindo uma boa usabilidade e que durante a realização das atividades diárias ele seja eficiente e eficaz, se tornando um produto de alta qualidade.

Entretanto, no decorrer do desenvolvimento a empresa poderá enfrentar dificuldades, podendo ser necessário modificar o escopo, correndo o risco dos custos inicialmente previstos se tornarem maiores, ocasionando atrasos no cronograma estipulado. Dessa forma, as expectativas por parte do cliente podem acabar sendo frustradas, gerando grande insatisfação. Para que esse cenário seja evitado, a empresa deve ter um planejamento adequado que evite maiores riscos. A respeito disso, Sommerville (2007, p. 63) orienta que

O gerenciamento eficiente de um projeto de software depende de um planejamento minucioso do progresso do projeto. Os gerentes devem prever os problemas que podem ocorrer e preparar soluções experimentais para esses problemas. Um plano elaborado no início de um projeto deve ser usado como guia. Esse plano inicial deve ser o melhor possível em face das informações disponíveis. Ele deve evoluir à medida que o projeto progride e melhores informações se tornem disponíveis.

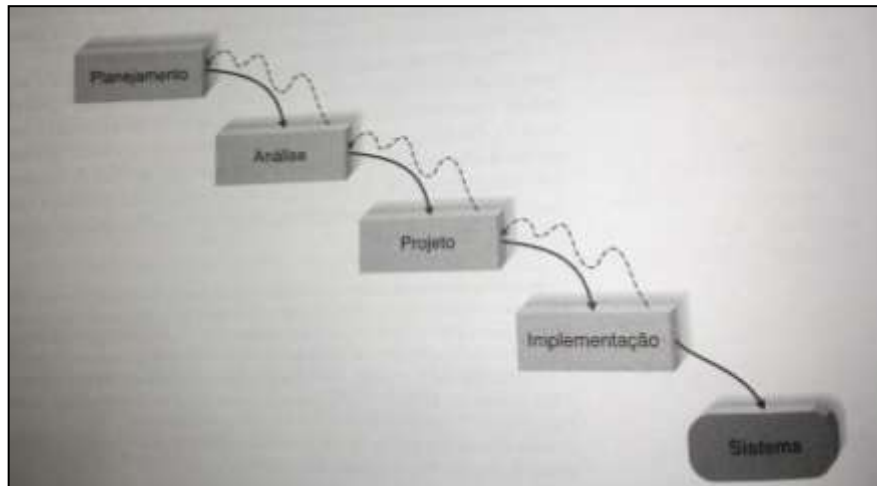
Para esse gerenciamento, planejamento e organização dos processos, existem as metodologias de desenvolvimento de sistemas, apresentando fases bem definidas e passos a serem seguidos. Porém, isto não quer dizer que a empresa deve seguir rigorosamente o padrão encontrado nas diferentes bibliografias. Alguns autores as dividem em dois grupos. Dennis e Wixom (2005), descrevem o Projeto estruturado e o RAD (Desenvolvimento de Aplicação Rápida). Sendo o primeiro composto pelo Desenvolvimento em Cascata e; Desenvolvimento Paralelo. O segundo apresenta o Desenvolvimento em fases; Prototipagem e; Protótipo descartável, além do Desenvolvimento ágil, que inclui métodos como o XP – *Extreme Programming*.

Dentre as metodologias citadas acima, pode-se destacar duas, o modelo em cascata. O primeiro é o mais antigo dos descritos anteriormente, é uma abordagem que têm como características o desenvolvimento sequencial, ou seja, ele engloba algumas fases, onde uma só poderá ter início quando a anterior for concluída, bem como a não participação do cliente em todas as fases, somente no início, levantamento de requisitos, e no final, onde o sistema será entregue. Outro fator relevante desse esquema, é que caso ocorra algum erro no produto final, o processo deverá retornar ao início, sendo algo difícil de ser feito devido a vasta documentação e complexidade do sistema.

Apesar de vários autores apresentarem diferentes tipos de metodologias, atribuindo a elas as características que julgarem necessárias, as empresas podem criar seus próprios métodos. A partir de uma análise interna, das condições de trabalho, da rotina estabelecida na empresa, do comportamento dos desenvolvedores, como o tempo que cada um leva para criar uma funcionalidade no sistema, como os requisitos são coletados, qual o canal utilizado para atender as requisições dos usuários, enfim, de acordo com essa análise, a equipe de projeto e desenvolvimento pode elaborar uma metodologia própria que atenda com eficiência todas as suas necessidades. Outra opção seria a mescla entre métodos existentes, como a prototipagem que associa a participação do cliente em todas as fases do desenvolvimento e o entrega protótipos com funcionalidades mínimas para que sejam analisadas e averiguadas as suas condições, ou seja, se seguirão no escopo do sistema ou não, e o desenvolvimento em espiral, que realiza uma análise dos riscos em cada fase antes de dar prosseguimento ao projeto.

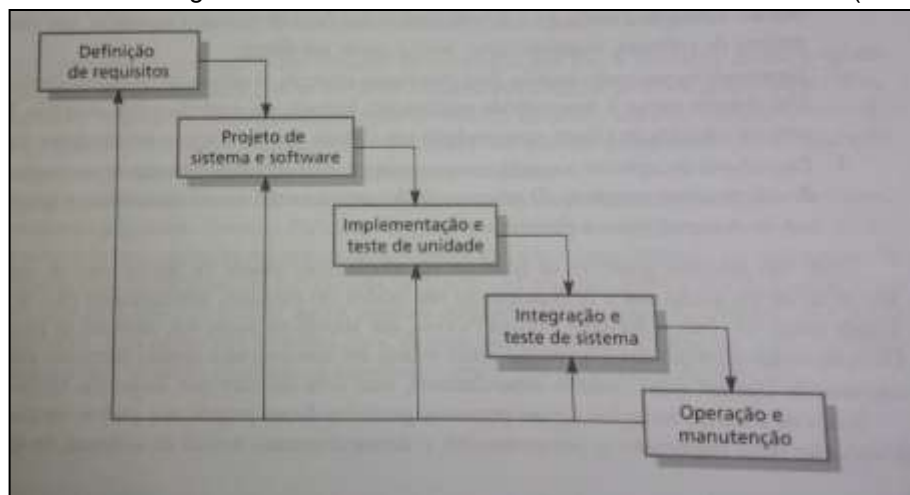
Exemplificando o que foi dito acima, a seguir, as figuras 01 e 02 representam, respectivamente, as visões diferentes sobre o Modelo em Cascata de Dennis e Wixom (2005) e Sommerville (2007). Com análise das imagens, compreende-se que uma mesma metodologia pode ser alterada de acordo com as necessidades de quem a faz, confirmando o que foi abordado anteriormente.

Figura 1 - Metodologia de Desenvolvimento em Cascata segundo Dennis e Wixon (2005).



Fonte: DENNIS E WIXON, 2005

Figura 2 - Metodologia do Modelo em Cascata de acordo com Sommerville (2007).



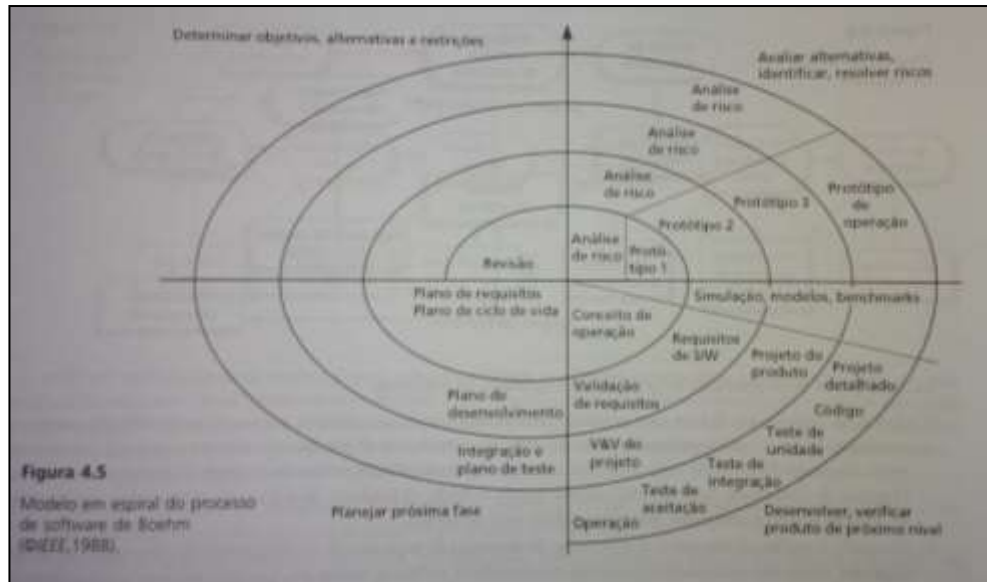
Fonte: SOMMERVILLE, 2007

Na modelagem em cascata, o segundo autor aparenta introduzir mecanismos mais amplos, podendo tornar o método mais completo e complexo, como, por exemplo, a terceira fase denominada por ele “Implementação e teste de unidade”, onde afirma que “durante esse estágio, o projeto de software é realizado como um conjunto de programas ou unidades de programa. O teste unitário envolve a verificação de que cada unidade atende à sua especificação” (Sommerville. 2007, p. 44). Para uma análise mais profundo sobre as diferenças existentes entre o mesmo modelo na percepção de autores distintos, cabe a equipe de projetos averiguar qual se encaixará na situação por ela encontrada.



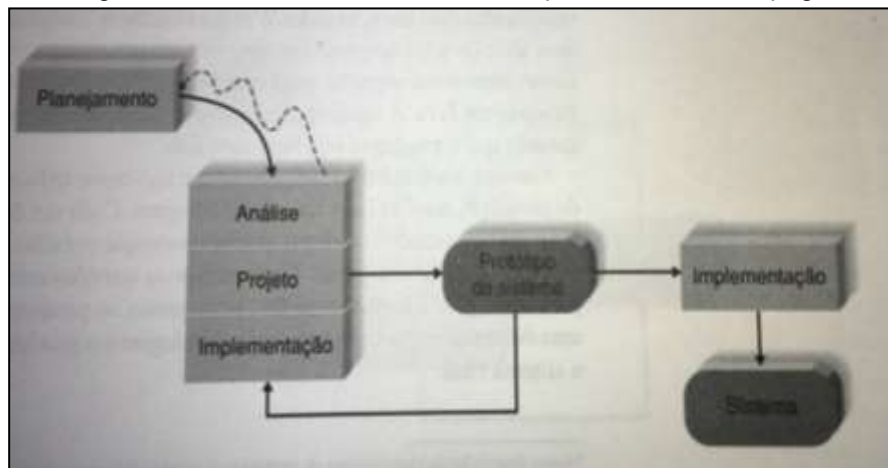
Tendo em vista que foi discutido sucintamente a Abordagem em Espiral e a Prototipagem, as figuras 03 e 04, respectivamente, representam como seriam seus ciclos de vida de desenvolvimento de software.

Figura 3: Modelo em Espiral do processo de software.



Fonte: SOMMERVILLE, 2007

Figura 4: Desenvolvimento de software por meio da Prototipagem



Fonte: DENNIS E WIXON, 2005

A partir da escolha da metodologia que a empresa abordará no desenvolvimento de sistemas, este poderá ser considerado como um processo, que segundo Engholm (2010, p. 42) “é um conjunto sequencial e peculiar de ações que objetivam atingir uma meta”, como no caso da programação ágil, citada acima, onde o projeto necessita do mínimo de documentação possível para que se adéque às rápidas mudanças de requisitos. Isso se comprova na análise de Dennis e Wixom (2005, p. 14), onde o

desenvolvimento ágil trabalha “eliminando grande parte do excesso de modelos e de documentação e o tempo gasto nessas tarefas”, ocasionando o aperfeiçoamento do desenvolvimento de sistemas. Essa é uma decisão relevante, pois como dito anteriormente, existem diversas metodologias que se enquadram para determinados tipos de projetos, entretanto, algumas delas podem não satisfazer as especificações do cliente.

Para que essa integração de características de metodologias distintas seja eficiente se faz necessário um controle sobre todo o processo de desenvolvimento. Nesse contexto, Furtado (2002, p. 159) afirma que "as metodologias de desenvolvimento de sistemas necessitam de ferramentas automatizadas para auxiliarem os desenvolvedores na realização de todas as suas fases", ou seja, devem existir mecanismos que controlarão as etapas prescritas no projeto, além de integrá-las e manter a consistência do trabalho que está sendo realizado. O método para que isso seja elaborado varia de acordo com a empresa e suas necessidades, podendo haver mecanismos próprios ou de terceiros.

Outras organizações consideram a iniciativa de se desenvolver um sistema como sendo um projeto. Assim sendo, para Bernardes (2010, p. 19), “o termo projeto pode significar um empreendimento com metas claras de prazo, de custo e qualidade e que envolverão a realização de tarefas com datas bem definidas de início e término”. A partir dessa escolha, processo ou projeto, é que se define como será dada a sequência do desenvolvimento.

Tendo como base que as empresas de tecnologia da informação, que se encontram no mercado ao qual este artigo aborda, elaboram projetos, é necessário compreender o *ciclo de vida do desenvolvimento de sistemas* (SDLC, systems development life cycle). Que é o conjunto de etapas, processos e métodos realizados ao elaborar um projeto de sistemas, tendo como objetivo final atender as necessidades do cliente, com os requisitos e análises levantados. As fases podem ser resumidas em: Planejamento, análise e projeto, desenvolvimento, teste e implementação. Mais uma vez, não se pode deduzir que existe um padrão que é seguido por todos, isto é, cada organização pode utilizar formas diferentes para chegar a um ponto comum, que é atingir a qualidade em seu produto. Dessa forma, as fases citadas acima podem ser

flexíveis, sendo adaptáveis a cada situação encontrada pela equipe idealizadora do projeto.

Para posteriormente compreender as dificuldades encontradas pelas empresas na implantação de projetos de sistemas, é necessário discorrer sobre cada fase citada anteriormente, apresentando de forma genérica qual o papel de cada uma e sua importância durante o desenvolvimento.

Na fase de planejamento são definidas as diretrizes para se iniciar o ciclo do desenvolvimento, sendo avaliadas as restrições que o projeto terá, tais como a data definida junto ao cliente para a entrega do sistema, os custos para cada tarefa, elaborando o orçamento geral do projeto, além do cronograma de atividades, estipulando o tempo que será gasto em cada fase e os recursos humanos, ou seja, verificar a quantidade necessária de desenvolvedores, analistas, enfim, a equipe como um todo. Complementando o que foi expresso, pode-se observar a interpretação de Falbo (2005, p. 07), onde ele afirma que

Uma vez estabelecido o escopo de software, com os requisitos esboçados, uma proposta de desenvolvimento deve ser elaborada, isto é, um plano de projeto deve ser elaborado configurando o processo a ser utilizado no desenvolvimento de software. À medida que o projeto progride, o planejamento deve ser detalhado e atualizado regularmente.

Após o planejamento encontram-se as fases de análise e projeto. A primeira é baseada no levantamento de requisitos junto ao cliente referente as funcionalidades que irão compor o sistema. Aqui estão presentes os requisitos funcionais, que são as reais funções do sistema, isto é, o que ele deve fazer, e os requisitos não funcionais, que em alguns casos podem não ser explicitamente requisitados pelo cliente, mas que devem estar presentes no software, como segurança, usabilidade e confiabilidade.

Sommerville (2007), possui uma visão ampla sobre as fases de desenvolvimento de sistemas e as metodologias consideradas mais eficientes para ele, sendo assim, ele relaciona outras formas de expressar os diferentes tipos de requisitos, apresentando mais três em relação aos citados até o momento, sendo eles: requisitos de domínio, que estão relacionados ao segmento e a área do sistema a ser desenvolvido, por exemplo, um sistema contábil está presente no domínio financeiro, requisitos

apresentados pelo usuário que não fazem parte desse ramo podem ser irrelevantes ao sistema; requisitos de usuário, uma forma mais clara de representar os requisitos funcionais e não funcionais, onde o analista responsável pelo levantamento junto ao cliente deverá representar as funcionalidades em uma linguagem mais próxima dele, sem o uso de jargões técnicos; e os requisitos de sistemas, que descrevem as restrições operacionais do sistema a partir de uma visão externa do mesmo.

A partir do levantamento de requisitos será elaborado o escopo do projeto, definindo e documentando suas características a partir da análise previamente realizada que dará início a fase de desenvolvimento, onde os programadores implementarão as funcionalidades que o sistema deverá conter. Os testes poderão ser realizados no decorrer do desenvolvimento ou ao final deste, variando de acordo com a metodologia escolhida pela equipe de projetos ou por uma decisão da mesma. Com o sistema em pleno funcionamento, estável e satisfazendo as necessidades do cliente, ocorre a implementação do software.

Tendo em vista o que foi abordado, fica evidente que para cada etapa se faz necessário atender determinadas necessidades. Sobre isto, Montagner (2012, p. 27) afirma que

O desenvolvimento de qualquer tipo de projeto pressupõe o cumprimento de alguns requisitos básicos, como: definição clara de objetivos, planejamento cuidadoso e consistente, execução qualificada e acompanhamento rigoroso do planejado e acordado entre todos os envolvidos.

### **3.1 Principais Dificuldades na Implantação do Projeto**

Ao compreender esses conceitos é que se percebe que as dificuldades para desenvolver, acompanhar e concluir o projeto existem e podem ser encontradas em qualquer fase. Sendo assim, torna-se necessário estar ciente de que a gestão do escopo do projeto seja bem elaborada para que os riscos possam ser conhecidos e minimizados. “Escopo do projeto é a definição do que se espera que o projeto cumpra seus resultados ou produtos. O escopo é medido em termos dos objetivos, requisitos e tamanho do projeto” (TURBAN; VOLONINO, 2013, p. 404). Junto ao escopo, deve-se gerenciar ainda o tempo (duração do projeto) e os custos, sejam eles fixos ou adicionais.

Os custos e o tempo se relacionam no que se diz respeito às dificuldades. Na fase de desenvolvimento podem ocorrer variações no mercado que obriguem uma realização de ajustes no projeto. Uma solução possível seria concluir o que está em andamento e ao mesmo tempo desenvolver uma solução para que os problemas não se acumulem. Seguir prazos é uma das dificuldades para quem trabalha com projetos. Cada etapa tem um tempo determinado para que seja realizada com êxito.

Aumentar o tempo no cronograma para prevenir erros e aumento de custos seria uma saída, porém, flexibilizar demais o escopo do sistema sem averiguar se as medidas são realmente necessárias para a situação pode gerar sérios problemas de atrasos, afinal, seguir os prazos estabelecidos é fundamental.

Além disso, a deficiência de pessoal é um dos pontos críticos do mercado de tecnologia atualmente. É necessário utilizar profissionais capacitados e prontos para fazer parte da equipe. Quando o projeto está em curso é que se percebem as deficiências dos seus profissionais, e isso pode gerar problemas com o cronograma, pois dificuldades requerem soluções e estas demandam tempo, e este pode gerar custos adicionais. Como apresenta o site da GSW - Soluções em Tecnologia da informação, isso se confirma ao analisarmos os dados da pesquisa Global CEO Study 2010 realizada pela empresa americana IBM – *International Business Machines*, onde concluiu-se que a escassez de profissionais capacitados em TI, no Brasil, é grande. Ainda segunda a pesquisa, para cerca de 50% dos CEOs brasileiros, a falta de mão-de-obra qualificada é um grande obstáculo para o sucesso das empresas de TI.

Contudo, segundo Engholm (2010, p. 252), “a falta de especificação da real necessidade e expectativa dos usuários é o maior motivo de falhas em projetos, seguida de requisitos incompletos com baixa qualidade e falta de controle de mudanças”. A dificuldade em ambos os lados, profissionais e clientes/usuários, pode prejudicar na elaboração e na implantação de um projeto de sistemas.

#### **4 ANÁLISE DOS RESULTADOS**

Tendo em vista o que foi abordado até o momento, este capítulo abordará a análise das respostas obtidas através das entrevistas, apresentando o ponto de vista dos

gestores ou desenvolvedores de algumas empresas, possibilitando que sejam comparadas com a visão dos autores citados no decorrer do presente artigo. As organizações são as descritas a seguir:

- Localizadas no município de Cachoeiro de Itapemirim, ES:

- Arco Informática – Foco: Desenvolvimento de Web Sites e Aplicativos Mobiles.
- DATACI – Empresa pública voltada ao desenvolvimento de softwares.
- EquipeNet Sistemas – Foco: Gerenciamento de projetos e consultoria de TI.
- MR Sistemas – Voltada para o segmento de automação comercial.
- RedSis Automação – Desenvolvimento e automação de sistemas.

- Presente no município de Vitória, ES:

- Systems Tecnologia – Consultoria de TI e Gerenciamento de projetos.

- Localizada em Castelo, ES:

- TecSystem – Desenvolvimento de sistemas nas áreas pública e privada.

A partir da análise das respostas obtidas, fica evidente que as empresas participantes das entrevistas reconhecem que existem dificuldades a serem enfrentadas, sendo que uma das principais é a escassez de profissionais capacitados. Outro fator imprescindível é o tempo. Seguir o cronograma e concluir as etapas com êxito é um grande causador de problemas. Atrelada a esses fatores encontra-se a falta de comunicação que pode ocorrer entre os integrantes da equipe responsável pelo projeto e aqueles que o colocarão em prática. Geralmente quando se está iniciando o levantamento dos requisitos é difícil para a equipe do projeto mensurar com precisão alguns pontos cruciais como custo, tempo e escopo. E esses itens normalmente são os que mais se modificam ao decorrer da execução do projeto, e tais alterações podem gerar um impacto negativo na relação com o cliente.

Entretanto, apesar das dificuldades existentes, as empresas defendem a fase de elaboração do projeto. Todos os participantes desta pesquisa desenvolvem a implantação do mesmo, seguindo um planejamento e buscando atingir metas para atingir um objetivo final com qualidade.

Como mencionado anteriormente, para se desenvolver um projeto é necessário seguir métodos que farão com que o planejamento seja bem elaborado. Porém não é uma regra que a empresa deve se basear em uma única metodologia. De acordo com o porte do projeto, elas podem variar e até mesmo ser integradas. Um exemplo desse contexto é encontrado na empresa TecSystem, onde Carlos Alberto Fim, sócio proprietário da mesma, afirma que esta não se baseia em apenas uma metodologia, ou seja, a partir da situação e da elaboração do projeto para o desenvolvimento do seu produto, a equipe engloba várias técnicas de métodos diferentes, obtendo por fim uma metodologia própria e que atenda seus requisitos e as necessidades do cliente sem comprometer o andamento do projeto.

Dessa forma, compreende-se a diversidade de situações que podem ser encontradas pelas organizações e que elas se adaptam utilizando a mescla entre as metodologias ou desenvolvendo métodos próprios. Seguindo esse contexto encontra-se a Dataci, que de acordo com o programador Gustavo Menezes, a empresa elabora um “modelo maleável de concepção de sistema”, ou seja, na fase inicial do projeto, é utilizado o modelo em cascata, para realizar o levantamento de requisitos e criar o escopo mínimo do sistema. Após a homologação por parte do cliente o projeto avança e muda para o modelo em espiral, onde o software passa a ser desenvolvido e apresentado ao cliente em forma de protótipo descartável, onde o resultado é analisado e verifica-se o que pode ser mudado de acordo com suas necessidades para dar sequência ao projeto.

Essa abordagem apresenta um maior contato com o cliente, ocasionando o mínimo de conflito de requisitos. Ainda assim, se faz necessário uma coesão entre a equipe, fazendo com que os conflitos de informações sejam evitados, como por exemplo, um programador realizando implementações já desenvolvidas.

Para Marcelo Xavier, proprietário e gerente de projetos da Systems Tecnologia, com a fase de projetos se reduz consideravelmente os erros e solicitações extras que podem inviabilizar o desenvolvimento. Esse raciocínio segue a mesma linha de alguns autores que falam sobre os cuidados ao passar pela fase de elaboração dos projetos. Segundo Martins (2007, p. 66), "deve-se criar um plano para gerenciamento de riscos, que documenta as estratégias e os procedimentos que serão utilizados para gerenciar

possíveis riscos". Sendo assim, não basta apenas criar um projeto, deve-se ter alternativas para que, perante as dificuldades encontradas, elas sejam minimizadas e não prejudiquem todo o processo.

Outra forma de lidar com imprevistos ou mudanças nos requisitos do sistema é criar uma forma de gerenciar e classificar em níveis de prioridade. Como por exemplo, no caso do cliente pedir alguma alteração de certa funcionalidade ou a adição da mesma com o sistema em pleno desenvolvimento, a equipe do projeto pode dividir os pedidos em urgentes ou importantes. Requisitos urgentes necessitam de celeridade em sua execução a contraponto que requisitos importantes devem produzir resultados confiáveis e isto quer dizer que todos os erros, exceções às regras e imprevistos devem ser tratados. Complementando essa análise, onde requisitos adicionais podem se tornar riscos, caso não haja um bom gerenciamento sobre eles, Dennis e Wixom (2005, p. 70), afirmam que

Muitas coisas podem causar riscos: pessoal inadequado, projeto lento, projeto ineficiente do sistema e estimativas excessivamente otimistas. A equipe do projeto deve estar ciente dos riscos potenciais para que os problemas possam ser evitados ou controlados antecipadamente.

Como já foi abordada neste artigo, a falta de qualificação profissional é uma questão relevante. Segundo Vítor Rodrigues Pereira, analista da EquipeNet, em muitos casos não há mão de obra qualificada no interior, isto é, municípios distantes das regiões metropolitanas, tendo que ser importada, gerando um custo alto para a empresa, sendo que este nem sempre será custeado pelos clientes. Complementando esta análise, Adhemar Roberto Alves e Wendel Rodrigues Fassarella, da RedSis Automação e Sistemas, dizem que por ter que importar profissionais mais qualificados, a questão salarial dificulta na elaboração dos projetos, devido aos orçamentos menores e as limitações financeiras que empresas de pequeno e médio porte, em alguns casos, possuem.

A seguir é apresentado um esquema genérico que demonstra como a deficiência de pessoal se desencadeia nas empresas de TI, ou seja, a forma na qual ela prejudica todas as etapas do projeto, desde a análise aos testes.



Figura 5 - Deficiência de pessoal como fator desencadeador das dificuldades em implantar um projeto de sistemas



Fonte: pesquisa dos autores

Analisando a imagem anterior e compreendendo que a falta de profissionais qualificados prejudica em todas as fases do desenvolvimento de sistemas, desde a requisitos mal levantados junto ao cliente, interpretando erroneamente uma funcionalidade ou permitindo que prossigam para o desenvolvimento funções que estejam fora do domínio do sistema, passando por uma gestão ruim do projeto, estipulando prazos fora da realidade da empresa e que a mesma não poderá cumprir, até chegar ao desenvolvimento, podendo encontrar profissionais que não possuem conhecimento da regra de negócio onde o cliente se encontra, ou até mesmo incompreensão dos requisitos e implementação de funções desnecessárias, incompletas ou erradas, enfim, entende-se que o material humano é um grande delimitador para o sucesso de alguns projetos.

Entretanto, deve-se ressaltar que as condições de trabalho, tais como pressão, falta de coesão da equipe, ambiente de trabalho, remunerações adequadas, entre outros fatores, podem contribuir para a ocorrência de falhas no projeto.

Atrelado as situações expressas anteriormente, segundo um estudo da Companhia de Segurança da Informação, Clavis citada pelo Canaltech (2013, acesso em 15 ago.

2015), o mercado de Tecnologia da Informação no Brasil terá um déficit de 750 mil vagas até 2020, o que causará maiores dificuldades as empresas que hoje sofrem com falta de mão de obra qualificada.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Em um projeto encontra-se a necessidade de estabelecer um equilíbrio entre três fatores considerados fundamentais para que o interesse maior tanto por parte do cliente quanto da equipe de desenvolvimento seja alcançado, a qualidade. Ou seja, deve-se manter a harmonia entre custo, tempo e escopo. Esse conceito é denominado triângulo das restrições.

Com base nas entrevistas e nas bibliografias consultadas, compreende-se que existem fatores que culminam na desestabilização do projeto, podendo ser internos ou externos a empresa. Internamente, a falta de comunicação, de ferramentas para auxiliar no planejamento, as deficiências profissionais da equipe de projeto e a definição de uma metodologia consistente, seja proprietária ou não, porém que se adéque as necessidades e objetivos do projeto para o desenvolvimento, geram problemas que se agravados podem culminar em atrasos, falhas ou a perda total do projeto.

Externamente encontra-se o mercado, possuindo variáveis políticas, como leis, isto é, em um sistema de emissão de nota fiscal, por exemplo, existem requisitos que remetem a uma análise avançada sobre a legislação que rege essa área, tendo precisão no desenvolvimento do sistema em relação as taxas remetentes a impostos, alíquotas ou qualquer valor referente ao segmento e domínio em que o software se encontra. Existem ainda as variáveis econômicas, como por exemplo, profissionais com salários que podem não condizer com a realidade da empresa, além da variação do mercado financeiro, e por fim, o cliente, que deve ser instruído pela equipe do projeto de forma que ele consiga expor o que necessita para o seu sistema, tendo em vista que o analista deve conhecer as regras de negócio da área ao qual o sistema pertence. Como dito durante esse artigo, os requisitos de usuários são uma forma na qual permite que a comunicação entre os profissionais responsáveis por realizar o levantamento de requisitos junto ao seu cliente seja clara e objetiva para ambas as

partes. Tendo em vista que procurar um equilíbrio entre todas as variáveis que podem influenciar na implantação de projetos de sistemas, é fundamental que se tenha uma gestão do escopo, do custo, do tempo, de qualidade e de riscos em sincronia, ou seja, se todos forem bem definidos e planejados é provável que se consiga minimizar ao máximo as dificuldades de se implantar e concluir um projeto de sistemas.

## 6 REFERÊNCIAS

BERNARDES, Maurício Moreira e Silva. **Microsoft Project 2010: gestão e desenvolvimento de projetos**. 1. ed. São Paulo: Érica, 2010.

CANALTECH CORPORATE. **Área de TI terá déficit de 750 mil profissionais até 2017; veja tendências**. 19 nov. 2013. Disponível em: <http://corporate.canaltech.com.br/noticia/profissional-de-ti/Area-de-TI-tera-deficit-de-750-mil-profissionais-ate-2017-veja-tendencias/>. Acesso em: 12 ago. 2015.

DENNIS, Alan. WIXOM, Bárbara. **Análise e projetos de sistemas**. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2005.

ENGHOLM, Hélio Jr. **Engenharia de software na prática**. São Paulo: Novatec Editora, 2010.

FALBO, Ricardo de Almeida. **Engenharia de software: notas de aula**. Vitória: UFES – Universidade Federal do Espírito Santo, 2005.

FURTADO, Vasco. **Tecnologia e gestão da informação na segurança pública**. 1. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

GSW Soluções Integradas Soluções em Tecnologia da Informação. Falta de mão de obra qualificada no setor de TI: Como atender a crescente demanda diante deste desafio? **GSW Soluções Integradas**. 13 abr. 2011. Disponível em: <http://www.gsw.com.br/noticias/centro-de-desenvolvimento-de-sistemas/113-ed9m2?lang=pt>. Acesso em 15 ago. 2015.

MARTINS, José Carlos Cordeiro. **Gerenciando projetos de desenvolvimento de software com PMI, RUP e UML**. 4. ed. Rio de Janeiro: Brasport, 2007.

MONTAGNER, Carlos Alberto. **Elaboração e análise de projetos**. Curitiba: IESDE Brasil, 2012.

SOMMERVILLE, Ian. **Engenharia de Software**. 8. ed. São Paulo: Pearson, 2007.

TURBAN, Efraim; VOLONINO, Linda. **Tecnologia da Informação para Gestão: Em busca do melhor desempenho estratégico e empresarial**. 8. ed. Porto Alegre: Bookman, 2013.

## **ANÁLISE DO COMPORTAMENTO SEXUAL DAS MULHERES MORADORAS DO DISTRITO DO CAXIXE EM VENDA NOVA DO IMIGRANTE-ES E POSSÍVEIS COFATORES RELACIONADOS AO HPV**

**Paola Possebon de Souza Pagio<sup>1</sup>**

**Rachel Bicalho de Lima<sup>2</sup>**

### **RESUMO**

O HPV é um vírus que infecta mucosas, principalmente as do trato genital, provocando alterações importantes que podem levar ao câncer de colo do útero, um dos tipos com maior taxa de letalidade no Brasil e no mundo. A transmissão do HPV se dá, principalmente, através de relações sexuais sem preservativos e se não tratado pode evoluir para o câncer. O diagnóstico precoce é uma das principais ferramentas para reduzir os riscos da infecção evoluir para uma neoplasia e é realizada através do exame preventivo. Nesse estudo, o principal objetivo foi analisar como o comportamento sexual e fatores socioeconômicos de um grupo de mulheres do distrito do Caxixe, em Venda Nova do Imigrante (ES) podem se relacionar com a infecção pelo vírus e alterações citopatológicas observadas no exame preventivo. Medidas de caráter preventivo foram realizadas paralelamente aos estudos, como palestras e folhetos explicativos, ambos abordando conceitos importantes sobre a doença, formas de prevenção e tratamento e a importância da realização do exame preventivo. O estudo abrangeu 136 mulheres atendidas na unidade básica da região e entre essas, apenas duas tiveram alterações no exame preventivo. Apesar de não ser um resultado muito expressivo, o comportamento sexual observado foi considerado um fator de risco à aquisição do vírus e foram identificados alguns fatores socioeconômicos que podem favorecer a um aumento no número de casos. Isso sugere que medidas preventivas devem ser realizadas com o objetivo de impedir um aumento na incidência da doença nessa região.

**Palavras-chave:** Infecção por HPV. Câncer de colo do útero. Fatores de risco. Exame preventivo.

---

<sup>1</sup>Graduanda do curso de Biomedicina da Faculdade Multivix Cachoeiro de Itapemirim

<sup>2</sup> Coordenadora e docente no curso de Biomedicina na Faculdade Multivix Cachoeiro de Itapemirim

## ABSTRACT

HPV is a virus that infects mucous membranes, especially the genital tract, causing important changes that can lead to cervical cancer, one of the types with higher mortality rate in Brazil and worldwide. Transmission of HPV occurs mainly through sexual intercourse without condoms and if untreated can develop into cancer. Early diagnosis is a major tool to reduce the risk of infection develop into a tumor and is accomplished through the screening. In this study, the main objective was to analyze how sexual behavior and socioeconomic factors of a women's group from Caxixe District, Venda Nova do Imigrante (ES) can relate to virus infection and cytological findings at screening. Preventive measures were conducted in parallel with studies, such as lectures and brochures, both addressing important concepts about the disease, prevention and treatment and the importance of holding the screening. The study included 136 women attending the basic unit in the region and among these, only two had changes in screening. Although not a very significant result, sexual behavior observed was considered a risk factor for acquisition of the virus have been identified and some socioeconomic factors that may contribute to an increase in the number of cases. This suggests that preventive action should be taken in order to prevent an increase in the incidence of disease in this region.

**Keywords:** HPV infection. Cervical cancer. Risk factors. Screening

## 1 INTRODUÇÃO

O HPV é um tipo de vírus que infecta pele e mucosas, provocando mudanças metaplásicas que podem evoluir para uma neoplasia. Esse vírus está intimamente relacionado ao desenvolvimento de câncer de colo do útero. Estima-se que 90% dos casos de câncer cervical estejam relacionados à infecção pelo vírus. No Brasil, 137 mil novos casos de HPV são registrados por ano e, apenas em 2013, o câncer cervical foi responsável por 5.430 óbitos (SANTOS; MAIORAL; HAAS, 2011; INCA, 2014, acesso em 06/10/2015).

O diagnóstico precoce da infecção pelo HPV reduz significativamente as chances de evoluir para uma neoplasia, e conseqüentemente, reduz a mortalidade. A infecção e o câncer de colo podem ser diagnosticados através do Papanicolau, um exame

simples, de baixo custo que é oferecido gratuitamente pelo SUS (DAVIM et al, 2005; CAETANO et al 2006; BARBEIRO et al, 2009).

Estudos têm mostrado que o comportamento sexual, idade, presença de doenças sexualmente transmissíveis, aborto, tabagismo e fatores socioeconômicos como escolaridade estão relacionados à aquisição e persistência do vírus, assim como o desenvolvimento de câncer cervical (BEZERRA et al, 2005; CRUZ; MELO, 2010; STOFER; NUNES; SCHNEIDER, 2011). Assim, estudar a incidência de HPV e correlacionar os dados com fatores clínicos, sociais e econômicos, é uma forma importante de compreender e propor medidas que visem reduzir o número de casos da doença. Portanto, o estudo teve como objetivo analisar de que forma o comportamento sexual e fatores socioeconômicos de um determinado grupo de mulheres possam se relacionar à infecção pelo vírus HPV.

## **2 MATERIAL E MÉTODOS**

O estudo abrangeu a comunidade de Alto Caxixe, interior do município de Venda Nova do Imigrante, Espírito Santo. A população do estudo foi constituída por mulheres residentes da região que se submeteram à coleta do exame preventivo na unidade básica de saúde da comunidade, no período de junho até setembro de 2015.

Antes da coleta do material cervical, as pacientes foram submetidas a um questionário, em anexo, o qual permitiu obter dados relevantes sobre fatores que predispõem à infecção pelo vírus HPV. O questionário foi respondido em uma sala separada com uma única mulher de cada vez. As variáveis estudadas foram: idade, estado civil, profissão, escolaridade, número de abortos, número de parceiros sexuais, paridade, uso de contraceptivos orais, frequência da realização de exame preventivo, prática de sexo anal e oral, início da atividade sexual, tabagismo, uso de preservativo, ingestão de bebida alcoólica, paridade e o conhecimento do HPV e câncer do colo do útero.

As pacientes atendidas também foram informadas, através de um folheto explicativo (em anexo) sobre a doença, e através de uma breve palestra, sobre a importância da periodicidade do exame preventivo e da gravidade em potencial da contaminação pelo

vírus do HPV. A coleta foi realizada logo em seguida pelo médico da unidade de saúde. O questionário, assim como o material colhido, foi identificado por números para preservar a identidade da paciente.

O material coletado foi enviado para um laboratório de patologia em Vitória, onde foi analisado. O resultado, antes de chegar à paciente, foi avaliado por um enfermeiro para verificar a necessidade de um tratamento terapêutico. Os resultados obtidos no exame preventivo foram relacionados com as variáveis analisadas no questionário.

### **3 RESULTADOS E DISCUSSÕES**

Ao total, 136 mulheres foram submetidas à entrevista. Todas residiam em proximidades ou no distrito de Alto Caxixe, que é considerado zona rural de Venda Nova do Imigrante. O questionário abordou questões relacionadas às condições socioeconômicas das pacientes, assim como seu comportamento sexual e o nível de conhecimento sobre o HPV. A tabela 1 apresenta o resultado da análise sociodemográfica.

Dentre as mulheres entrevistadas, a maioria (53,67%) era constituída por lavradoras. Foi observado também que 74 das 136 entrevistadas eram casadas. E mais de 60% das mulheres não possuíam o ensino fundamental completo e uma pequena parte da população (8,08%) era analfabeta, por conta do baixo nível de instrução houve necessidade de acompanhar algumas pacientes nas respostas ao questionário para melhor interpretação deste. A faixa etária mais atendida foi entre 31 e 50 anos de idade.

Compreender a situação social e demográfica de uma população é importante para entender os motivos pelos quais há maior ou menor incidência de determinada doença. O grau de escolaridade é importante para avaliar em como a educação pode refletir sobre a aquisição de doenças. Assim como o local de moradia. Pessoas que habitam na zona rural, geralmente, possuem acesso limitado a meios de comunicação como rádio, TV e internet, dessa forma, são mais desinformados a respeito de contágio, forma de prevenção, existência de vacina, entre outros.

A maior parte das entrevistadas possuía baixo nível de escolaridade e casadas, esse perfil é bastante comum em zonas rurais. Em regiões mais interiorizadas, as mulheres casam-se cedo, aproximadamente próximo aos 15 anos, isso é influenciado principalmente por aspectos culturais e religiosos nessas regiões. O grau de escolaridade mais baixo pode ser explicado por fatores culturais que caracterizam a mulher como mãe de família, sendo instruída a não buscar estudos para se profissionalizar e também pode estar relacionado a fatores socioeconômicos que limitam o acesso das pessoas da zona rural às escolas, como ausência de transporte e até mesmo de escolas nessas regiões.

Na região do Caxixe existem muitas atividades voltadas para a lavoura, assim, essa é a principal fonte de renda do distrito. O exercício dessas atividades na lavoura também pode explicar o grau de escolaridade mais reduzido entre essas mulheres, geralmente, esses moradores deixam a escola para trabalhar e auxiliar a família.

Tabela I - Variáveis sociodemográficas

<b>Variável</b>	<b>N</b>	<b>Variável</b>	<b>N</b>
<b>Faixa etária</b>		<b>Cor da pele</b>	
<20 anos	08	Branca	60
21-30	27	Parda	61
31-40	39	Negra	12
41-50	48	Não declarou	03
50-60	12		
>60 anos	02		
<b>Estado civil</b>		<b>Escolaridade</b>	
Solteira	15	Analfabeto	11
Casada	74	Ensino fundamental	82
Viúva	09	incompleto	15
Divorciada	13	Ensino fundamental	12
União estável	25	completo	15
		Ensino médio incompleto	01
		Ensino médio completo	
		Ensino superior	
<b>Profissão</b>		<b>Região que mora</b>	
Lavradora	73	Zona rural	136
Doméstica	26	Zona urbana	0
Trabalhadora rural	03		
Outros	34		

Fonte: Elaborado pela autora, 2015.

As principais manifestações do HPV são as verrugas que aparecem na região genital, mucosa e anal. A principal forma de transmissão é através de relações sexuais, desse



modo, o comportamento sexual influencia na incidência de HPV (PARRA, 2015, acesso em 06/10/2015). O questionário abrangeu perguntas relacionadas ao comportamento sexual das pacientes. Nenhuma das pacientes se opôs a responder nenhuma das questões analisadas e houve necessidade de interpretar alguns termos desconhecidos por elas. Os resultados da análise do comportamento sexual estão apresentados na tabela 2.

Tabela II – Características do comportamento sexual das pacientes entrevistadas (n=136)

<b>Variável</b>	<b>N</b>
<b>Número de parceiros sexuais ao longo da vida</b>	
Entre 01 e 03	88
Entre 03 e 05	39
Entre 05 e 08	03
>08	03
<b>Idade de início da atividade sexual</b>	
<17 anos	84
17-21 anos	35
>21 anos	15
<b>Uso de anticoncepcional</b>	
Sim	53
Não	83
<b>Realização de sexo anal</b>	
Sim	23
Não	113
<b>Realização de sexo oral</b>	
Sim	50
Não	86
<b>Uso de camisinha</b>	
Sim	23
Não	111

Fonte: Elaborado pela autora, 2015.

O HPV pode ser transmitido através do sexo anal e oral. No ânus, há a formação do condiloma anal, que se caracteriza pela produção de verrugas na região. Essas lesões podem persistir e evoluir para um câncer de ânus (NAKAGAWA; SCHIRMER; BARBIERI, 2010). A epidemiologia da infecção anal pelo vírus HPV ainda é pouco esclarecida, muitos estudos têm mostrado relação entre infecção pelo vírus e desenvolvimento de neoplasia anal e cervical (NICOLAU, 2002).

O sexo oral possibilita a transmissão do vírus. As mucosas são mais susceptíveis à contaminação pelo vírus, logo a prática sem a devida proteção pode levar à infecção oral pelo vírus. Estudos têm mostrado que a infecção oral pelo vírus HPV pode levar ao desenvolvimento de neoplasias na orofaringe. D'Souza et al (2009), analisando o comportamento sexual de um grupo formado por homens e mulheres verificou que o comportamento sexual aumenta as chances de desenvolver câncer na região. Entre os comportamentos presentes estavam a prática de sexo oral sem camisinha e o número de parceiros sexuais orais.

Compreender os motivos pelos quais o preservativo é pouco usado é importante para criar medidas que estimulem seu uso. No Brasil, os preservativos masculinos são oferecidos gratuitamente nas unidades básicas de saúde desde 1994, contudo, um grande número de pessoas se recusa a usar (PAIVA et al, 2008). Estudos mostram que os principais motivos entre as mulheres são o incômodo gerado, a diminuição do prazer e a recusa do parceiro (CASTRO-SILVA et al, 2012).

O uso de outros métodos contraceptivos, como a pílula anticoncepcional, também diminui o uso da camisinha. Isso porque grande parte das mulheres, preocupam-se mais em evitar uma gravidez do que uma doença sexualmente transmissível, como o HPV (NAKAGAWA; SCHIRMER; BARBIERI, 2010). Entre a população analisada, 39% das mulheres fazem uso de anticoncepcional e 41,5% usam a camisinha, isso evidencia que o uso de outro método contraceptivo diminui o uso. Algumas das entrevistadas afirmaram fazer uso de anticoncepcional e não do preservativo. Dentre essas mulheres, 10 afirmaram ter tido uma quantidade superior a 4 parceiros sexuais. Isso sugere que essas mulheres acreditam que o uso de anticoncepcional dispensa o uso da camisinha. Desse modo, palestras devem ser feitas a fim de quebrar esse paradigma.

Na população estudada a maioria afirmou ter tido apenas um único parceiro sexual, enquanto que 4,4% afirmaram ter tido mais de três parceiros. Isso deve-se principalmente à cultura da região que é característica de zona rural. A maioria das mulheres também iniciaram a atividade sexual antes dos 17 anos. A variabilidade de parceiros sexuais e o início da atividade sexual em idade precoce são fatores de risco para a aquisição de doenças sexualmente transmissíveis (BEZERRA et al, 2005).

O início da atividade sexual antes dos 18 anos é precoce, pois a cérvix ainda não está totalmente madura por conta do estímulo hormonal que ainda não está estabilizado. Alguns estudos relacionam o aparecimento de lesões do HPV com o início da atividade sexual precoce (BEZERRA et al, 2005). Por ser uma região rural é comum que as mulheres se casem cedo e, desse modo, iniciem sua atividade sexual mais cedo, considerando apenas esse fator com base nesses estudos, era esperado que as mulheres apresentarem um maior número de casos de HPV, já que a maioria iniciou a atividade sexual precocemente, mas não foi o observado.

No estudo também foi avaliado o nível de conhecimento sobre o vírus HPV e a frequência de realização do exame preventivo. Foi abordado também o motivo pelo qual algumas mulheres decidem não realizar o exame preventivo, como apresentado na tabela 3.

O exame preventivo deve ser realizado anualmente (BRASIL, 2014, acesso em: 23/10/15). O SUS oferece o exame que pode ser feito em unidades básicas de saúde, contudo, muita gente não realiza o exame preventivo. Alguns dos motivos apontados no estudo foram o constrangimento e a distância de casa até à unidade básica. Ferreira (2009), estudando pacientes que fariam o exame preventivo pela primeira vez, descreveu os principais motivos relacionados a não realização do exame: medo com resultado positivo, constrangimento, dificuldades para realização do serviço são os principais motivos apontados.

Tabela III – Nível de conhecimento sobre HPV e frequência de realização do exame preventivo (n=136)

<b>Variável</b>	<b>N</b>
<b>Pacientes que já tinham ouvido sobre o HPV</b>	
Sim	117
Não	18
<b>Frequência de realização do exame preventivo</b>	
Anualmente	105
Raramente	25
Primeira vez	06
<b>Motivo de realizar o exame pela primeira vez ou raramente</b>	
Dor ou desconforto	-
Constrangimento	08
Distância	01

Fonte: Elaborado pela autora, 2015.

Conforme apresentado na tabela 3, observa-se que a maioria das mulheres (136) já tinha ouvido falar do HPV e também foi observado que a maioria realizava o preventivo anualmente. Isso mostra que quando sabem da doença se previnem mais através do exame Papanicolau periodicamente. A informação sobre a doença e suas consequências à saúde da mulher é de suma importância para trabalhar melhor a prevenção desta. É importante garantir que essas mulheres tenham acesso a esse tipo de informação para que se previnam através do exame Papanicolau periódico e também através de outras formas, como o uso de preservativos que é pouco utilizado por essas mulheres, conforme apresentado na tabela II.

O estudo também teve como objetivo conscientizar as mulheres sobre o HPV através de folhetos explicativos e palestras. Na palestra as mulheres foram abordadas na palestra sobre o HPV e sua relação com câncer de colo. Grande parte das mulheres afirmaram saber que o HPV se trata de uma DST, porém poucas sabiam de sua relação com câncer de colo. Quando foi discutido a respeito dos métodos de prevenção, muitas relataram saber que a camisinha previne, mas afirmaram que mesmo sabendo do risco de contrair a doença não usavam. Um dos principais motivos observados foi o fato de terem parceiros fixos.

A palestra seguiu apresentando sobre o vírus, sintomas da infecção, formas de prevenção e tratamento. Foi usada uma linguagem bem acessível para que elas compreendessem bem a mensagem. Foi utilizado o recurso de slides para que imagens fossem reproduzidas. As imagens com órgãos sexuais femininos e masculino com a doença chocou a população, o que de fato, foi bom, uma vez que muitas puderam se conscientizar sobre a real importância do exame preventivo.

Das 136 pacientes submetidas ao questionário duas apresentaram alterações no exame preventivo. As duas pacientes apresentaram lesão intraepitelial de baixo grau. Os exames foram realizados por um laboratório particular de Vitória conveniado com o SUS. Antes de ser entregue à paciente, o laudo é analisado por um profissional e analisado quanto à presença de atipias. Outras atipias relacionadas ao colo uterino também foram observadas em algumas pacientes como mostrado nas figuras 1, 2, 3 e 4.

Figura1 - Paciente com colo uterino normal



Fonte: Arquivo Pessoal

Figura 2 - Paciente com ferida no colo uterino



Fonte: Arquivo Pessoal

Figura 3 - Paciente com ferida no colo uterino



Fonte: Arquivo Pessoal

Figura 4 - Paciente com colo uterino positivo no Teste de Schiller



Fonte: Arquivo Pessoal

Pode-se considerar que não é número bastante expressivo, porém pode-se levar em conta a amostragem que é composta basicamente por mulheres com idade entre 30 e 50 anos. Nessa faixa etária a incidência de doenças sexualmente transmissíveis, como o HPV, é menor, pois geralmente as mulheres são casadas, desse modo,

possuem parceiros fixos. Além disso, algumas mulheres com essa faixa etária relataram não ter vida sexual ativa, o que contribui diminuindo a incidência da doença.

A unidade básica de saúde do distrito também é um dos fatores que contribui para poucos casos de HPV na região. Há uma política de saúde muito integrada composta por uma equipe multidisciplinar composta por enfermeiros, técnicos de enfermagem, médicos, psicólogos, fisioterapeutas e agentes de saúde que vão até as residências dessas pacientes e realizam a estratégia. Além disso, o programa de vacinação contra o HPV, que atende meninas entre 9 e 13 anos é bastante efetivo e tem atingido grande parte da região. Essas estratégias de acompanhamento permitem que haja poucos casos da doença no município.

#### **4 CONCLUSÃO**

O HPV é o principal responsável pelo desenvolvimento de câncer cervical, um dos cânceres que mais mata no mundo. No Estado do Espírito Santo, 340 novos casos de câncer uterino eram esperados em 2012, o que corresponde a 18 casos em cada 100 mil mulheres. São estimativas altas e para obter um controle é necessário implantar medidas para promover o rastreamento e prevenção da causa principal: o vírus HPV (ALMEIDA et al, 2012).

No estudo foi observado que apesar de ter havido poucos casos de HPV e alterações no epitélio uterino, as mulheres entrevistadas têm comportamento sexual inadequado como a prática de sexo sem preservativo. Esse comportamento pode vir a elevar a disseminação de HPV e outras DST's, e assim, elevar o número de casos da doença na região. Outro fator observado na população e que se relaciona com número de casos de HPV é o início precoce da vida sexual, a maioria das entrevistadas afirmou ter iniciado a vida sexual antes dos 17 anos.

Com esse estudo, foi possível identificar deficiência quanto ao conhecimento das mulheres sobre a doença. Grande parte das mulheres, ao longo das palestras relatou não compreender a doença e seus aspectos, assim não sabiam da gravidade da doença e da real importância do exame preventivo. Poucas mulheres sabiam da relação entre a prática de sexo sem preservativo e o câncer de colo. O conhecimento

disso motiva as mulheres a usarem mais o preservativo e assim diminuir a incidência da doença. Desse modo, verifica-se que deve haver maiores investimentos em projetos de conscientização.

O número reduzido de casos também pode ser explicado pela idade das mulheres. A população foi constituída basicamente por mulheres adultas, entre 30 e 60 anos, algumas delas relataram não ter vida sexual ativa e tinham parceiros fixos. Sabe-se que quando a amostragem é composta por adolescentes e jovens, a incidência é maior devido a fatores como variedade de parceiros sexuais, constrangimento de falar sobre o assunto e adquirir preservativos, entre outros. Contudo isso não indica que mulheres mais velhas não estejam suscetíveis, pelo contrário, estudos mostram que a incidência de HPV e outras doenças como HIV tem aumentado nessa idade, o que indica que campanhas de conscientização devem atingir a essas mulheres.

Mesmo apresentando baixa incidência na população estudada, faz-se necessário a implantação de medidas que estimulem as mulheres do município utilizarem mais o preservativo e a realizarem o exame preventivo. É necessário também criar projetos educativos para aumentar o nível de conhecimento da população sobre o HPV, enfatizando as formas de contágio e prevenção, assim como o principal risco oferecido pela infecção que é o câncer de colo.

## 5 REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. V. de S. et al. Avaliação da Qualidade dos Dados do Sistema de Informação do Câncer do Colo do Útero em Vitória – ES, Brasil. **Revista brasileira de Cancerologia**, v. 58, n. 3, p. 427-433, 2012. Disponível em: < [http://www.inca.gov.br/rbc/n\\_58/v03/pdf/12\\_artigo\\_avaliacao\\_qualidade\\_dados\\_sistema\\_informacao\\_cancer\\_colo\\_uterio\\_vitoria\\_es\\_brasil.pdf](http://www.inca.gov.br/rbc/n_58/v03/pdf/12_artigo_avaliacao_qualidade_dados_sistema_informacao_cancer_colo_uterio_vitoria_es_brasil.pdf)>. Acesso em 06/10/2015.

BRASIL. **Câncer de colo de útero**: exame simples ajuda a salvar vidas. Disponível em:< <http://www.brasil.gov.br/saude/2014/02/cancer-de-colo-de-uterio-exame-simples-ajuda-a-salvar-vidas#>> Acesso em: 23/10/2015.

BARBEIRO, F.M.S. et al., Conhecimentos e práticas e prevenção do câncer cérvico-uterino. **Revista Fonte de Pesquisa, Cuidado e Fundamento online**, v.1, n. 2, p. 414-422, set./dez. 2009.

BEZERRA S. J. S. et al. Perfil de mulheres portadoras de lesões cervicais por HPV quanto aos fatores de risco para câncer de colo uterino. **DST – J Bras Doenças Sex Transm**, Fortaleza, v.17, n.2, p. 143-148, 2005.



CAETANO, R; VIANNA, C.M.M; THULER, L.C.S; GIRIANELL, V.R. Custo–efetividade no diagnóstico precoce do câncer de colo uterino no Brasil. **Revista de Saúde Coletiva**. v.16, n.1, p. 99-118, 2006.

CASTRO-SILVA, I.L; COUTINHO, L.A.C; SILVA JUNIOR, J.A; PIRES, A.R.C; BASTOS, O.M.P. Percepção de Vulnerabilidade ao HPV e câncer de cabeça e Pescoço: comportamentos sexuais e de risco em Jovens de Niterói, RJ. **DST - Jornal Brasileiro de Doenças Sexualmente Transmissíveis**, v. 24, n. 2, p.85-92, 2012.

CRUZ, F. J.; MELO, V.H. Fatores associados à persistência da infecção pelo HPV na cérvix uterina. **Feminina**, v. 38, n. 8. p. 423-427, ago. 2010.

DAVIM, R.M.B; TORRES, G.V; SILVA, R.A.R; SILVA, D.A.R. Conhecimento de mulheres de uma Unidade Básica de Saúde da cidade de Natal/RN sobre o exame de Papanicolau. **Rev. Esc. Enferm.** v.39, n.3, p. 296-302, 2005.

D'SOUZA, G.; AGRAWAL, Y.; HALPERN, J.; BODISON, S.; GILLISON, M. Oral Sexual Behaviors Associated with Prevalent Oral Human Papillomavirus Infection. Brief Report. **JID**, n. 199, p.1263-1269, 2009.

FERREIRA, M. L. S. M. Motivos que influenciam a não realização do exame Papanicolau segundo a percepção de mulheres. Escola Anna Nery **Revista de Enfermagem**, v.13, n.2, p. 378-384, 2009.

INSTITUTO NACIONAL DO CÂNCER - INCA. **INCA e Ministério da Saúde apresentam estimativas de câncer para 2014**. 27. nov. 2013. Disponível em: <[http://www2.inca.gov.br/wps/wcm/connect/agencianoticias/site+/home+/noticias/2013/inca\\_ministerio\\_saude\\_apresentam\\_estimativas\\_cancer\\_2014](http://www2.inca.gov.br/wps/wcm/connect/agencianoticias/site+/home+/noticias/2013/inca_ministerio_saude_apresentam_estimativas_cancer_2014)> Acesso em: 06/10/2015

NAKAGAWA, J.T.T; SCHIRMER, J.; BARBIERI, M. Vírus HPV e câncer de colo de útero. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 63, n. 2, p. 307-311, 2010.

NICOLAU, S.M. **Papilomavírus Humano (HPV): diagnóstico e tratamento** (Projeto Diretrizes). Federação Brasileira das Sociedades de Ginecologia e Obstetrícia. 11 set.2002. Disponível em: <[http://projetodiretrizes.org.br/projeto\\_diretrizes/079.pdf](http://projetodiretrizes.org.br/projeto_diretrizes/079.pdf)>. Acesso em 06/10/2015.

PAIVA, V; CALAZANS, G; VENTURIN, G; DIAS, R. Idade e uso de preservativo na iniciação sexual de adolescentes brasileiros. **Rev Saúde Pública**, v.42, Supl 1, p.45-53, 2008.

PARRA, R.S. **HPV (condiloma anal)**. Ribeirão Preto. Disponível em: <<http://rogerioparra.site.med.br/index.asp?PageName=HPV2028condiloma20anal-29>> Acesso em: 06/10/2015.

SANTOS, I.M; MAIORAL, M.F; HAAS, P. Infecção por HPV em homens: importância na transmissão, tratamento e prevenção do vírus. **Estud Biol.** v. 32/33, p.76-81, p.111-18. jan/dez, 2010/2011.

STOFLE, M; NUNES, R; SCHNEIDER, I. Avaliação de fatores associados às lesões HPV induzidas do colo uterino. **Arquivos Catarinenses de Medicina**, Santa Catarina, v. 40, p. 3, p. 84 – 89, 2011.

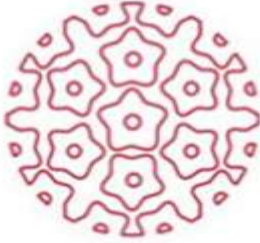
### Anexo 1 - Questionário Aplicado

<b>IDADE</b>	<b>PROFISSÃO</b>	<b>Cor</b> BRANCA ( ) PARDA ( ) NEGRA ( )	
<b>ATENÇÃO: MARQUE COM UM X A RESPOSTA</b>			
<b>QUAL É O SEU ESTADO CIVIL?</b> ( ) CASADO ( ) SOLTEIRO ( ) DIVORCIADO ( ) VIÚVA ( ) AMASIADA		<b>EM QUAL REGIÃO VOCÊ MORA?</b> ( ) ZONA RURAL ( ) ZONA URBANA	
<b>ESCOLARIDADE</b> ( ) ANALFABETO ( ) 1º GRAU COMPLETO ( ) 1ºGRAU INCOMPLETO ( ) 2º GRAU COMPLETO ( ) 2º GRAU INCOMPLETO ( ) ENSINO SUPERIOR			
<b>NÚMEROS DE PARCEIROS SEXUAIS EM TODA VIDA</b> ( ) 1 ( ) 2 ( ) 3 ( ) 4 OU MAIS. QUANTOS? _____		<b>FAZ USO DE ANTICONCEPCIONAL?</b> ( ) SIM NÃO ( )	
<b>COM QUE FREQUENCIA VOCÊ REALIZA O EXAME PREVENTIVO</b> ( ) RARAMENTE ( ) ANUALMENTE ( ) PRIMEIRA VEZ  <b>PORQUE NUNCA O FEZ?</b> VERGONHA ( ) MEDO DE DOER ( ) MEDO DO RESULTADO ( ) ( ) MORA LONGE		<b>COM QUANTOS ANOS INÍCIOU A ATIVIDADE SEXUAL?</b> ANTES DOS 17 ( ) ENTRE 17 E 21 ANOS ( ) ACIMA DE 21 ANOS ( )	
<b>VOCÊ REALIZA SEXO ANAL?</b> ( ) SIM ( ) NÃO	<b>VOCÊ REALIZA SEXO ORAL?</b> ( ) SIM ( ) NÃO	<b>VOCÊ UTILIZA PRESERVATIVO NA RELAÇÃO SEXUAL (CAMISINHA, POR EXEMPLO)?</b> ( ) SIM ( ) NÃO	
<b>VOCÊ SABE OU JÁ OUVIU FALAR DO HPV?</b> ( ) SIM ( ) NÃO	<b>NÚMERO DE GRAVIDEZ</b> ( ) 1 ( ) 2 ( ) 3 ( ) 4 OU MAIS QUANTOS? _____	<b>VOCÊ FUMA?</b> ( ) SIM ( ) NÃO	<b>VOCÊ INGERE BEBIDAS ALCOOLICAS?</b> ( ) SIM ( ) NÃO

Fonte: Elaborado pela própria autora

## Anexo 2 - Folheto Explicativo

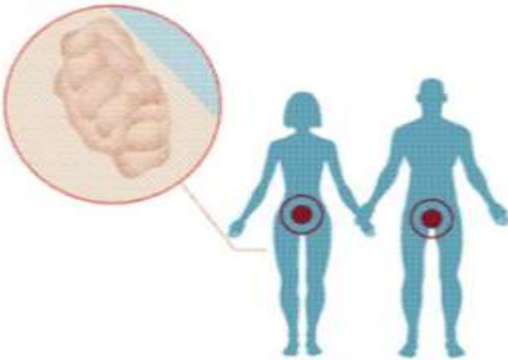
### ENTENDA O QUE É O HPV



#### O QUE É O HPV?

- HPV é um vírus capaz de infectar a pele e mucosas podendo provocar verrugas nos órgãos sexuais de homem e mulheres, principalmente.

- Alguns subtipos de HPV, são capazes de causar câncer de colo de útero, um tipo de câncer responsável por muitas mortes.



### TRANSMISSÃO

Relações sexuais sem camisinha.

Transmissão de mãe para filho durante o parto, por isso, é importante o acompanhamento pré-natal.

### PREVENÇÃO

#### Preservativo (camisinha)

Distribuído gratuitamente pelo SUS



#### Vacinação

Disponível para meninas de 9 a 11 anos no SUS



#### Exame Preventivo

O preventivo é a melhor forma de avaliar a presença do vírus e diagnosticá-lo precocemente. Por isso, é muito importante realizar o preventivo anualmente.



VIVA MULHER!



Fonte: Elaborado pela própria autora

## **AS ONDAS RENOVATÓRIAS DO ITALIANO MAURO CAPPELLETTI COMO CONJUNTO PROPOSTO A EFETIVAR O ACESSO À JUSTIÇA DENTRO DO SISTEMA JURÍDICO BRASILEIRO<sup>1</sup>**

**Gabriela Angelo Neves**

**Samira R. da Silva<sup>2</sup>**

**Tauã Lima Verdán Rangel<sup>3</sup>**

### **RESUMO**

Salta aos olhos a imprescindibilidade de aludir que o progresso da sociedade caminha conjuntamente com o acesso à justiça a todos os cidadãos. A magnitude do tema fez com que várias teorias se direcionassem a interpretá-lo e extrair seus conceitos. Mediante ao cenário abalizado, o jurista-processualista italiano Mauro Cappelletti traduziu o que seria acesso à justiça, em uma de suas principais obras, por meio do movimento renovatório que se dividia em três ondas. Cada “onda” surgiu em um lapso temporal, contudo todas possuem correlações. A primeira diz respeito a prestação de serviços jurídicos aos pobres. Enquanto a segunda tem o intento de esmiuçar os interesses difusos, permitindo que o processo tenha uma inclinação à coletividade da tutela. Neste almiré, a terceira onda faz referência a uma reforma interna do processo, buscando proporcionar a exequibilidade dos direitos sociais. O presente estudo visa demonstrar como o acesso à justiça é incorporado pelo sistema jurídico pátrio. Cuida hastear que a Lei nº 1.060/50, bem como a Lei Complementar nº 80, de 12 de janeiro de 1994, foram influenciadas pela primeira onda renovatória. No mesmo sentido, o Código de Defesa do Consumidor (nº. 8.078/90) e a Lei da Ação Civil Pública (nº 7.347/85), por exemplo, tiveram suas ideias basilares amparadas na segunda onda. De outra ponta o surgimento dos Juizados Especiais trazendo em seu

---

<sup>1</sup> Artigo vinculado ao Projeto de Iniciação Científica intitulado "O acesso ao Poder Judiciário no Município de Cachoeiro de Itapemirim-ES: uma revisitação ao Projeto "Pelos Mãos de Alice" de Boaventura de Souza Santos e a concreção do princípio constitucional de acesso à justiça".

<sup>2</sup> Discente do Quarto Período do Curso de Direito do Instituto de Ensino Superior do Espírito Santo (IESES) – Unidade Cachoeiro de Itapemirim. E-mail: samiralasvegas@hotmail.com

<sup>3</sup> Professor Orientador. Doutorando vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense. Mestre em Ciências Jurídicas e Sociais pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense (2013-2015). Especialista em Práticas Processuais – Prática Civil, Prática Penal e Prática Trabalhista pelo Centro Universitário São Camilo-ES (2014-2015). Projeto de Iniciação Científica "O acesso ao Poder Judiciário no Município de Cachoeiro de Itapemirim-ES: uma revisitação ao Projeto "Pelos Mãos de Alice" de Boaventura de Souza Santos e a concreção do princípio constitucional de acesso à justiça". E-mail: taua\_verdan2@hotmail.com

bojo um novo aspecto ao processo, de modo a facilitar o acesso à justiça, tendo o intuito de tornar a máquina judicial mais célere, deu-se concretude a terceira onda cappelletiana. Nesta senda, observar-se-á uma quarta onda de acesso à justiça proposta por Kim Economides. Por fim, torna-se imperioso apregoar que o fito principal de todos os movimentos de acesso à justiça é humanizar todo o aparato processual, e atender os anseios do Estado Democrático de Direito, assim como há de se falar em algo que busca incessantemente erradicar todo e qualquer método que seja caro, moroso e inalcançável à população.

**Palavras-Chave:** Acesso à justiça. Ondas renovatórias. Mauro Cappelletti. Kim Economides.

### ABSTRACT

Jumps to the eyes indispensability alluding to the progress of society jointly walks with access to justice to all citizens. The magnitude of the subject made several theories would direct to interpret it and draw their concepts. By the authoritative scenario, the Italian jurist and proceduralist Mauro Cappelletti translated what would be access to justice, in one of his major works, through lease renewal movement was divided into three waves. Each "wave" arose in a time gap, but all have correlations. The first concerns the provision of legal services to the poor. While the second is intent on crushing the diffuse interests, allowing the process has an inclination to the community conservancy. In this diapason, the third wave refers to an internal reform process, seeking to provide the feasibility of social rights. This study aims to demonstrate how access to justice is incorporated into the Brazilian legal system. Looks after hoisting the Law No. 1.060/50 and Complementary Law No. 80, 12 of January of 1994, were influenced by the first wave lease renewal. Similarly, the Consumer Protection Code (no. 8.078/90) and the Law of Public Civil Action (No. 7.347/85), for example, they had their basic ideas supported in the second wave. From the other end the emergence of Special Courts bringing in its wake a new aspect to the process in order to facilitate access to justice, and in order to make faster judicial machine, it gave concreteness the third wave of Cappelletti. In this vein, it will be observed a fourth wave of access to justice proposed by Kim Economides. Finally, it is imperative to proclaim that the main aim of all movements of access to justice is to humanize all the procedural apparatus, and meet the desires of Law Democratic State and is there to speak on something that

has tirelessly sought to eradicate all and any method that is expensive, time consuming and unattainable to the population.

**Keywords:** Access to justice. Renewals waves. Mauro Cappelletti. Kim Economides.

## 1 COMENTÁRIOS INAUGURAIS

De início, ao dispensar um exame acerca do tema trazido à lume, patente se faz arrazoar sobre a repercussão que o termo “acesso à justiça” revela. Uma vez que, desponta-se como alvo de dificultosa definição, todavia, serve para determinar, de plano, finalidades basilares do sistema jurídico: o acesso ao Poder Judiciário tem que ser igualitário e seus resultados devem ensejar no meio social de forma justa, bem como sendo caracteristicamente individual. Com efeito disso, tal expressão vai além da simples possibilidade do cidadão fazer uso do instrumento jurídico, sobretudo versa sobre uma justa composição do litígio para os conflitos de interesses o qual se encontra.

Nesta senda, cabe salientar que um justo processo é a espinha dorsal que movimenta toda ideia mais hodierna de acesso aos canais da jurisdição, consagrando, portanto, as condições insupríveis e mínimas sem as quais não seria possível aplicar o direito material com justiça. Diante do quadro gizado, o controle jurisdicional deve ser analisado em função das garantias fundamentais e dos princípios que são assegurados ao indivíduo, bem como à coletividade. Destarte, a tutela jurisdicional deve ser capaz de resolver os conflitos de modo adequado, como também correspondendo aos valores primordiais do Estado Democrático de Direito. Urge trazer à baila que não basta que a máquina judicial seja efetiva, exige-se que as demandas sejam atendidas em tempo razoável, de modo universal, alcançando o maior número possível de situações conflituosas.

Com espeque em tais premissas, cuida destacar que o acesso à justiça é um direito fundamental expresso pela Carta Magna de 1988, acolhido em seu artigo 5º, inciso LXXIV, que assegura a todos assistência judiciária. Neste sentido, o Estado é responsável pela efetivação deste direito. Tendo em vista que por meio dele há abertura para o exercício dos demais direitos. Calha trazer à tona que tal acesso não se configura apenas pelo direito público subjetivo a propositura de uma ação, mas

também por vedar que o legislador edite uma lei que exclua o Poder Judiciário da apreciação de todo e qualquer direito que venha ser lesionado ou ameaçado.

Já é passível de entendimento que acessar a justiça transpõe a noção de individualismo liberal, ou seja, de que está restrito a garantia da via judiciária, pois sua dimensão demonstra-se, com clareza solar, ser muito ampla. Logo, esse acesso explanado reiteradas vezes representa a garantia universal de que o Judiciário tem que ter aptidão de sustentar a defesa dos direitos, não vendo quem lhe bata à porta, o poder público ou o particular, a empregada doméstica ou o empresário, o branco ou o afrodescendente, em posição de igualdade com seus contendores, ofertando um provimento equilibrado, tempestivo, legítimo e efetivo.

À guisa de estruturação lógica dos assuntos abordados, tem-se que o prezado artigo está voltado à análise, embora não exaurida, das ondas renovatórias aludidas por Mauro Cappelletti e suas incidências na legislação brasileira. Para tanto, cada seção tratará de uma onda, com o intuito de organização dos conceitos e ideias delineadas. Neste substrato de exposição, a seção 4 ainda contará com propositura de uma quarta onda trazida por Kim Economides. Vale dizer que todas influenciaram a criação e aperfeiçoamento de instrumentos de efetivação da chancela jurisdicional.

## **2 A PRIMEIRA ONDA RENOVATÓRIA CAPPELLETTIANA: ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA AOS POBRES**

A primeira onda cappellettiana teve sua gênese nos países do ocidente, direcionava-se a prestação de assistência judiciária aos menos abastados. Visto que o valor elevado dos honorários advocatícios, das custas processuais, bem como a falta de informação sobre o que é Direito por parte dos indivíduos de baixa renda dificulta, melhor dizendo, torna-se quase impossível o acesso à justiça. Então, a situação da onerosidade, como também o formalismo nas relações jurídicas, dos serviços do Poder Judiciário sempre foi algo que construiu barreiras “aos membros da sociedade economicamente necessitados, surgiu a necessidade de garantir a todos o acesso à prestação à tutela jurídica do Estado. Este primeiro passo de assegurar a assistência judiciária, ficou conhecido como a Primeira Onda do acesso à justiça” (PIZETA; PIZETTA; RANGEL, 2014, s.p).

O auxílio de um procurador é crucial para o desenvolvimento de meios hábeis à formalização do pedido, sendo ele o caminho a decifrar os complexos procedimentos sedimentados pela ciência processual. Segundo Cappelletti e Garth (1998, p. 3) “na maior parte das modernas sociedades, o auxílio de um advogado é essencial, senão indispensável para decifrar leis cada vez mais complexas e procedimentos misteriosos, necessários para ajuizar uma causa”. O acesso à justiça foi colocado como direito fundamental na Carta Cidadã de 1988, em seu artigo 5º, inciso LXXIV, “o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos” (BRASIL, 1988).

Nesse sentido, Mauro Cappelletti e Bryan Garth dizem sobre três relevantes modelos jurídicos direcionados à assistência judiciária aos pobres. Sendo assim, o primeiro, denominado “sistema *judicare*” (CAPPELLETTI; GARTH, 1988, p. 13), consiste na contratação de advogados particulares, pelo Estado, para prestar assistência judiciária aos cidadãos de baixa renda. O propósito desse sistema é ofertar uma justiça equilibrada, ou seja, a mesma destreza jurídica ao litigante menos abastado daquele que possui condições financeiras para custear o serviço de advogado particular. “O ideal é fazer uma distinção apenas em relação ao endereçamento da nota dos honorários: o Estado, mas não o cliente, é quem recebe” (CAPPELLETTI; GARTH, 1988, p. 13).

Contudo, o mestre encontra uma falha neste sistema, pois, em consonância com sua obra “Acesso à Justiça”, este sana o problema referente às custas, contudo não direciona os pobres quanto ao reconhecimento de seus direitos e causas de pedir. Como ele mesmo assenta, “não encoraja, nem permite que o profissional individual auxilie os pobres a compreender seus direitos e identificar as áreas em que se podem valer de remédios jurídicos” (CAPPELLETTI; GARTH, 1988, p. 14). Por outra via, insta aclarar que o *judicare* vislumbra o pobre como sujeito de direitos, indivíduo que é, todavia, não há amplitude ao rol de direitos garantidos, ficando, por vezes, apenas às causas de família ou de defesa criminal, ao invés de se estender a novos direitos, tais como dos consumidores, inquilinos, dentre outros. Desta maneira, faz-se necessário trazer à baila os substanciais ensinamentos de Mello:



Outra crítica dirigida ao sistema é que ele se volta para a defesa eminentemente individual do assistido, desconsiderando a importância do enfoque de classe na conquista de mais direitos. Além disso, não há a preocupação com a formação de uma consciência dos direitos cabíveis às pessoas, que ficam prejudicadas por sequer saber identifica-los (MELLO, 2010, p.21).

O segundo sistema destacado por Cappelletti refere-se ao “modelo de assistência judiciária com advogados remunerados pelos cofres públicos, tem um objetivo diverso do sistema *judicare*, o que reflete sua origem moderna no Programa de serviços Jurídicos do *Office of Economic Opportunity*, de 1965 - a vanguarda de uma ‘guerra contra a pobreza’” (CAPPELLETTI; GARTH, 1988, p. 15). Aqui, a luta é pelos pobres enquanto classe. Coaduna-se a essa diretriz programática o que bem sustenta Mello:

Por esse sistema, escritórios localizados dentro da comunidade ou próximo dela encarregam-se de prestar-lhes a assistência judiciária, transcendendo o sistema anterior (*judicare*), uma vez que o objetivo maior a ser atingido é atribuir um enfoque de classe às demandas, de modo que se forme uma conscientização na comunidade a respeito de seus direitos. No mesmo sentido, a atuação dos advogados volta-se a ampliar o rol dos direitos da comunidade enquanto classe, por meio de casos-teste, *lobby* e tentativas de reformas legislativas (MELLO, 2010, p.21).

“A desvantagem desse sistema é que o atendimento individual pode se ver preterido em relação aos casos-teste de maior repercussão, além do que se corre o risco de o advogado subestimar o potencial dos pobres ao assumir integralmente a tentativa de solução de seus problemas” (MELLO, 2010, p.21). Cappelletti entende que apenas a manutenção de advogados assalariados, não combinada com outras soluções, também se torna limitada. “Ao contrário do sistema *judicare*, o qual utiliza a advocacia privada – ela não pode garantir o auxílio jurídico como um direito” (CAPPELLETTI; GARTH, 1988, p. 16). Mello (2010) finaliza, em seu escólio, dizendo que “acresça-se, ainda, a este fator um ainda mais grave, que é a incongruência entre o fato de os escritórios de vizinhança serem financiados pelo governo ao mesmo tempo em que combatem várias políticas estatais”.

Países como Suécia e a Província Canadense de Québec adotam o que, perante uma visão cappellettiana, pode ser chamado de modelos combinados (CAPPELLETTI; GARTH, 1988, p. 16). Isso significa que existe a possibilidade de escolha entre o atendimento por advogados particulares ou públicos, muito embora os programas tenham realces distintos. No entanto, o mais importante é que essa viabilidade deu

abertura para uma nova dimensão, isto é, harmonizando ambos os modelos “permite que os indivíduos escolham entres os serviços personalizados de um advogado particular e a capacitação especial dos advogados de equipe, mais sintonizados com os problemas dos pobres” (CAPPELLETTI; GARTH, 1988, p. 17). Cappelletti e Garth listaram condições inevitáveis à prestação assistencial eficiente:

Antes de mais nada, [...], é necessário que haja um grande número de advogados, um número que pode até exceder a oferta, especialmente em países em desenvolvimento. Em segundo lugar, mesmo presumindo que haja advogados em número suficiente, [...], é preciso que eles se tornem disponíveis para auxiliar aqueles que não podem pagar por seus serviços. Isso faz necessárias grandes dotações orçamentárias [...]. Em economias de mercado, [...], a realidade diz que, sem remuneração adequada, os serviços jurídicos para os pobres tende a ser pobres também. Poucos advogados se interessam em assumi-los, e aqueles que o fazem tendem a desempenhá-los em níveis menos rigorosos (CAPPELLETTI; GARTH, 1988, p. 47-48).

“Feita esta contextualização, não há como tratar do ‘Acesso à Justiça’ sem que se faça referência à Defensoria Pública. Isto porque a instituição tem por objetivo a garantia a uma ordem jurídica justa, que garanta aos necessitados não só acesso formal aos órgãos do Poder Judiciário, mas também o acesso real e a proteção efetiva e dos seus interesses” (VALE, 2009, p.33). A instituição trabalha no sentido de transpor os obstáculos relacionados à efetividade e ao acesso da tutela jurisdicional, desde a implantação da Lei Complementar de nº. 80, de 12 de janeiro de 1994, que organiza a Defensoria Pública da União, do Distrito Federal e dos Territórios e prescreve normas gerais para sua organização nos Estados, e dá outras providências. Com base no artigo 4º da supracitada lei, tem-se que uma das funções da Defensoria Pública é de prestar orientação jurídica e exercer a defesa dos necessitados, em todos os graus (redação conferida pela Lei Complementar nº. 132, 2009). Tais afirmações vão de encontro ao que revelou Suzana Gastaldi:

No Brasil, a **primeira onda renovatória do acesso à justiça** ganhou consistência jurídica com a entrada em vigor da Lei 1.060, de 5 de fevereiro de 1950 e, mais de quarenta anos após, com a instituição da Defensoria Pública da União, do Distrito Federal e dos Territórios, por meio da Lei Complementar 80, de 12 de janeiro de 1994 (GASTALDI, 2013, s.p).

Urge acrescentar que, conforme Alvim (2003), a Lei nº 1.060/50, que estabelece normas para a concessão de assistência judiciária aos necessitados, facilita o acesso de tal forma que considera necessitado, para fins legais, todo aquele cuja situação

econômica não lhe permita pagar às custas do processo e os honorários de advogado, sem prejuízo do sustento próprio ou da família (artigo 2º, parágrafo único, redação conferida pela Lei Complementar nº. 132, 2009). Inclusive, esta traz consigo a figura do advogado dativo, que, por sinal, tem lugar onde não há o atendimento da Defensoria Pública ou similares. “A mudança no ordenamento proporcionou, para aquelas pessoas que não possuíam meios de garantir seus direitos, a oportunidade de reivindicá-los por eles sem comprometer o sustento de suas famílias” (PIZETA; PIZETTA; RANGEL, 2014, s.p).

### **3 A SEGUNDA ONDA RENOVATÓRIA CAPPELLETIANA: DOS INTERESSES DIFUSOS**

Apesar da garantia da assistência judiciária ter sido um fator determinadamente progressista, “verificou-se que, apesar de todos deterem a capacidade de colocar suas lides à apreciação do Poder Judiciário, constatou-se que, mesmo assim, não era possível a análise de todos os interesses” (PIZETA; PIZETTA; RANGEL, 2014, s.p). Neste instante, tornou-se essencial a apreciação dos direitos da coletividade, uma vez que não eram tutelados “pelos meios dos instrumentos garantidores dos direitos individuais” (PIZETA; PIZETTA; RANGEL, 2014, s.p). Deste modo, a segunda onda renovatória é de substancial relevância, isto porque põe em xeque a representação dos interesses difusos e de grupos, visto que a primeira só se voltava a assistência conferida aos menos abastados. Mauro Cappelletti e Bryan Garth vão aduzir que

Centrando seu foco de preocupação especificamente nos interesses difusos, esta segunda onda de reformas forçou a reflexão sobre noções tradicionais muito básicas do processo civil e sobre o papel dos tribunais. Sem dúvida, uma verdadeira “revolução” está-se desenvolvendo do processo civil (CAPPELLETTI; GARTH, 1988, p. 18).

Em conformidade com Alvim (2003), a preocupação da segunda onda resultou da incapacidade de o processo civil tradicional, de cunho individualista, servir para a proteção dos direitos ou interesse difusos ou também chamados de coletivos. É que o processo civil foi sempre visto como campo de disputa entre particulares, tendo por objetivo a solução de controvérsia entre eles a respeito de seus próprios interesses individuais. “Tal onda renovatória permitiu a mudança de postura do processo civil,

que, de uma visão individualista, funde-se em uma concepção social e coletiva, como forma de assegurar a realização dos ‘direitos públicos’ relativos a interesses difusos” (MELLO, 2010, p. 23).

De uma perspectiva equivocada, em que se pensava que se o direito ou interesse pertencia a todos é porque não pertencia a ninguém, percebeu-se que se o direito ou interesse não pertencia a ninguém é porque pertencia a todos, e, a partir desse enfoque, cuidou-se de buscar meios adequados à tutela desses interesses, que não encontravam solução confortável na esfera do processo civil (MELLO, 2010, p.22).

O tradicionalismo processual não deixava espaço para a proteção desses direitos difusos. Logo, o processo era visto como algo a ser tratado apenas entre duas partes, versando assuntos de interesses individuais. Assim, direitos grupais não conseguiam se encaixar nesse esquema, até mesmo devido as normas de procedimento, as regras de legitimidade, sobretudo a atuação dos magistrados que não visavam descomplicar as demandas por interesses difusos ajuizadas por particulares (CAPPELLETTI; GARTH, 1988, p. 19). Neste diapasão, Mello, ainda, vai assentar oportunamente que:

Essa nova concepção do direito pôs em relevo a transformação do papel do juiz, no processo, e de conceitos básicos como a citação e o direito de defesa, na medida em que os titulares de direitos difusos, não podendo comparecer a juízo – por exemplo, todos os interessados na manutenção da qualidade do ar em uma determinada região – é preciso que haja um “representante” adequado para agir em benefício da coletividade. A decisão deve, em tais casos, ser efetiva, alcançando todos os membros do grupo, ainda que não tenham participado individualmente do processo (MELLO, 2010, p.23).

A sociedade contemporânea com seus conflitos de massa, tendo por consequência um nível cada vez mais elevado de complexidade em suas relações, dá ensejo a direitos transindividuais, por isso é de suma importância a adoção de mecanismos para tutelá-los quando forem lesados. “Neste cenário, o direito brasileiro edifica vários mecanismos aptos a proteger tais interesses, sendo eles: ação popular, ação cível pública e o mandado de segurança coletivo. Fica evidente a necessidade de citar exemplos de direitos coletivos, como a preservação do meio ambiente” (PIZETA; PIZETTA; RANGEL, 2014, s.p). No mesmo sentido, o Código de Defesa do Consumidor (nº. 8.078/90) e a Lei da Ação Civil Pública (nº 7.347/85), tiveram suas ideias basilares amparadas na segunda onda. O Código de Defesa do Consumidor no art. 81, conceitua os direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos, conforme o dispõe:

Art. 81 - Parágrafo único - A defesa coletiva será exercida quando se tratar de:

I - interesses ou direitos difusos, assim entendidos, para efeito deste código os transindividuais, de natureza indivisível, de que sejam titulares pessoas indeterminadas e ligadas por circunstâncias de fato;

II - interesses ou direitos coletivos, assim entendidos, para efeitos deste Código, ou transindividuais de natureza indivisível de que seja titular grupo, categoria ou classe de pessoas ligadas entre si ou com a parte contrária com uma relação jurídica base;

III - interesses ou direitos individuais homogêneos, assim entendidos os decorrentes de origem comum (BRASIL, 1990).

Quanto a Ação Civil Pública há de se falar em sua previsão na Constituição Cidadã de 1988 como ação constitucional, que disciplina assuntos voltados aos danos ocorridos no meio ambiente, a bens e direitos de valor histórico, paisagístico, turístico, ao consumidor. O Ministério Público, a Defensoria Pública, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, autarquias, empresas públicas, fundações e sociedades de economia mista, possuem legitimidade para propor tal ação. Assim como, as associações que “estejam constituídas há pelo menos um ano e incluam, entre suas finalidades institucionais, a proteção ao meio ambiente, ao consumidor, à ordem econômica, à livre concorrência ou ao patrimônio artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico (art. 5º e incisos da referida Lei)” (GARBELLINI, 2011, s.p).

#### **4 A TERCEIRA ONDA RENOVATÓRIA CAPPELLETIANA: A FIGURA DOS JUIZADOS ESPECIAIS, UM NOVO ENFOQUE**

O acesso à justiça se torna menos alcançável ao se dirigir as classes menos favorecidas que almejam clamar pelo seu direito frente a um Poder Judiciário tão fechado para os que deleitam de conhecimento sobre as normas. Desta feita, surge a necessidade de buscar novas formas de acesso aos mecanismos jurídicos de modo a constituir progressos buscados na terceira onda como preconizam Mauro Cappelletti e Bryan Garth (1988, p. 25) “essa ‘terceira onda’ de reforma inclui a advocacia, judicial ou extrajudicial, seja por meio de advogados particulares ou públicos. Ela centra sua atenção no conjunto geral de instituições e mecanismos, pessoas e procedimentos utilizados para processar e mesmo prevenir disputas nas sociedades modernas”. Além dos mecanismos existentes, busca-se algo que proporcione acessibilidade e celeridade nos processos satisfazendo todos que depositam sua confiança no poder judiciário de solucionar sua lide.

Nesta onda, Cappelletti e Garth demonstram algo muito além do que foi tratado na primeira e segunda onda, trata-se de inovações sendo importantíssimo trazer à baila, a figura dos Juizados Especiais “criados não apenas para desafogar o judiciário, mas também para abrir portas para o acesso a justiça nos casos de menor complexidade” (SILVERIO, 2009, p.8), incluindo casos na maioria das vezes de marginalização de lides advindas de pessoas sem condições de serem representadas por advogados particulares, porém a legislação assegura, consoante ao artigo 98 do Texto Constitucional de 1988, que:

A União, no Distrito Federal e nos Territórios, e os Estados criarão: I – juizados especiais, providos por juízes togados, ou togados e leigos, competentes para conciliação, o julgamento e execução das causas, cíveis de menor complexidade e infrações penais de menor potencial ofensivo, mediante os procedimentos oral e sumaríssimo, permitidos, nas hipóteses previstas em lei, a transação e o julgamento de recursos por turmas de juízes de primeiro grau (BRASIL, 1988).

O prisma dos Juizados Especiais Cíveis encontra-se explícito na Lei nº.9.099, de 26 de setembro de 1995, que dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências, desfruta de uma facilidade concedida às partes processuais admitidas no art.9º da referida lei dispendo sobre as causas de valor até 20 (vinte) salários mínimos, possibilitando as partes comparecerem pessoalmente, podendo ser assistidas por advogados. De acordo com Silverio (2009, p. 8), “nesta lei, estão resguardados os princípios dos juizados, sendo eles: a oralidade, simplicidade, informalidade, economia processual e celeridade”, deixando os processos mais acessíveis a todos. Um modelo pertinente de comparação se molda no Juizado Cível da França no Tribunal de Instância, “competente para apreciação de causas cíveis cujo valor não ultrapasse os \$ 10.000 Euros nem seja inferior a \$ 4.000 euros, bem como de determinadas matérias fixadas por lei, tais como tutelas, relações locatícias, dentre outras. Equivale ao nosso juizado especial cível, guardadas as devidas proporções, e funciona com um único juiz” (DANTAS PINTO, 2008, p.117).

Com a necessária demanda de reforma processual, é montado também sobre a conciliação e arbitragem extrajudicial, utilizados para mediar a lide de forma célere, a conciliação como bem aponta Torres (2007, p.117) “é um processo extrajudicial de resolução alternativa de disputas, havendo a intervenção de um terceiro imparcial, mas que não é neutro, no sentido de conduzir o processo na direção do acordo,

opinando e propondo soluções as quais somente são firmados pela vontade exclusiva das partes”, portanto é voluntário à concessão da consolidação do contrato da solução entre ambas as partes que possuem o direito de levarem a lide até a jurisdição, prejudicando a celeridade do processo em suma sendo mais favorável a mediação das partes na conciliação.

Destarte, uma forma de fácil acesso à justiça e celeridade no processo encontra-se no procedimento da arbitragem prevista na Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996. Esta compreende “uma técnica para solução de controvérsias através da intervenção de uma ou mais pessoas que recebem seus poderes de uma convenção privada, e que decidirão com base nesta convenção, tendo a decisão eficácia de sentença judicial” (TORRES, 2007, p.115). Seguindo o mesmo parâmetro de funcionalidade, cabe destacar o papel da conciliação que promove uma maior liberdade entre as partes de resolverem suas demandas como afirma Mello (2010, p.33) “é um outro meio alternativo de solução de conflitos pela maior flexibilidade e oportunidade das partes de se comporem, com as técnicas psicológicas e sociológicas utilizadas por um mediador”.

Em seu rol de resoluções, Cappelletti e Garth (1988, p. 30) ao dizer “a ideia básica é a de apenar o autor que não aceita uma proposta de conciliação oferecida a corte pela outra parte, quando, após o julgamento, se comprove ter sido razoável essa proposta”, ou seja, um incentivo econômico proporcionado um descongestionamento nos processos em julgamento. Com essa mesma óptica propõe-se o desenvolvimento de planos de assistência jurídica mediante “convenia” ou “em grupos” que, de acordo com Cappelletti e Garth (1988, p. 30), “tem o objetivo de tornar os advogados acessíveis, mediante custas razoáveis aos indivíduos das classes média e baixa”. Ao lado disso, há de se reconhecer que se trata de uma ideia ainda em estágio de germinação, mas que não gera tantos gastos e o grau de efetivação no meio jurídico é maior.

## **5 A COMPLEMENTAÇÃO DAS ONDAS RENOVATÓRIAS PELA PERSPECTIVA DE ECONOMIDES**

A quarta onda renovatória é proposta por Kim Economides um dos integrantes da coordenação do Projeto de Acesso à Justiça de Florença, juntamente com Mauro Cappelletti, visando elencar aos estudantes e profissionais do Direito todo um conjunto social de problemáticas existentes no meio social, tornando necessárias as inovações fornecedoras de remédios jurídicos para resolver os tantos litígios e relações humanas. Além disso, Mello (2010, p.27) afirma que a busca “prima pela conscientização dos jovens estudantes sobre a realidade e os problemas sociais, preparando-os de reforma a se tornarem profissionais atentos e sensíveis a toda a estrutura econômico-político-social que os rodeia”, logo, a essência desta onda está em procurar mudança em um processo em construção.

A proposta surge diante das pesquisas que o autor desenvolveu por quase 20 anos. Primeiramente no sudoeste da Inglaterra, em comunidades rurais, com o objetivo, principalmente, de examinar a distribuição e o trabalho de advogados, nesta empreitada percebeu a importância de olhar o lado da oferta, sem perder o enfoque também da demanda, além da indissociável relação entre eles (TEODORO, s.d, s.p).

Ademais, Economides afirma que o problema talvez não esteja somente no acesso dos cidadãos à justiça, e sim naqueles que o pleiteiam. Logo, esta nova perspectiva analítica considera que a essência do problema não se limita apenas ao acesso dos cidadãos à justiça, mas, inclui também o acesso dos próprios advogados. Diante deste pressuposto, a presença dos operadores do direito é de indiscutível relevância (ECONOMIDES, 1997, p.62). De acordo com o referido autor duas áreas precisam ser analisadas “a primeira refere-se à natureza do problema do acesso à justiça, incluindo os aspectos metodológicos que cercam os estudos sobre a questão da mobilização da lei pelos cidadãos” (ECONOMIDES, 1997, p.62) e a segunda “relaciona-se com as definições contemporâneas de justiça, ou seja, com o problema epistemológico de definir a que realmente queremos dar acesso aos cidadãos”. (ECONOMIDES, 1997, p.63). Na esteira dessas questões existe toda uma problemática de como os cidadãos são direcionados e atendidos pelos advogados, por exemplo, e em alguns casos muitas das vezes estão aptos a atender somente grandes corporações e empresas, não direcionando um olhar especial para aquele indivíduo necessitado de atendimento.

Na quarta onda discutimos a questão epistemológica do direito. Nessa fase, questionamos o profissional do direito, sua formação, sua habilidade etc. Já



parou para pensar que tipo de cultura jurídica está sendo formada? Será que o profissional formado hoje em dia está preparado para enfrentar um judiciário lento e cheio de burocracia? Os currículos universitários correspondem a uma boa formação humanística? (SIQUEIRA, s.d, s.p).

A análise de três dimensões simultâneas que dão maior visibilidade dos reais motivos da dificuldade do acesso à justiça com relação aos servidores jurídicos (ECONOMIDES, 1997, p.64). A primeira diz respeito a natureza da demanda dos serviços jurídicos e “verifica as necessidades jurídicas não atendidas, procurando quantificar em termos objetivos estas ausências.” (TEODORO, s.d, s.p). Enquanto a segunda concerne a natureza da oferta, bem como averigua a atitude do público diante das pesquisas sobre opinião e conhecimento da justiça (TEODORO, s.d, p.8). Em tom de arremate, há de falar que a terceira dimensão se caracteriza pela natureza do problema jurídico, “que são aqueles os quais os clientes possam desejar trazer ao fórum da justiça“ (ECONOMIDES, 1997, p.64).

Nesse íterim, Economides (1997, p.67) aduz que “a natureza e o estilo dos serviços jurídicos oferecidos são, portanto, fatores cruciais que influenciam, quando não determinam, a mobilização da lei”. Através dos incentivos não somente advindos da máquina judicial, mas tendo um amparo do governo para buscar atendimentos eficientes que supram as necessidades dos cidadãos em suas demandas, não basta apenas enxugar os custos sem disponibilizar profissionais competentes para solucionar as lides existentes. “Juristas, aplicadores do direito e advogados devem aguçar suas visões críticas sobre os contornos do sistema, propondo soluções e mudanças” (MELLO, 2010, p.27). Ademais, no Brasil busca-se através dos núcleos de prática jurídica, inseridos nas universidades, esse contato efetivo com a justiça, como pondera Correia (s.d, p. 06), “os Núcleos de Prática Jurídica inseridos nas Universidades do Brasil exercem um papel relevante na formação do profissional da área, bem como influenciam no acesso à justiça de forma efetiva”. E, ainda, completa ao dar a importância à consciência ética e humana.

A consciência ética e humana de um profissional da área jurídica emerge junto com os bancos da Academia, é através dela que o aluno tem visão sistêmica do problema suscitado e tenta solucioná-lo de forma abrangente, ou seja, levando em consideração não só os efeitos jurídicos, mas, sobretudo os efeitos sociais que acarretarão com aquela decisão (CORREIA, s.d., p. 08).

Ao refletir sobre a ética humana e profissional Economides se depara com países com bons desenvolvimentos intelectuais que não confiam na mudança pela cidadania. “Em muitos países da Europa Ocidental — e na Grã-Bretanha, em particular —, nem a principal força motriz por trás das atuais reformas de ‘acesso’ é um desejo altruístico de valorizar a cidadania, nem tais reformas representam uma reação a uma crise de confiança nos ideais profissionais ou políticos, embora elementos de ambas estejam claramente presentes” (ECONOMIDES, 1997, p.70). Mas, debater sobre tal ato de olhar por aqueles necessitados já detentores de direitos, apenas se vê a falta do efetivo uso dos poderes para dissipar essa hipocrisia no uso do modelo constitucional utilizado por aqueles que não analisam a cidadania como meio de melhor inserção na justiça.

## **6 PONDERAÇÕES FINAIS**

É notável, desta sorte, que o acesso à justiça é um assunto de grande repercussão no mundo jurídico, visto que, negá-lo é sinônimo de andar em desacordo com os fundamentos apregoados pelo Estado Democrático de Direito. Ao lado do esposado, tem-se que a ideias cappellettianas despontaram como meios de estimular tal acesso. Isto posto, a primeira onda renovatória de Mauro Cappelletti e Bryan Garth, no território brasileiro, teve como sustentáculo a Lei Complementar nº 80 e a Lei nº 1.060/50. Neste diapasão, a segunda onda tem fulcro no Código de Defesa do Consumidor (nº. 8.078/90) e na Lei da Ação Civil Pública (nº 7.347/85). Em sede de continuidade, há de se falar da incrível relevância dos Juizados Especiais Cíveis no cenário de um país que sonha com trâmites legais que sejam mais céleres e menos onerosos, sendo estes incorporados pela perspectiva da terceira onda.

Contudo, essa projeção reacionária de acesso à justiça é inacabada, por isso, Kim Economides, um discípulo de Cappelletti, também um dos coordenadores do Projeto Florença, sugere a quarta onda que trata da complementação das anteriores, tentando demonstrar os pontos a serem seguidos e observados para que todos os cidadãos sejam conhecedores dos direitos assegurados pelo sistema jurídico. É importante frisar que a quarta onda apresentada busca algo além do que foi vislumbrado na primeira, segunda e terceira onda, visando, por conseguinte, inserir não somente os cidadãos, como também os pleiteadores do Direito, que devem buscar uma

metodologia diferente de trabalho, não se acomodando com as causas das grandes corporações, mas sim estarem aptos a enxergar aquele que humildemente não consegue elencar o que realmente necessita. Com este estudo foi possível averiguar os entraves que impedem o cidadão de buscar soluções de seus problemas através do Poder Judiciário, como, a título exemplificativo, a falta de mecanismos de proteção aos direitos difusos, bem como o formalismo exacerbado dos profissionais da área, além dos altos custos judiciais e da lentidão processual. Ainda neste substrato de exposição Boaventura de Sousa Santos preconiza:

[...] A distância dos cidadãos em relação à administração da justiça é tanto maior quanto mais baixo é o estado social a que pertencem e que essa distância tem como causas próximas não apenas fatores econômicos, mas também fatores sociais e culturais, ainda que uns e outros possam estar mais ou menos remotamente relacionados com as desigualdades econômicas. Em primeiro lugar, os cidadãos de menores recursos tendem a conhecer pior os seus direitos e, portanto, têm mais dificuldades em reconhecer um problema que os afeta como sendo problema jurídico. Podem ignorar os direitos em jogo ou as possibilidades de reparação jurídica (SANTOS, 1994, p. 74).

Por fim, torna-se imperioso elucidar que o intento principal de todos os movimentos de acesso à justiça é humanizar todo o aparato processual, e atender os fundamentos regidos pela República Federativa do Brasil. Todavia, o que se verifica é que o acesso à Justiça perpassa o mero conceito de acesso ao Judiciário, uma vez que, analisa a efetividade do processo, tendo como pano de fundo a realização da cidadania, pois esbarra em barreiras atinentes aos menos abastados. Nesta trilha de argumentação, os tribunais têm sido conclamados a solucionar questões típicas de sociedades de massa, motivo pelo qual a prestação jurisdicional não pode ser atributo de uma era superada e pautada em padrões distanciados da instantaneidade das comunicações.

## 7 REFERÊNCIAS

ALVIM, J. E. Carreira. Justiça: acesso e descesso. **Revista Jus Navigandi**, Teresina, ano 8, n. 65, 1 maio 2003. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/4078>. Acesso em 14 jul.2016.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988. Disponível em: <[www.planalto.com.br](http://www.planalto.com.br)>. Acesso em 16 de jul.2016.

\_\_\_\_\_. **Lei Complementar Nº 80, de 12 de janeiro de 1994**. Organiza a Defensoria Pública da União, do Distrito Federal e dos Territórios e prescreve

normas gerais para sua organização nos Estados, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em 16 de jul.2016.

\_\_\_\_\_. **Lei Complementar nº. 132, de 07 de Outubro de 2009.** Altera dispositivos da Lei Complementar nº 80, de 12 de janeiro de 1994, que organiza a Defensoria Pública da União, do Distrito Federal e dos Territórios e prescreve normas gerais para sua organização nos Estados, e da Lei nº 1.060, de 5 de fevereiro de 1950, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em 16 de jul.2016.

\_\_\_\_\_. **Lei Nº 1.060, de 05 de Fevereiro de 1950.** Estabelece normas para a concessão de assistência judiciária aos necessitados. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em 16 de jul.2016.

CAPPELLETTI, Mauro; GARTH, Bryan. **Acesso à Justiça.** Tradução Ellen Gracie Northfleet. Porto Alegre: Fabris Editora, 1988.

CORREIA, Eveline de Castro. **Núcleo de prática jurídica:** Um diálogo entre a teoria e a prática nos cursos de Direito. Disponível em: <<http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=63923f49e5241343>>. Acesso em 11 jun. 2016.

DANTAS PINTO, F. S. O judiciário francês sob a ótica de um juiz brasileiro. **Direito e Liberdade**, Mossoró, v. 8, n. 1, p. 109-136, jan./jun. 2008. Disponível em: <[http://www.esmarn.tjrn.jus.br/revistas/index.php/revista\\_direito\\_e\\_liberdade/article/viewFile/29/19](http://www.esmarn.tjrn.jus.br/revistas/index.php/revista_direito_e_liberdade/article/viewFile/29/19)>. Acesso em 12 jul. 2016.

ECONOMIDES, Kim. **Lendo as ondas do “Movimento de Acesso à Justiça”:** epistemologia *versus* metodologia? p. 61-76. Disponível em: <<http://gajop.org.br/justicacitada/wp-content/uploads/Lendo-as-Ondas-do-Movimento-de-Acesso-aa-Justica.pdf> >. Acesso em 25 jul. 2016.

GARBELLINI, Luis Henrique. Acesso à Justiça. **Jus Navigandi**, Teresina, ano 16, n. 2911, 21 jun. 2011. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/19379>>. Acesso em: 12 jul. 2016.

GASTALDI, Suzana. Ondas renovatórias de acesso à justiça e interesses metaindividuais. **Revista Jus Navigandi**, Teresina, ano 18, n. 3817, 13 dez. 2013. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/26143> . Acesso em 15 jul.2016.

MELLO, Michele Damasceno Marques. **Considerações sobre a influência das ondas renovatórias de Mauro Cappelletti no ordenamento jurídico brasileiro.** 2010. Monografia (Pós Graduação em Direito Processual Civil) – Universidade Candido Mendes, Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <[www.avm.edu.br/docpdf/monografias\\_publicadas/k212492.pdf](http://www.avm.edu.br/docpdf/monografias_publicadas/k212492.pdf)>. Acesso em 14 jul.2016.

PIZETA, Raquel; PIZETTA, Edimar Pedruzi; RANGEL, Tauã Lima Verdan. A Morosidade Processual como entrave ao Acesso a Justiça. **Boletim Jurídico**,

Uberaba/MG, a. 5, n. 1162. 2014. Disponível em: <<http://t.boletimjuridico.com.br/doutrina/texto.asp?id=3515>> Acesso em: 16 jul. 2016.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Introdução à sociologia da administração da justiça. In FARIA, José Eduardo. **Direito e justiça: a função social do judiciário**. São Paulo: Editora Ática, 1994, cap.3, p. 74. 95.

SILVERIO, Karina Peres. Acesso á Justiça. **ETIC**. 2009. Disponível em: <<http://intertemas.unitoledo.br/revista/index.php/ETIC/article/viewFile/1673/1590>>. Acesso em 11 jun. 2016.

SIQUEIRA, Márcio Araújo de. Acesso à Justiça uma realidade ou uma fantasia?. **Âmbito Jurídico**. Disponível em: <[http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n\\_link=revista\\_artigos\\_leitura&artigo\\_id=7479](http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=7479)>. Acesso em 26 jul.2016.

TEODORO, Warlen Soares Teodoro. **Acesso à justiça no paradigma de Estado Democrático do Direito**. Disponível em: <<http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=3f85a33edd5813b5>>. Acesso em 26 jul.2016

TORRES, Vivian de Almeida Gregori. **Acesso á justiça instrumentos do processo de democratização tutela jurisdicional**. 2007. Dissertação (Mestrado em Direito Político e Econômico) – Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2007. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/teste/arqs/cp086258.pdf>>. Acesso em 11 jun. 2016.

VALE, Thiago Rodrigues do. **A Defensoria Pública como pilar do acesso à justiça**. 2009. Disponível em: <[https://www.anadep.org.br/wtksite/cms/.../MJ\\_2009\\_Thiago\\_Rodrigues\\_do\\_Vale.pdf](https://www.anadep.org.br/wtksite/cms/.../MJ_2009_Thiago_Rodrigues_do_Vale.pdf)>. Acesso em 15 jul.2016. MELHORAR A REFERENCIA

## PROCESSAMENTO DO SINAL SÍSMICO WAVELET NA PROSPECÇÃO DE HIDROCARBONETOS: UMA ABORDAGEM DE SUA APLICABILIDADE

João Paulo Pereira do Nascimento<sup>1</sup>

Fernanda Souza Silva<sup>2</sup>

### RESUMO

A prospecção em jazidas de hidrocarboneto conta com um processo fundamental durante seu desenvolvimento que é a transferência de escala. O conjunto de ações para integrar dados obtidos de poços com dados sísmicos formam um enorme desafio para a indústria do petróleo. Neste artigo, mostra-se uma aplicação da Transformada Wavelet no tratamento em dados de perfis geofísicos de poço, os mais relevantes que são perfil de densidade e perfil sônico, procurando transmitir informações geológicas da jazida para escalas compatíveis com a aquisição sísmica. As informações obtidas foram retiradas de processos realizados em sete poços do Campo do Namorado (Bacia de Campos, RJ) feito por Silva, Protázio e Remacre em 2003, onde mostrou frequência de corte derivada de análise espectral e controle de filtragem. O resultado mostra a grande capacidade da Transformada Wavelet, proporcionando desta forma, enorme base para um conjunto de ações, sendo utilizadas na transferência de escala.

**Palavras-chave:** Transformada Wavelet. Transferência de escala.

### ABSTRACT

The hydrocarbon deposits in prospecting has a fundamental process during development, which is the transfer of scale. The set of actions to integrate data obtained from wells with seismic data, form a huge challenge for the oil industry. In this article, there is shown an implementation of the Wavelet Transform for the treatment of geophysical data pit profiles, which are the most relevant density profile and sonic profile, looking forward geological information for the reservoir scales compatible with the seismic acquisition. The information gathered was taken from processes carried out in seven wells of Campo do Namorado (Bacia de Campos, RJ) made by Silva,

---

<sup>1</sup> Graduando em Engenharia de Petróleo e Gás na Faculdade Multivix Cachoeiro de Itapemirim.

<sup>2</sup> Doutoranda em Engenharia e Ciências dos Materiais – UENF. Mestre em Engenharia e Ciência dos Materiais - UENF. Graduada em Engenharia de Petróleo e Gás - UNES. Professora da Faculdade Multivix Cachoeiro de Itapemirim.

Protázio and Remacre in 2003, which showed cutoff frequency derived from spectral analysis and control filter. The result shows the great capacity of the Wavelet Transform, thus providing, great base for a set of actions, being used to transfer scale.

**Keywords:** Wavelet Transform. Transfer scale.

## **1 INTRODUÇÃO**

Os sinais de perfis sônicos e de densidade passam por uma conversão em sua escala do domínio de espaço para o domínio de tempo, sendo filtrados e enrolados um pulso sísmico em um traço sísmico artificial. Neste caso, usamos o sinal sísmico com espectro mais simples e com menor resolução em sua vertical, mas com cobertura espacial adequada para o reconhecimento e mapeamento tridimensional dos dados geológicos.

Este trabalho apresenta um foco alternativo, decompondo e analisando o sinal de perfis de poço, utilizando a Transformada de Wavelet, filtrando a informação geológica às escalas compatíveis com a aquisição sísmica. Neste procedimento, preservamos a escala natural da formação, permitindo o controle de forma eficaz das rotinas de filtragem com base no conhecimento da geologia do reservatório, na maioria das vezes utilizando interpretações de perfis.

A transformada Wavelet é uma transformação integral onde os núcleos de integração são denominados de Wavelets. No estudo de processos ou sinais, estas Wavelets são essencialmente usadas de duas maneiras: como um núcleo de integração para analisar a extração de informações a respeito de um processo, e como base de representação ou caracterização do mesmo. Em toda análise ou representação é evidente que a escolha da função ou núcleo, determina o tipo de informação que podemos extrair de um processo.

## **2 CONTEXTO GEOLÓGICO DO CAMPO DE NAMORADO, BACIA DE CAMPOS, RJ E O MÉTODO SÍSMICO DE REFLEXÃO**

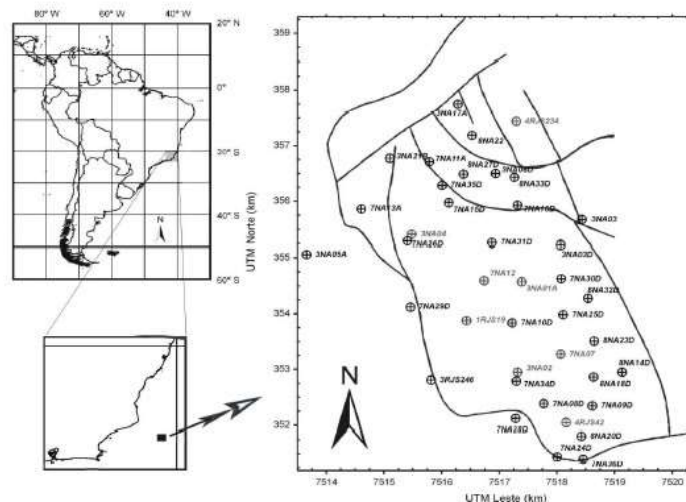
Localizado na área da plataforma continental e pertencente à Bacia de Campos, o Reservatório Namorado é um dos campos petrolíferos mais importantes (VALE, 2009).

Segundo Souza Jr. (1997), em 1975, foi perfurado o poço pioneiro do reservatório, em uma lâmina d'água de 166 metros, sendo realizadas perfurações desde 110 metros até 250 metros para seu desenvolvimento. Esta unidade siliciclásticas é denominada informalmente como "Arenito Namorado", tendo uma particularidade em desenvolver corpos arcossianos densos, com grande extensão de cimentação carbonática, com presença de boa porosidade efetiva. O volume de sedimentos apresenta elevadas velocidades sísmicas, por causa da cimentação e também pela interpolação com corpos de marga e calcilutitos.

Segundo Souza Jr. (1997), ocupando a parte superior da Formação Macaé, o Arenito Namorado tem idade entre o Albiano Superior e o Cenomaniano inferior, sendo composto por falhas, conglomerados e arenitos, interpolados e densos volumes de margas e camadas finas de argilitos e calcilutitos.

Somente com longas análises dos dados geofísicos e geológicos da área estudada, torna-se possível a descoberta de novas jazidas de petróleo e também após estimativas do comportamento geológico da subsuperfície, avaliam-se uma perfuração de poços (figura 1). O método sísmico de reflexão é o método de prospecção mais utilizado na indústria de Petróleo atualmente, pois fornece alta definição das feições geológicas em subsuperfícies propícias a acumulação de hidrocarbonetos, a um custo relativamente baixo (THOMAS, 2001).

Figura 1 - Localização dos poços utilizados no Campo de Namorado. As linhas sólidas indicam os principais traços de falhas que limitam o campo.

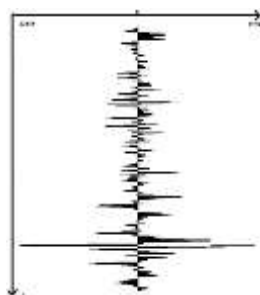


Fonte: PROTÁZIO, 2001 apud VALE, 2009, p.11.



Esta técnica gera perturbações elásticas na terra, formando então ondas mecânicas, analisando-as após reflexão em interfaces de materiais diferentes na subsuperfície. Existem várias formas de fontes de energia sísmica, porém o dinamite é a forma mais eficiente. Os equipamentos usados são os sismômetros, esses convertem partículas de velocidades, quando utilizado em terra ou variações de pressão quando a exploração é feita no mar, em tensão elétrica. Em grandes áreas de territórios, os sismômetros são dispostos em grupos de mais 100, espaçados por distâncias definidas, formando grupos ou tabelas, sendo unidos por um cabo principal, podendo chegar a cerca de cinco quilômetros. Sendo assim, gravando dados sísmicos de muitos grupos, denominados traços. As ondas sísmicas fornecem uma amplitude de alguns poucos hertz até poucas centenas de hertz (THOMAS, 2001). A Figura 2 retrata o exemplo de um traço sísmico.

Figura 2 - Exemplo de um traço sísmico



Fonte: SANTOS, 2014

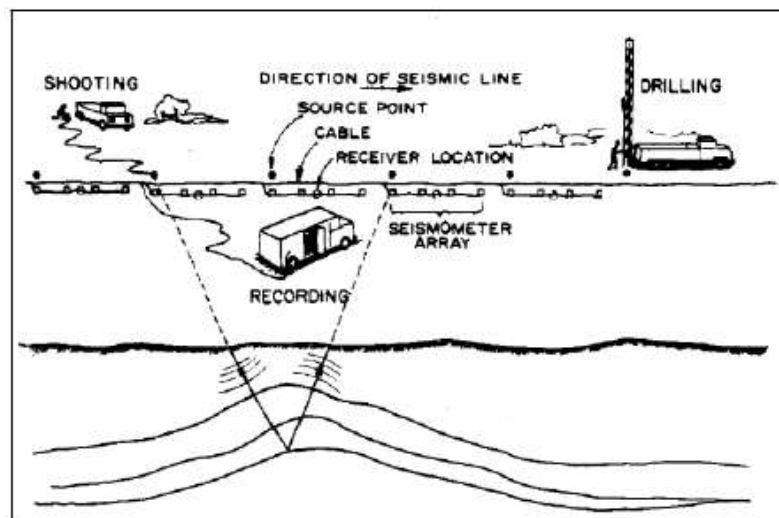
A figura 2 demonstra como é o procedimento em campo para coletar as informações da subsuperfície, sendo o mais utilizado na prospecção de hidrocarbonetos, pois fornecem detalhadamente a estrutura da crosta e as propriedades físicas de suas camadas existentes (VALE, 2009).

Após adquirir e processar os dados sísmicos, o próximo passo é a interpretação por meio desses conjuntos de dados, identificando situações favoráveis à acumulação de hidrocarbonetos, através de determinadas estruturas geológicas, assim como horizonte sísmico, falhas sísmicas, entre outros (VALE, 2009).

### 3 ANÁLISE NO TEMPO E NA FREQUÊNCIA

A teoria de Wavelet foi desenvolvida originalmente através de método de aquisição, transformação e armazenagem de um traço sísmico e que satisfizesse cada uma das diferentes bandas de frequência, sendo separadas em seu domínio, tomando cuidados de não haver perdas excessivas de resolução no variável tempo (considerando à limitação imposta pelo princípio da incerteza de Heisenberg). A reconstrução da sua função original por meio de sua Transformada deverá ser obtida através de um método de alta precisão e ao mesmo tempo robusto, para seja estável até às pequenas perturbações (VALE, 2009).

Figura 3 – Procedimento de campo para aquisição de dados.



Fonte: VALE, 2009

### 4 TRANSFORMADA DE FOURIER

A transformada Fourier, divide o sinal em suas componentes (senos e cossenos) com frequências diferentes, sendo assim uma técnica matemática, que transforma o sinal observado no domínio do tempo ou espaço, sem perda de informações, para o domínio da frequência (VALE, 2009).

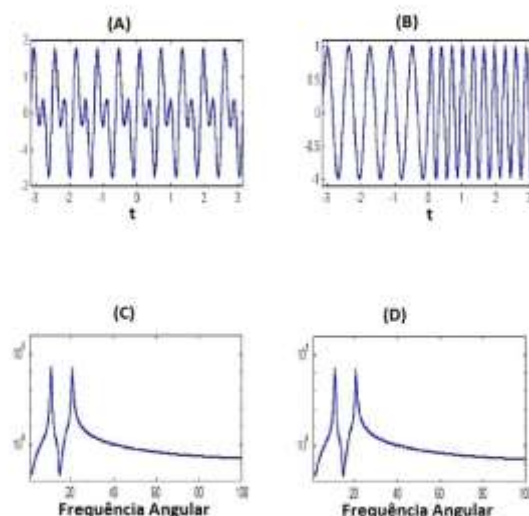
A transformada de Fourier ao converter o sinal do domínio do tempo para o da frequência, acaba perdendo totalmente informação a respeito da localização temporal ou espacial. Ou seja, ao observarmos um sinal pela Transformada de Fourier, não é possível identificar a

localização de um evento em particular, pois só obtemos as frequências compostas pelo sinal ao longo do intervalo de tempo considerado. Por isso apresenta uma especificidade indesejável. Mas se um sinal não se altera no tempo e nem no espaço (estacionária), essa especificidade não importa. No entanto, grande parte dos sinais possuem numerosas características não estacionárias ou transitórias, ou seja, quedas, mudanças repentinas, entre outras. São características geralmente mais importantes em um sinal, sendo incapazes de serem detectadas pela Transformada de Fourier (VALE, 2009). A Transformada de Fourier geralmente refere-se a funções contínuas  $f(t)$ , sendo definida em (OPPENHEIM; WILLSKY; YOUNG, 2002), como:

$$F(u) = \int f(t)e^{-j\omega t} dt \quad (1)$$

Informando somente sobre o conteúdo da frequência do sinal, sem informar sobre a localização da frequência no domínio do tempo. Observando a figura 04, o espectro é incapaz de fazer distinção entre os dois sinais, então devemos utilizar uma Transformada capaz de atingir o conteúdo de frequência do sinal, localizando-o no tempo ou no espaço, para isso existem dois métodos essencialmente desenvolvidos que apresentam essas propriedades. Sendo elas a Transformada de Fourier de Curta Duração (*Windowed Fourier Transform, WFT*) e a Transformada de Wavelet (VALE, 2009).

Figura 4 - Análise espectral através da Transformada de Fourier. O primeiro sinal (A) consiste da superposição de duas frequências (sen.  $10t$  e sen.  $20t$ ), e o segundo consiste das mesmas frequências aplicadas a cada uma das metades da duração do sinal (B).



## 5 TRASFORMADA WAVELET

Segundo Oliveira (2007a), a Transformada Wavelet é uma técnica que utiliza um janelamento com regiões multidimensionais, permitindo a utilização de intervalos longos visando uma máxima precisão nas frequências mais baixas e regiões de tamanho menor para obtenção de informações sobre as altas frequências.

Segundo Vale (2009), “a Transformada Wavelet de uma função  $f(t)$  de energia finita é uma Transformada integral com o núcleo pertencente à família das funções:”

$$\Psi_{\lambda,t}(u) \equiv \lambda^{-0.5}\Psi[(u-t)\lambda^{-1}] \quad (2)$$

Sendo sua definição (VALE, 2009):

$$Wf(\lambda, t) = \int_{-\infty}^{+\infty} f(u) \Psi_{\lambda,t}(u) du \quad (3)$$

Sendo o símbolo  $\lambda$  um parâmetro de escala,  $t$  o parâmetro de localização e  $\Psi_{\lambda,t}(u)$  são as funções wavelets. Ao modificar o valor em  $\lambda$ , adquirimos o efeito de dilatação ( $\lambda > 1$ ) ou um efeito de contração ( $\lambda < 1$ ) na função  $\Psi(t)$ , ao passo que mudamos o parâmetro  $t$  podemos observar a função  $f(t)$  em torno deste ponto. Escolhemos a constante de normalização  $1/\lambda$  para que a igualdade (VALE, 2009):

$$\|\Psi_{\lambda,t}\|^2 \equiv \int |\Psi_{\lambda,t}(u)|^2 du = \int |\Psi(t)|^2 dt \quad , \quad (4)$$

possa ser válida em todas as escalas  $\lambda$ .

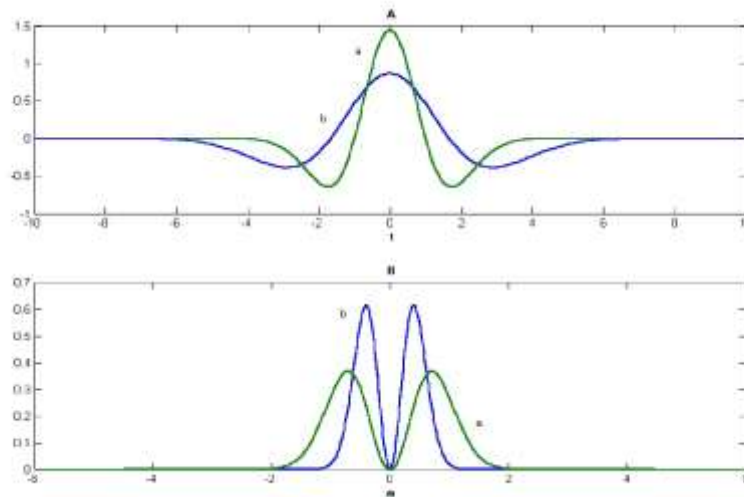
Ao observarmos a seguinte identidade:

$$\Psi(t) \equiv \Psi_{1,0}(t) \quad , \quad (5)$$

obtemos a função  $\Psi(t)$  deve corresponder a normalização

$$\int |\Psi(t)|^2 dt = 1 \quad (6)$$

Figura 5 - Ilustração esquemática do efeito da dilatação de um Wavelet  $\Psi(t)$  e a mudança  $|\Psi(\omega)|$  correspondente de sua Transformada de Fourier. Quando a Wavelet dilata, sua Transformada de Fourier contrai e vice-versa.



Fonte: Protázio, 2001

## 6 TRANSFORMADA WAVELET E A ANÁLISE NO TEMPO E ESCALA

Segundo Vale (2009), nesta transformada a Wavelet se amplia e transporta somente dados sobre o comportamento dos períodos grandes, isso quando aumenta o parâmetro de escala  $\lambda$ . Através de uma modificação da variável, obtemos:

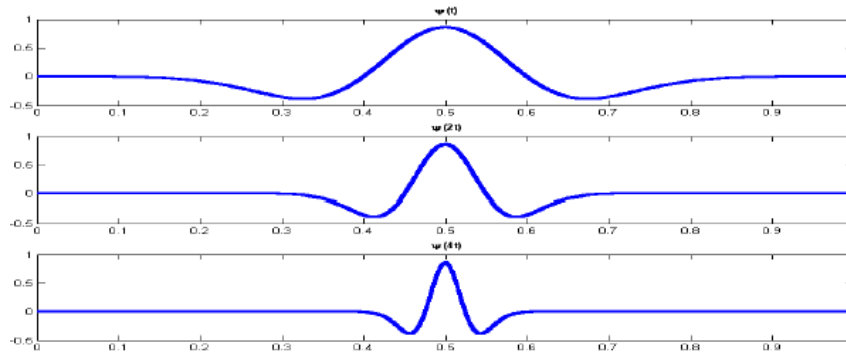
$$w f(\lambda, t) = \int_{-\infty}^{+\infty} \sqrt{\lambda} f(\lambda u) \Psi \left( u - \frac{t}{\lambda} \right) du \quad (7)$$

A estruturação

$$f(t) \rightarrow f(\lambda t) \quad (8)$$

Tem o propósito de encurtar  $f(t)$  quando  $\lambda > 1$  e de dilatar quando  $\lambda < 1$ , isto é, como vimos anteriormente na equação (2.12) quando aumenta a escala, uma versão encurtada da função é observada por meio de um filtro de tamanho fixo (VALE, 2009).

Figura 6 - Na parte superior tem-se a Wavelet distendida, no meio tem-se a Wavelet no tamanho original e na parte inferior tem-se a Wavelet comprimida.



Fonte: PROTÁZIO, 2001

## 7 RELAÇÃO ENTRE FREQUÊNCIA E ESCALA E FUNÇÕES WAVELETS

Pode-se relacionar a escala Wavelet com frequência pela relação seguinte (ABRY,1997):

$$F_a = \frac{\Delta F_c}{a} \quad , \quad (9)$$

onde  $a$  é a escala,  $\Delta$  é o período da amostragem,  $F_c$  é a frequência central em Hz da wavelet e  $F_a$  é a pseudo-frequência que corresponde a escala  $a$  em HZ. Para escolher uma função wavelet, uma sucessão de fundamentos são considerados, bem como se a função  $f(t)$  é ou não ortogonal, complexa ou real, além de outras (VALE, 2009).

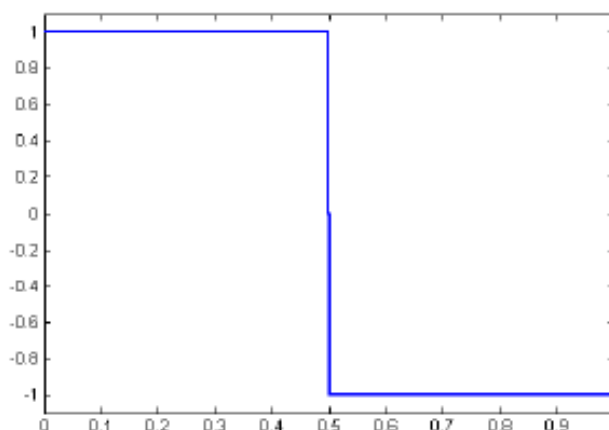
Segue abaixo exemplos de Wavelets unidimensionais mais utilizadas na literatura.

- **Wavelet de Haar:** Segundo Fourfoula-Georgiou, e Kumar (1994), este pertence à família das wavelets ortogonais, sendo a mais simples de todas e com suporte compacto.

$$\begin{aligned} \Psi(t) &= +1 \text{ se } 0 \leq t < 0.5, \\ \Psi(t) &= -1 \text{ se } 0.5 \leq t < 1, \\ \Psi(t) &= 0 \text{ caso contrário.} \end{aligned} \quad (10)$$

Quando temos um sinal amostrado, esta wavelet fornece a diferença das médias que não esteja sobreposta da observação.

Figura 07 - Wavelet de Haar.



Fonte: Protázio, 2001

- **Wavelet Chapéu Mexicano:** Esta é a derivada segunda da função gaussiana, sendo representada assim (VALE, 2009):

$$f(t) = e^{-\frac{1}{2t^2}} \quad (11)$$

Pertence à família de Wavelets não ortogonais, sendo definida como (FOURFOULA-GEORGIU, E.; KUMAR, 1994):

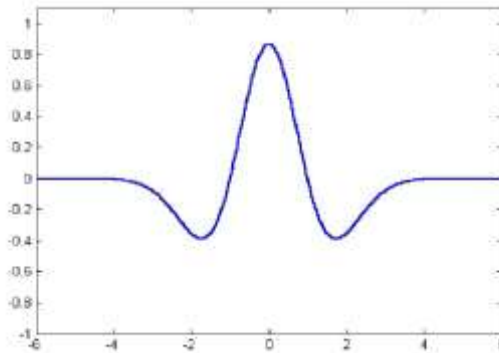
$$\Psi(t) = \frac{2}{\sqrt{3}} \pi^{-0,25} (1 - t^2) e^{-0.5t^2} ; \quad (12)$$

Para escolher a constante, temos que satisfazer a seguinte condição (VALE, 2009):

$$\|\Psi\|^2 = 1 \quad (13)$$

Sendo esta Wavelet muito aplicada para reconhecimento de bordas (VALE, 2009).

Figura 08 - Visualização da Wavelet chapéu Mexicano (Mexican Hat).



Fonte: PROTÁZIO, 2001

**Wavelet de “de Oliveira”:** Segundo Oliveira (2007b), esta wavelet pertence à “nova família de ortogonais complexas, sendo baseadas no critério clássico de Nyquist na Interferência Intersimbólica em Sistema de comunicação Digital. ”

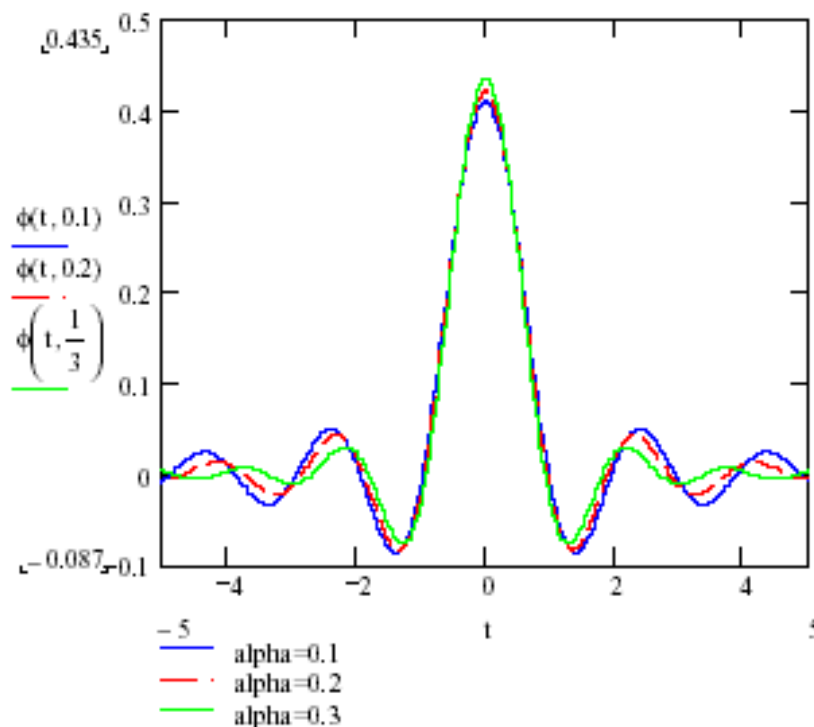
$$\phi(w) = \begin{cases} \frac{1}{\sqrt{2\pi}} \cos \frac{1}{4\alpha} \frac{1}{\sqrt{2\pi}} (|w| - (1 - \alpha)\pi) & 0 \leq |w| < (1 - \alpha)\pi \\ & (1 - \alpha)\pi \leq |w| < (1 + \alpha)\pi \\ & |w| > (1 + \alpha)\pi \end{cases} \quad (14)$$

Assim pode-se observar que o espectro dessa Wavelet é do tipo passa-faixa plano, mostrando regiões assimétricas, mas continuando com a teoria básica da análise a Q-constante, vemos então (VALE, 2009):

$$\phi^{(de0)}(t) = \frac{1}{\sqrt{2\pi}} \cdot (1 - \alpha) \cdot Sa[(1 - \alpha)\pi t] + \frac{1}{\sqrt{2\pi}} \cdot \frac{4\alpha}{\pi} \cdot \frac{1}{1 - (4\alpha t)^2} \{ \cos \pi (1 + \alpha)t + 4\alpha t \cdot \sin \pi (1 - \alpha)t \} \quad (15)$$



Figura 9 - Função escala de “de Oliveira” (esboço para  $\alpha=0,1; 0,2; \text{ e } 0,3$ ).



Fonte: OLIVEIRA apud VALE, 2009, p.27

## 8 METODOS UTILIZADOS

Foi escolhido um conjunto de Wavelets ortogonais para decompor o sinal em multi-resolução com características de simetria e suavidade própria ao sinal de perfil (VALE, 2009).

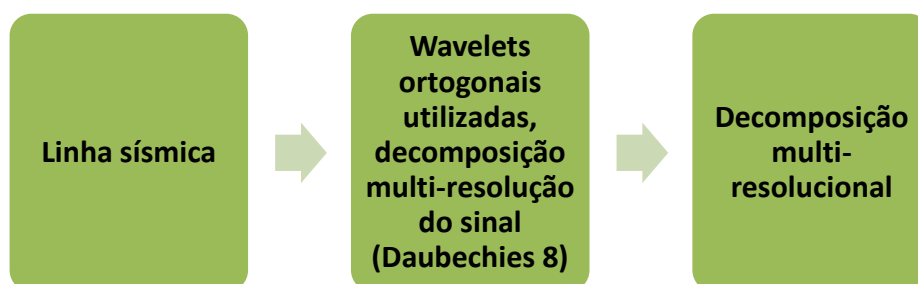
Segundo Protásio (2001), a escolha de uma Wavelet assimétrica ocorreu devido a sua representação estar diretamente relacionada com a escolha da função-mãe, com um grande número de períodos suaves, afim de preservar alguns dados importantes do acúmulo turbidítico:

- Períodos marcantes em granodecrescência ascendente;
- Pulsos acumulativos conservativos (sem erosão basal importante) e moderadamente auto similares;
- Superposições de várias frequências de laminação, com grau de ciclicidade;
- E pseudo-frequências adaptável com a densidade média decamétrica dos produtos singulares estudados.

Segundo Silva e Remacre (2001), podemos usar uma frequência de corte, obtida por avaliação espectral para o mesmo conjunto de perfis, correspondendo ao comprimento de 15 metros de onda sísmica. Este janelamento de qualidade apurada é adaptada com as frequências sísmicas usadas, correspondendo uma qualidade apurada verticalmente de 25 a 50 metros para as maiores velocidades da formação. O nível de decomposição adotado foi de 5, decorrendo numa pseudo-frequências de 0.1048 Hz para a Wavelet db8. Originalmente o perfil está amostrado a cada 20 metros, o comprimento de onda equivale cerca de 10 metros, pois a maior parte dos eventos foi retirada do sinal com comprimento abaixo de 10 metros, com isso preservando uma grande parte da escala inerente da formação.

Para a administração do processo de tratamento do sinal, calcula-se o variograma em cada etapa da decomposição multi-resolução e para cada sinal resultante de aproximações e detalhamentos, avaliando as estruturas do sinal. De modo adicional, a média e variância foram calculadas. O método de estudo foi aplicado à maioria dos poços empregados no projeto de Silva, Protázio e Remacre (2003), utilizando de forma alternativa a realização deste procedimento a partir da Transformada de Fourier.

Figura 10 - Fluxograma da metodologia.



Fonte: VALE, 2009, p.36

## 9 RESULTADOS E ANÁLISE OBTIDOS

Sete poços verticais foram utilizados, são eles: NA01; NA02; NA04; NA07; NA12; RJS42 e RJS234. Efetuando variação da escala efetuada para densidade total ( $\rho_B$ ) e tempo de trânsito ( $dT$ ), que são de extrema importância na elaboração de sismogramas artificiais e na analogia sísmica/perfil de poço. Os sinais de perfis foram tratados e avaliados de forma

comparativa com os sinais originais, considerando as principais propriedades das rochas reservatórios conforme sua posição no pacote turbidítico outros parâmetros estatísticos o elevado grau de aleatoriedade do sinal não se confirma (VALE, 2009).

Através dos resultados analisados de Silva, Protázio e Remacre (2003), a condição limite imposta pelo tratamento do sinal, foi moderado pela geração e avaliação dos variograma do sinal resultante para distâncias menores ou iguais a 15 metros mostra que vários eventos do sinal correspondentes foram retirados por filtragem. Nenhuma variação foi observada no valor do parâmetro médio anteriormente e posteriormente à aplicação dos filtros, indicando um grande componente estacionária do sinal original.

Em uma simples observação, temos os perfis de poço apresentando claras indicações de perda, que se atribui à ciclicidade do processo deposicional: a sequência de eventos turbidíticos com assinatura iguais para conjuntos individualizado, sendo divididos por um claro contraste das propriedades petrofísicas das porções lamosas no topo de uma para-sequência e mais arenosa da base da seguinte. Ocasionalmente, apresentam um comportamento igual quando os sinais de perfis são muito ruidosos, porém analisando outros parâmetros estatísticos o elevado grau de aleatoriedade do sinal não se confirma (VALE, 2009)

Diminuindo a oscilação do sinal tratado em relação ao original mostra a degradação exigida pela mudança de escala. Em geral, quando escolhemos o comprimento da onda para corte, temos uma preservação grande do sinal de densidade total, indicado através da diminuição percentual da oscilação, menos nas NA02 e RJS234. Segundo Silva e Remacre (2001), o primeiro caso, predomina os níveis finos laminados dos arenitos e margas no reservatório e constantes níveis cimentados, sendo relacionados à posição distal no corpo turbidítico deste poço, introduzindo uma componente forte e de alta frequência que foi descartada pelo tratamento do sinal. No segundo caso, alcança similaridade devido o poço estar estabelecido em uma fração latero-proximal em relação aos cânions alimentadores e apresentar predominantes níveis argilosos finos laminados.

Avaliando a atenuação do sinal sônico, observa-se que há uma queda intensa na variação do perfil filtrado, melhorando a interpretação acima. A atenuação na variação é maior, quando comparamos o dT com o perfil sônico, pois é normal a maior susceptibilidade a

condições variadas de aquisição e maior ruído que o de densidade. Porém nos poços NA04, NA07 e RJS42 o perfil sônico apresentou uma grande sensibilidade, apresentando uma queda considerável na variação para  $\rho_B$  e grandes valores de redução percentual da variação para  $dT$ . Geralmente, os sinais de  $\rho_B$  e  $dT$  verificam intensa correlação negativa, isto é, densidades com valores maiores apresentam-se em tempo de trânsito com menores valores. Ainda, a posição mais distante dos poços NA07 e RJS42, e mais lateral NA04 acarreta em interpolações frequentes e de menor comprimento de onda, onde são filtradas dos sinais de perfil, ainda que contenha informações relevantes da geologia nas frequências acima e próximas da frequência de corte. Segundo Silva e Remacre (2001), os mais impressionantes resultados foram encontrados nos poços que ocupam uma posição mais central no reservatório, onde apresentam volumes arenosos altamente desenvolvidos, com baixa interpolação de margas e baixos intervalos cimentados, sendo estes os poços NA01 e NA12.

## 10 CONCLUSÕES

A Transformada Wavelet demonstrou-se uma ferramenta extremamente eficiente no tratamento dos sinais de perfil geofísico de poço e sua associação com dados geológicos das rochas-reservatórios, fornecendo uma poderosa base para a transformação de escala importante na modelagem de fluxos, principalmente na família de Wavelets utilizada, as ortogonais para a decomposição multi-resolução do sinal (Daubechies 8 ou db8), por apresentarem-se características de compasso e amenidade apropriado ao sinal de perfil. A transição da informação de escala submétrica dos perfis para uma escala compatível com a aquisição sísmica, do qual a resolução vertical é da ordem de umas dezenas de metros, pode ser comandada de forma prática e eficiente ao decorrer das consecutivas aproximações obtidas por análise multi-resolução.

A variografia permite o controle da filtragem e escolha de pseudo-frequências apropriada demonstrando ser uma boa ferramenta no estudo desse tipo de sinal geofísico. A qualidade e estrutura do produto final podem ser examinados de forma simples e eficaz, enriquecendo os dados do poço e admitindo sua aplicação na criação de amostras espaciais vigorosamente moderados pelos dados geológicos de detalhe. A inversão do sinal tratado como núcleo elementar de modelos numéricos de reservatório, mas

conservando características de pequena escala, pode ser engrandecido com as assinaturas dos variogramas nos diversos níveis de decomposição.

Os traços de perfil tratados preservam parte notável da energia do sinal original como está manifesto na manutenção parcial da sua variabilidade. Os filtros Wavelet realmente conservam a assinatura do sinal, embora sejam de características transitórias ou estacionárias.

## 11 REFERÊNCIAS

FOURFOULA-GEORGIU, E.; KUMAR, P. **Wavelet in geophysics: wavelet analysis and its applications**. Edited by Efi Fourfoula-Georgiou and Praveen Kumar, 1994. v.4

OLIVEIRA, H. M. **Análise de Fourier e Wavelet: sinais estacionários e não estacionários**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2007a.

OLIVEIRA, H. M. **Análise de sinais para engenheiros: uma abordagem via Wavelet**. Rio de Janeiro: Brasport, 2007b.

OPPENHEIM, A. V.; WILLSKY A. S.; YOUNG, I. T. **Signals and Systems**, Englewood Cliffs: Prentice-Hall, 2002.

PROTÁZIO, J. M.B. **Análise Wavelet Aplicada a Sinais Geofísicos**. Dissertação (Mestrado) Campinas - Faculdade de Engenharia Mecânica, Universidade Estadual de Campinas, 2001.

SANTOS, W. H. S. **Imagens sísmicas**. Trabalho de disciplina – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <<http://webserver2.tecgraf.puc-rio.br/~mgattass/fcg/trb14/WallasSantos/Seismic/>>. Acesso em 15 out. 2015.

SILVA, A., PROTÁZIO, J. M.B., REMACRE, A. Z. Análise Wavelet aplicada na mudança de escala em perfis geofísicos do Campo de Namorado. **Revista Brasileira de Geociências**, v. 33, 2003.

SILVA, A., REMACRE, A.Z. **Geological constrained log filtering as a basis for scale transference**, SPE 69484, 2001.

SOUZA Jr. O.G. **Stratigraphie Séquentielle et Modélisation Probabiliste des Réservoirs d'un Cône Sous-marin Profond (Champ de Namorado, Brésil): Intégration des Données Géologiques et Géophysiques**. Tese (Doutorado) – Paris, Université Paris 6, 1997.

THOMAS, J. E. **Fundamentos de engenharia do petróleo**. Rio de Janeiro: Petrobrás/Interciência, 2001.

VALE, M. L. C. do. **Análise de sinais geofísicos na prospecção de petróleo.** Monografia (Pós Graduação em Engenharia de Instrumentação) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2009. Disponível em:  
[http://www2.ee.ufpe.br/instrumentacao/monografias/Mauro\\_Vale\\_PROMINP\\_I.pdf](http://www2.ee.ufpe.br/instrumentacao/monografias/Mauro_Vale_PROMINP_I.pdf).  
Acesso em 15 out. 2015.

## MORTE SILENCIADA: O SUICÍDIO E A REPRESENTAÇÃO SOCIAL

**Andréa Lopes Peres**  
**Breno Scherrer Nicoli**  
**Bruno Ribeiro da Cunha Crespo**  
**Carlos Alberto Santos Rodrigues**  
**Eliane Silva Santos Rodrigues**  
**Gleiciane Silva Soares Zoppé<sup>1</sup>**  
**Hyloran G. Cabral<sup>2</sup>**

### RESUMO

O suicídio, é uma prática muito comum ao longo da história, é uma interrupção voluntária da vida, que em geral, ocorre como o último estágio de síndromes mentais, tal atitude é vista com um olhar preconceituoso por grande parte da sociedade. O ato suicida pode ser relacionado a uma característica natural do ser humano que é a autodestruição, e tal ideia pode ser fortalecida quando se observa ao longo da evolução histórica do homem, que em todas as épocas e formações sociais, desde o período paleolítico até os dias atuais há relatos de práticas suicidas, que até a idade média eram ora condenadas, ora apoiadas. Na sociedade atual, assuntos relacionados a suicídio são considerados polêmicos e, portanto, é um tabu tanto no ponto de vista religioso, cultural e social, tendo em vista que, tal atitude não se encaixa em regras e morais sociais, haja vista que a sociedade em sua maioria baseia-se em costumes religiosos. O suicídio é responsável por ocupar a terceira causa de morte entre pessoas de 15 a 34 anos. A falta de atenção dada aos casos de suicídio e a discriminação feita pelo corpo social, faz com que as práticas se tornem um problema sério de difícil solução, a carência de conhecimento e informação em relação aos riscos dos comportamentos autodestrutivos pela família e principalmente dos profissionais de saúde motiva grande divergência diante das demandas daqueles que evidenciam concepção suicida.

**Palavras-Chave:** Suicídio. Morte. Sofrimento. Tabu.

---

<sup>1</sup> Graduandos em Psicologia da Faculdade Multivix Cachoeiro de Itapemirim

<sup>2</sup> Especialista.Graduado em Psicologia. Professor da Faculdade Multivix Cachoeiro de Itapemirim

## ABSTRACT

Suicide is a very common practice throughout history, it is a voluntary interruption of life, which, in general, occurs as the last stage of mental disorders, such an attitude is seen from a prejudiced perspective by most part of society. The suicidal act can be related to a natural characteristic of human beings, that is, self-destruction, and such an idea might be strengthened when one observes the historical evolution of humankind, which, in all ages and social formations, since the Paleolithic period until nowadays, presents descriptions of suicidal practices, which until the Middle Age were sometimes condemned, sometimes supported. In current societies however, subjects related to suicide are considered polemic and, therefore, it is a taboo not only from religious perspectives but also cultural and social ones, taking into account that such behavior does not fit in rules and social morality, once society, in its majority, is based on religious practices. Suicide occupies the third cause of death among people between the ages of 15 and 34 years old. The lack of attention given to cases of suicide and the discrimination done by the social organism, turn suicidal practices into a serious problem of difficult solution, the deficiency of knowledge and information of families, and mainly of professionals, about the risks of self-destructive behavior, motivates a massive divergence before the demands of those who demonstrate suicidal conceptions.

**Key-Words:** Suicide. Death. Suffering. Taboo.

## 1 O SUICÍDIO

O suicídio é tratado atualmente como um problema da saúde pública, onde milhões de pessoas tiram suas vidas voluntariamente e outras possuem comportamento suicida que segundo Barros (2013), pode ser um pensamento expressado de forma verbal ou não verbal, um planejamento, uma tentativa ou mesmo a morte. Outra forma que marca o suicídio e que será elencado nesse artigo, se dá ao fato de que esse é um assunto socialmente ocultado, que enfrenta preconceito e se torna ainda hoje uma morte silenciada.

Segundo Lopes e Milani (s.d. acesso em 06 abr. 2016) o suicídio é entendido como o ato de uma pessoa que não só concretiza a própria morte, mas o faz intencionalmente e já na



sociedade é tratado como um autêntico tabu. É algo que as famílias preferem esquecer e quem já tentou suicidar-se quase sempre oculta dos outros.

Foi informado, pelas autoridades do Condado de Marin que foi oficialmente provado a morte por suicídio do ator de 63 anos Robin Williams, o motivo da morte foi asfixia por enforcamento (G1, 01 NOV. 2014, acesso em 01 abr. 2016). Assim como Williams grandes nomes mundiais cometeram o ato de autodestruição, como por exemplo, Edgar Allan Poe em 1849, Vincent Van Gogh em 1890, Adolf Hitler 1945, Elliott Smith 2003.

Qual o motivo de pessoas violarem os extintos primários de sobrevivência cometendo a autodestruição? Segundo Cassorla (1992) esse comportamento de autodestruição está presente no cotidiano social, no alcoolismo, toxicomania, ausência de acompanhamento médico, errôneos estilos de vida que levarão a morte natural. Se tratando de suicídio e de comportamento suicida, veremos que um contínuo de comportamento levará ao ato. O serviço de saúde atende pessoas que tentaram o suicídio, todavia não prosseguem com o encaminhamento para o serviço de saúde mental, interrompendo o acompanhamento desse paciente, facilitando que novas tentativas venham a aparecer (BARBOSA; MACEDO; SILVEIRA, 2011).

Lopes e Milani (s.d. acesso em 06 abr. 2016) apresentam em seu artigo, entrevistas com psicólogos que apesar de terem trabalhado com pacientes com indícios suicidas, nunca tiveram uma disciplina dedicada ao tema em suas faculdades. Faltam estudos, informações e intervenções de profissionais da saúde nessa área responsável por ocupar a terceira causa de morte entre pessoas de 15 a 34 anos (TURECKI, 1999).

Apesar do suicídio ainda sofrer preconceito em nossa sociedade, estudos nos aproximam da desmistificação dos fatos que levam a pessoa a tomar essa atitude extrema. Como pode ser observado, a depressão é uma das causas motivadoras ao suicídio, Gonçalves, Gonçalves e Oliveira Junior (2011) afirmam em uma pesquisa realizada no Rio Grande do sul que esse estado tem o índice de autodestruição correlacionado a três fatores: precárias condições de vida (devido uma má distribuição de terras), êxodo e a exposição ao agrotóxico, sendo que “os agrotóxicos podem acarretar quadros depressivos desencadeados por mecanismos neurológicos ou

endócrinos” (PIRES *et al*, 2005 apud GONÇALVES; GONÇALVS, OLIVEIRA JUNIOR, 2011, p. 285).

[...] o transtorno psiquiátrico é um dos maiores fatores de risco para o suicídio. Enquanto o comportamento suicida é bastante frequente entre a maioria dos grupos diagnósticos psiquiátricos, os transtornos mais prevalentes entre vítimas de suicídio são os transtornos depressivos maior e a dependência ou abuso ao álcool e/ou a outras substâncias psicoativas (LESAGE *et al*, 1994 apud TURECKI, 1999, p.19).

Para falar de algo que ainda é velado pela sociedade, apontaremos teorias e estudos que ajudam a esclarecer esse problema individual, público e financeiro que enfrentamos constantemente no meio social. Quando o sujeito está envolvido nesse contexto suicida, não há somente uma escolha pessoal, mas um contexto social envolto de suas condições negativas que proporcionarão consequências coletivas. (LOPES; MILANI, s.d. acesso em 06 abr. 2016).

## **2 SUICÍDIO E ASPECTOS HISTÓRICOS**

É possível verificar dentro do contexto histórico, quanto à sociedade e as crenças religiosas pesavam sobre o suicídio. É importante ressaltar que o suicídio nem sempre foi tratado como tabu, mas um simples ritual e até mesmo um ato de bravura. Segundo Ribeiro (2003) essas diferenças de interpretação sociocultural diante do suicídio, são variáveis de época para época.

Um dos primeiros relatos de suicídio encontrado durante a pesquisa foi o relatado no trabalho de Dantas (2005), que trouxe um fato retirado da “A Enciclopédia Delta de História Geral” a qual registra que, em um ritual no ano 2.500 a.C., na cidade de Ur, (Mesopotâmia) doze pessoas consumiram uma bebida envenenada e deitaram-se para esperar a morte.

A sociedade Grega pré-cristã, que foi o berço da civilização, tinha uma forma peculiar de perceber o suicídio, uma vez que nessa sociedade o homem poderia cometer suicídio caso o mesmo fosse aprovado pela comunidade. Vale lembrar que isso se tornou regra depois do surgimento da “polis”, aonde a Grécia chegou à concepção de estado. Assim “[...] o indivíduo não tinha mais decisão pessoal sobre a vida dele, não

podendo se suicidar sem a prévia autorização da comunidade. O suicídio inautorizado era, então, considerado uma transgressão” (RIBEIRO 2003, p.2).

Dessa forma, quando o suicídio não era autorizado pela comunidade o ato passava a ser repudiado e o cadáver era mutilado, o velório era em local incomum ao das mortes naturais e empregavam um ritual de escárnio sobre o cadáver. Segundo Kübler-Ross (2008), a morte em si está ligada a uma ação má, a um acontecimento medonho, a algo que em si clama por recompensa ou castigo.

Na antiguidade, sistemas religiosos de diversos povos ocidentais partilhavam um caráter comum acerca do suicídio de idosos. Os anciões com certa idade e com situações debilitadas tinham o direito de suicidar, uma vez que o mesmo não conseguia acompanhar as atividades da comunidade. Segundo Kalina e Kovadloff (1983) apud Dantas (2005), ocorria uma franca indução comunitária ao suicídio, religiosamente estimulada e normativamente legitimada.

Na sociedade Romana o conceito era bem parecido com o grego, onde os interessados em suicidar-se teriam que comunicar suas razões ao senado. No entanto existiam alguns critérios diferenciados como o direito da morte segundo a concepção social. Segundo Dantas (2005, p. 49) “legitimando o óbito do senhor que se matava e condenando o escravo do suicidado à morte”. Os escravos e os soldados eram terminantemente proibidos de praticarem suicídio.

Observa-se que o suicídio antes da era cristã, hora era condenado, hora era imaculado, mas depois do surgimento do monoteísmo e a concretude do cristianismo, esse ato passou a ser punido. A luz de Dantas (2005) o suicídio foi totalmente condenado no século V por Santo Agostinho e pelo Concílio de Arles (452 d.C.), culminando com a condenação expressa de todas as formas de suicídio no “Decret de Gratien”, um compêndio de direito canônico do século XIII.

Após a Revolução Francesa o suicídio foi descriminalizado, mas não deixou de ser acobertado pela sociedade. “Afinal, o suicídio transformou-se em um mal mental, moral, físico e social, que nem de longe lembra a sugestão dos pensadores

iluministas, de encará-lo como mais uma manifestação da liberdade humana” (DANTAS, 2005).

Após seus estudos, Durkheim afirmou o fato do suicídio ser um fenômeno social, portanto não podendo ser cingido como um aspecto meramente individual, o suicídio passou a ser observado como patologia, considerado principalmente pela psiquiatria. Para Ribeiro (2003) na idade contemporânea, o fenômeno do suicídio mereceu as mais variadas formas de pesquisa e interpretação psiquiátrica, sociológica e mesmo filosófica.

### **3 REPRESENTAÇÃO SOCIAL E O SUICÍDIO**

Segundo Kübler-Ross (2008) a morte constitui ainda um acontecimento medonho, pavoroso, um medo universal e como vivemos em uma sociedade onde a morte é encarada como tabu, os debates referentes a ela são considerados mórbidos, o que dificulta o acesso a esclarecimentos acerca do suicídio que se torna oculto.

A morte do suicida é diferente. Pois ela não é coisa que venha de fora, mas gesto que nasce de dentro. O seu cadáver é o seu último acorde, término de uma melodia que vinha sendo preparada no silêncio do seu ser... Mas no corpo do suicida encontra-se uma melodia para ser ouvida. Ele deseja ser ouvido. Para ele valem as palavras de César Vallejo: “su cadáver estava lleno de mundo”. O seu silêncio é um pedido para que ouçamos uma história cujo acorde necessário e final é aquele mesmo, um corpo sem vida (ALVES, 1991, p. 12, apud FERREIRA JUNIOR, 2015, p. 25).

Ainda hoje encontramos grandes dificuldades em falar sobre o suicídio, uma vez que o mesmo ainda se apresenta como um tabu seja pelo aspecto religioso, cultural e social. É importante ressaltar que o suicídio enquanto tabu não aflige apenas as classes menos favorecidas ou com menos entendimento científico, esse interdito atinge a sociedade como todo, onde podemos citar a falta de preparo dos profissionais da saúde para lidar com esse fato.

Em analogia a sociedade o suicídio é visto como algo que não se encaixa a regras e a moral da nossa sociedade atual. Segundo Marquetti (2014, p. 238) “O suicídio, imerso nos comportamentos padrões de nossa cultura, aparentemente subverte

muitas regras” leva-se em consideração que este também é entendido como algo constrangedor e um ato de culpa.

Ainda a luz de Marquetti (2014) podemos enfatizar o fato de que a sociedade tenta de diversas maneiras mascarar a morte, tornando-a algo mais circunspeto “a morte foi escamoteada e reservada aos espaços específicos, seus sinais suprimidos, sendo, cada vez mais um fenômeno silenciado.” No entanto o suicídio torna a morte acessível à população.

Sendo assim, segundo Durkheim (1986, p.8) citado por Teixeira (2002, p. 149), ainda faltam muitos esclarecimentos sobre o suicídio.

Com efeito, se em lugar de apenas vermos os suicídios como acontecimentos particulares, isolados uns dos outros e que demandam ser examinados cada um separadamente, nós considerássemos o conjunto dos suicídios cometidos numa sociedade dada, durante uma unidade de tempo dada, constata-se que o total assim obtido não é uma simples soma de unidades independentes, um todo de coleção, mas que ele constitui por si só um fato novo e sui generis, que possui sua unidade e sua individualidade, consequentemente sua natureza própria, e que, ademais, é uma natureza eminentemente social.

Segundo Durkheim (1897) citado por Cabral (s.d. acesso em 08 de abril de 2016) existem três tipos de suicídio, que foram classificados em: Egoísta, Anômico e Altruísta. No suicídio Egoísta ocorre o afastamento excessivo do sujeito, onde há o enfraquecimento dos laços sociais, da identificação com o próximo e da solidariedade própria com a coletividade. O suicídio Anômico, ocorre em situações de desordem social, quando os valores e tradições de referência são abalados. E no Altruísta, que é o contrário do suicídio Egoísta, ocorre quando há apego excessivo, a identificação com o coletivo é forte o suficiente a ponto de desconsiderar o individual como importância.

Segundo estudos desenvolvidos pela Sociedade Portuguesa de Suicidologia (SPS) (s.d., acesso em 04 abr. 2016) existem fatores que podem contribuir para uma pessoa ter pensamentos suicidários, pois, de maneira geral se é possível lidar com algumas experiências traumáticas, situações que resultam no stress entre outros, porém quando se há um acúmulo desse tipo de acontecimento lidar com isso se torna algo delicado já que a pessoa se encontra em seu limite. E seguem afirmando que isso se

dará de forma diferente para cada indivíduo, alguns são mais vulneráveis que outros quando se trata de acontecimentos que envolvam traumas particulares, portanto a presença de múltiplos fatores de riscos podem resultar em suicídio, dentre eles se encontram os de risco patológico, que são o comportamento suicidário prévio; ameaça ou ideação suicida com plano elaborado; distúrbios alimentares; depressão; esquizofrenia; distúrbios de personalidade. Há os de risco pessoais que pode ser provocado pela morte do cônjuge, amigos íntimos ou pessoas próximas; divórcio; descoberta de prognóstico de alguma doença de risco tal como HIV e câncer. E também os psicológicos que se pode encontrar entre eles a ausência de projetos de vida; descrença em si próprio; grande culpabilidade por atos ou experiências passadas.

A contemporaneidade ainda enfrenta dificuldades em aceitar e compreender problemas psicológicos e/ou mentais como algo importante e que deve ser trabalhado, estudado e “que toda doença refere-se a um doente, e que esse doente deve necessariamente ser levado em conta no tratamento” (CANGUILHEM apud DIAS; MOREIRA, 2011, p. 84).

Assim existe um embate a ser desvencilhado que é o tratamento e o entendimento do sofrimento mental, uma vez que o mal psicológico pode se apresentar de forma invisível a sociedade, sendo na maioria das vezes mal compreendido e até mesmo não aceito, ou ignorado. Mas o “eu” que sofre com esse mal não só o sente como o vivencia frequentemente. Sendo assim “o sofrimento orgânico é objetivável, e pode-se atuar sobre o corpo para que o tratamento ocorra. O sofrimento psicológico, por sua vez, falha nesse aspecto; ele não possui um elemento concreto onde a intervenção pode vir acontecer” (DIAS; MOREIRA, 2011, p.84).

Dessa forma o suicídio ainda não é abarcado a uma doença apesar de que segundo os dados da Organização Mundial da Saúde (OMS) é uma das maiores causas de morte no mundo, sendo considerado um dos maiores problemas de saúde pública, estima-se que por dia mais de 3 mil pessoas acabam pondo fim em sua própria vida, uma a cada 40 segundos e pra cada pessoa que comente esse ato, 20 ou mais tentam realizá-lo. Supõe-se que esse número chegue a 1,5 milhões em 2020 (VOMERO, 2003).

No dia 10 de setembro se comemora o Dia Mundial de Prevenção do Suicídio, tendo início em 2003. A Associação Internacional de Prevenção do Suicídio juntamente com a OMS busca melhorar o esclarecimento por meio de informações e divulgação do que é o comportamento suicidário e que esta grande parte das vezes é algo prevenível.

Embora estejamos em pleno século de grandes avanços econômicos, tecnológicos e de pesquisas na área da saúde onde se descobre rapidamente o contexto de uma doença e os diagnósticos são facilitados, ainda assim o suicídio é silenciado, mas “[...] este silêncio não ajuda, é preciso abordar o suicídio de forma responsável e realística, para ajudar na prevenção” (BARBOSA; MACEDO; SILVEIRA, 2011).

Este fato encontra diferentes embates sociais, onde prevalece o preconceito, a desinformação e o misticismo. Os suicidas são facilmente julgados e dificilmente compreendidos. Esses fatores se dão pela falta de discussão sobre o assunto, a falta de apoio da saúde pública e até mesmo os suicidas e as famílias dos mesmos que frequentemente preferem se calar com medo de represálias e acabam por sofrer em silêncio, se questionando e se culpando por não ter percebido as intenções suicidas de seus entes, intenções estas que por mais disfarçadas, deixam pistas.

Se não fosse tratado pela sociedade como algo errado ou como um assunto proibido, se houvesse mais esclarecimento, mais liberdade em falar sobre o suicídio, se principalmente na formação de profissionais da saúde esse ato fosse tratado como fato de suma importância, que o é, como constatado pela Sociedade Portuguesa de Suicidologia, haveria muito mais pessoas aptas para a identificação dos sinais de risco podendo assim encaminhá-los para locais e ou profissionais para que pudessem ter a intervenção necessária.

Outro aspecto é a imposição das crenças religiosas, onde as mesmas subjagam esses, por falta de fé, desafeto pela própria vida, egoísmo.

As religiões, como norma geral, condenam enfaticamente a interrupção voluntária da vida. Tendem considerá-la como um sagrado dom de Deus do qual o ser humano não deveria se dispor voluntariamente (ALMEIDA; LOTUFO NETO 2004).

A falta de apoio e a incredulidade do ato suicida viabilizam esse contexto, pois o suicida geralmente apresenta sinais verbais e/ou atitudes de que vai cometer o ato da morte voluntária, mas as pessoas que os cercam não acreditam ou enxergam como “frescura”, “quer chamar a atenção” ou simplesmente não ouve por achar algo inconcebível, inaceitável e maquiavélico.

É preciso sensibilizar a sociedade para a importância de um olhar menos amedrontado e mais acolhedor, onde o sofrimento do outro posso ser mais escutado, possibilitando intervenções (BARBOSA; MACEDO; SILVEIRA, 2011).

Vale lembrar que o suicídio é algo comum e corriqueiro, mas não é motivo que se retrata na mídia ou é debatido nas salas de aula. É uma questão contraditória, pois o tema se apresenta comumente, é alarmante e não é alvo de discussão. Por que não abordar o suicídio como debate? Qual é o mistério embutido nesse tema? Por que o suicida deve se considerar culpado? Por que o suicídio ainda é um tabu?

Acredita-se que a resposta mais oportuna para todos esses questionamentos seja a dificuldade que os seres humanos ainda apresentam ao falar dos seus sentimentos, de expressá-los e deixá-los vir à tona. Outra questão é a imposição e a intermediação da mídia em pregar como meta a busca por uma vida perfeita, um corpo ideal, que os bens materiais são deliberadamente mais importantes que o ser, que o poder é mágico e que o homem só será plenamente feliz se tiver status. Tudo isso se atrela a angústia provocada no ser que não consegue atingir as metas impostas pela sociedade, não alcança o ideal que ele criou para si a partir das ideologias de uma vida ideal, sem perdas e sem sofrimento.

É impossível fugir à impressão de que as pessoas comumente empregam falsos padrões de avaliação – isto é, de que buscam poder, sucesso e riqueza para elas mesmas e os admiram nos outros, subestimando tudo aquilo que verdadeiramente tem valor na vida (FREUD, 2012, p. 01)



Os suicidas podem tentar obter ajuda principalmente de pessoas mais próximas a eles, as quais têm confiança, cabe a essas pessoas ouvi-los, pois necessitam de compreensão, não julgamento. Estudos desenvolvidos pela SPS indicam ao estar disponível a ouvir o que eles têm dizer é crucial que os leve a sério, já que na maioria dos casos o que se busca é uma forma de colocar um fim a dor emocional que sentem e não a própria vida. Eles dão sinais de que tem esperanças de serem salvos dessa dor por outros meios, e os mostre que é possível lidar com isso com ajuda profissional seja de um médico, ou psicólogo, alguém que esteja apto para guiá-lo através desse problema.

É importante ressaltar que a falta de informação conseqüentemente gera mais mortes voluntárias, uma vez que não há preparo por parte dos profissionais da saúde, onde os mesmos apresentam preconceitos em relação a uma tentativa suicida, as escolas não tomam frente em relação ao tema e o governo não toma providencias cabíveis a fim de propagar contestações sobre suicídio. Sabe-se que a informação antecede a prevenção, assim, segundo Barbosa, Macedo e Silveira (2011) uma vez que se conhece o assunto é possível identificar pessoas com risco de suicídio o que torna mais fácil fazer encaminhamentos.

O suicídio representa um afrouxamento da estrutura social, um enfraquecimento dos laços grupais, uma desintegração e, portanto, deve ser mais observado e discutido a fim de que se viabilizem melhores formas de prevenção (LOPES; MILANI, s.d. acesso em 06 abr. 2016).

O fato de esclarecer o suicídio também enfrenta um grande tabu, onde se acredita que falar sobre esse assunto promove e incentiva o ato, além de ser tratado como algo gerador de azar. Segundo Lopes e Milani (s.d. acesso em 06 abr. 2016) “A morte, sob qualquer aspecto, é tema pouco discutido nos lares e nas rodas sociais como pressuposto para esquivar-se da dor, da tristeza e da má sorte”. Assim falar sobre a morte apesar de ser uma casualidade e a única certeza humana é dificultada pelo misticismo e superstições da sociedade.

Muitas organizações foram criadas afim de obter um estudo sobre o suicídio e suas condutas, como a Sociedade Portuguesa de Suicidologia, fundada em 16 de

dezembro de 2000, essa academia científica também possui uma visão humanística, que juntamente com profissionais multidisciplinares atuando em conjunto possam elaborar estratégias, dando suporte não somente ao paciente suicidário mas também sua família para que essa possa intervir junto a esses profissionais para que assim possam aumentar as informações a respeito e diminuir esse mal que tanto assombra a sociedade.

No Brasil existe a REBRAPS, Rede Brasileira de Prevenção do Suicídio, com o mesmo intuito da SPS, tenta unir forças da sociedade e profissionais para lidar com isso, realiza esse ano o primeiro Congresso Brasileiro de Prevenção do Suicídio, tendo por tema “Prevenção do Suicídio: uma tarefa para muitas mãos” o que de fato é mais um passo para que se desperte a atenção das pessoas e não o medo.

Esse apoio pode também ser encontrado por outros meios como no caso do Centro de Valorização da Vida que busca realizar o apoio emocional de prevenção do suicídio atende de forma voluntária, por diversos meios, como telefone, e mail, chat sob sigilo as pessoas que sentem a necessidade de conversar e dão de certa forma uma maior liberdade e abertura para falar sobre o comportamento suicida, muitas vezes isso se dá pelo ouvinte ser alguém desconhecido por tanto não há o medo de ser julgado e também se está livre da pressão da conversa cara a cara. Não é necessário que haja uma tentativa real para que se procure esse tipo de atendimento, na verdade o quanto antes se procurar mais meios se poderá ter para evitar que tal situação aconteça.

Em relevância ao aspecto de culpabilização do suicida e de sua família, onde o mesmo se sente incapaz de agir diante dos impasses da vida, por desacreditar em mudanças, Segundo Godinho e Caldeira (2011, p. 25) “A culpabilização por sentir que estar a sujeitar as pessoas significativas da sua vida a um processo penoso”. E quanto à família essa se culpabiliza pelo “que poderiam ter feito para evitar e o que podem fazer”.

O objetivo do suicida, em si, não é a morte. Ela é apenas um instrumento utilizado para alcançar um objetivo. O suicida está sim buscando uma saída para uma situação de conflito e vê na morte o instrumento mais potencial para alcançar o que deseja. O suicida é um homicida que elimina um objeto interno ameaçador, torturante, agressivo, enfim, que o molesta e perturba (MANHÃES, 1990 apud LOPES e MILANI, s.d, acesso em 06 abr. 2016).

É notório que apontamentos feitos pela OMS, o ato do suicídio engloba não somente a pessoa que o cometeu, mas também sua família e amigos. De acordo com a SPS (s.d. acesso em 4 abr. de 2016) estima-se que para cada pessoa que cometa o suicídio, cerca de 100 são afetadas de forma direta ou indireta e elas também necessitam de apoio, já que claramente se encontram diante de uma situação traumática que é a perda repentina de alguém próximo, que pode provocar neles sentimentos e culpa, remorso e ressentimento. Essas pessoas podem buscar ajuda nos “grupos de sobrevivência”, onde além de encontrarem pessoas que passam pela mesma situação, poderão através do suporte necessário desvendar os mistérios acerca deste ato.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O suicídio é realidade presente e frequente em nossa sociedade como observamos no percentual de participação nas causas de mortes de jovens e com suas causas relacionadas a problemas cada vez mais presentes no nosso dia, que são a depressão maior e a dependência e abusos de uso de álcool e substâncias psicoativas. A sua proximidade pode ser verificada pelo conhecimento que temos de que para cada caso com desfecho fatal, um número de 10 a 20 vezes maior de tentativas de suicídio frustradas acontecem. Se considerarmos que para além desses casos, o suicídio está presente como alternativa cogitada por significativo número de indivíduos no nosso dia a dia, a sua presença será muito mais ampla na sociedade.

Em meio a tanta proximidade desse fato trágico, na prática, percebemos o predomínio do tabu em relação ao suicídio. Tabu associado a influências religiosas, também a aspectos culturais de mascarar e silenciar assuntos relacionados à morte, aceito apenas em raras ocasiões, acreditando que falar em outros momentos traz azar e outras superstições. Quanto ao suicídio, acredita-se que o falar possa estimulá-lo, isso o torna assunto ausente na mídia e nas conversas entre indivíduos em todas as classes sociais, e principalmente nas famílias envolvidas com casos de suicídio em seu contexto. O tabu no suicídio está associado, também, à questão da culpa e impede o indivíduo na busca de ajuda e aos familiares de se envolverem, ajudarem,

esclarecerem e tratem os motivos desse fato que vai de encontro à várias regras e padrões de nossa cultura. Assim:

Deixaremos de ver o suicídio como um tabu, quando pudermos falar sobre ele de uma forma mais tranquila e “natural”, com maior respeito, sem tantos juízos de valor, sem tanta valoração negativa especificamente, a respeito desse fenômeno. Pensá-lo de outra forma permite que lidemos com ele também de outra forma. Mudar as nossas práticas sociais, permitindo que vejamos esse fenômeno de uma maneira distinta, já é uma contribuição para desfazer esse tabu que circula em torno da morte em geral e do suicídio em específico (BERENCHTEIN NETTO, 2013, P. 87),

Essa realidade tão cruel e que manifesta, segundo estimativas, tendências de crescimento assustador do número de casos até o ano 2020 e já considerado um dos maiores problemas de saúde pública pela OMS, carece de intervenções da sociedade como um todo, indivíduos, famílias, escolas, universidades, todas organizações de saúde e governo. O assunto necessita ser trabalhado, estudos desenvolvidos e divulgados para a conscientização da sociedade, os diversos profissionais da área de saúde precisam ser capacitados com disciplinas específicas na sua formação. Há necessidade de procedimentos específicos objetivando uma coordenação de ação entre os profissionais envolvidos para permitir o direcionamento adequado e evitar que os casos percam a continuidade de acompanhamento e tratamento necessários.

## 5 REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A.M.; LOTUFO NETO F. Religião e comportamento suicida. In: MELEIRO, A. M. TENG, C.T.; WANG, Y. P. (Editores). **Suicídio: estudos fundamentais**. São Paulo: Segmento Farma, 2004, p. 53-60.

BERENCHTEIN NETTO.N. Perguntas e Respostas. In: CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **O suicídio e os desafios para a psicologia**. Brasília/DF: Conselho Federal de Psicologia, 2013, cap. VII, p. 79-107. Disponível em: <<http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2013/12/Suicidio-FINAL-revisao61.pdf>>. Acesso em 30 maio de 2016.

BARBOSA, Fabiana de Oliveira; MACEDO, Paula Costa Mosca; SILVEIRA, Rosa Maria Carvalho da. Depressão e o suicídio. **Revista da SBPH**, v. 14, n. 1, p. 233-243, 2011. Disponível em: <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1516-08582011000100013&script=sci\\_arttext&tlng=es](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1516-08582011000100013&script=sci_arttext&tlng=es)> Acesso em 10 abr. de 2016

BARROS.M.N.S. **Suicídio e os desafios para a psicologia**. Conselho Federal de Psicologia. Brasília: CFP, 2013. Introdução. Disponível em: <<http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2013/12/Suicidio-FINAL-revisao61.pdf>>. Acesso em 30 maio de 2016.

CABRAL, João Francisco Pereira. Sobre o suicídio na sociologia de Èmile Durkheim. **Brasil Escola**. Disponível em <<http://brasilecola.uol.com.br/filosofia/sobre-suicidio-na-sociologia-Emile-durkheim.htm>>. Acesso em 08 de abril de 2016.

CASSORLA, R. M. S. **O que é Suicídio**. São Paulo: Brasiliense, 1992.

DANTAS, D. S. A significação da morte voluntária: estudo sobre o papel da mídia em suicídios contemporâneos. **LUMINA**, Juiz de Fora, v.8, n.1/2, p.47-61, jan./dez. 2005. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/facom/files/2013/03/Lumina14-15-DeniseSouzaDantas.pdf>>. Acesso em: 10 jun. de 2016.

DIAS, D.A.S.; MOREIRA, J. de O. As vicissitudes dos conceitos de normal e patológico: Relendo Canguilhem. **Revista Psicologia e Saúde**, v. 3, n.1, p. 77-85, jan./jun. 2011. Disponível em: <[www.gpec.ucdb.br/pssa/index.php/pssa/article/download/84/154](http://www.gpec.ucdb.br/pssa/index.php/pssa/article/download/84/154) >. Acesso em 09 abr. de 2016.

FERREIRA JUNIOR, A. O comportamento suicida no Brasil e no mundo. **Revista Brasileira de Psicologia**, Salvador, v.2, n.1, p. 15-28, 2015. Disponível em: <<http://revpsi.org/wp-content/uploads/2015/04/Ferreira-Junior-2015-O-comportamento-suicida-no-Brasil-e-no-mundo.pdf>>. Acesso em: 13 jun. de 2016.

FREUD, Sigmund. **O mal-estar na civilização**. São Paulo: Penguin / Editora Companhia das Letras, 2012. E-Book. Disponível em: <[https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=uqcVTp01oMYC&oi=fnd&pg=PT4&dq=http://www.projetoquemser.com.br/blog/wp-includes/downloads/Livro%2520-%2520O%2520Mal-Estar%2520na%2520Civiliza%25E7%25E3o%2520%2520\(Sigmund%2520Freud\).pdf&ots=2COspKDiGz&sig=k257BDppMqErmJXEzyGaYXjYH\\_s#v=onepage&q&f=false](https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=uqcVTp01oMYC&oi=fnd&pg=PT4&dq=http://www.projetoquemser.com.br/blog/wp-includes/downloads/Livro%2520-%2520O%2520Mal-Estar%2520na%2520Civiliza%25E7%25E3o%2520%2520(Sigmund%2520Freud).pdf&ots=2COspKDiGz&sig=k257BDppMqErmJXEzyGaYXjYH_s#v=onepage&q&f=false)>. Acesso em 01 abr. de 2016

G1. Morte de Robin Williams é oficialmente considerada suicídio. 07 nov. 2014. Disponível em: <<http://g1.globo.com/pop-arte/cinema/noticia/2014/11/morte-de-robin-williams-e-oficialmente-considerada-suicidio.html>>. Acesso em 01 abr. 2016.

GODINHO, L. F. P.; CALDEIRA, A. F. da S. Estou no fundo: uma experiência de aconselhamento. In: SOCIEDADE PORTUGUESA DE ENFERMAGEM DE SAÚDE MENTAL - SPESM. Informação e Saúde Mental. **Actas do III Congresso Sociedade Portuguesa de Enfermagem de Saúde Mental**, 10 e 11 nov. 2011, p.22-30. Disponível em: <[https://books.google.de/books?id=3TrU6e1US5EC&pg=PA30&lpg=PA30&dq=culpabiliza%C3%A7ao+suicida&source=bl&ots=uZ6rcPBdjt&sig=g917KEem5PpY09o-N2Mz\\_DokYyY&hl=pt-BR&sa=X&ved=0ahUKEwjMy-1gYLMaHUFkZAKHesOC0Q6AEILDAC#v=onepage&q=culpabiliza%C3%A7ao%20suicida&f=false](https://books.google.de/books?id=3TrU6e1US5EC&pg=PA30&lpg=PA30&dq=culpabiliza%C3%A7ao+suicida&source=bl&ots=uZ6rcPBdjt&sig=g917KEem5PpY09o-N2Mz_DokYyY&hl=pt-BR&sa=X&ved=0ahUKEwjMy-1gYLMaHUFkZAKHesOC0Q6AEILDAC#v=onepage&q=culpabiliza%C3%A7ao%20suicida&f=false)>. Acesso em 01 abr. de 2016

GONCALVES, Ludmilla R. C.; GONCALVES, Eduardo; OLIVEIRA JUNIOR, Lourival Batista de. Determinantes espaciais e socioeconômicos do suicídio no Brasil: uma abordagem regional. **NovaEcon.**, Belo Horizonte , v. 21, n. 2, p. 281-

316, ago. 2011 . Disponível em:  
<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-63512011000200005&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-63512011000200005&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 06 abr. 2016.

KUBLER-ROSS, Elizabeth. **Sobre a morte e o morrer**. 9. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2008.

LOPES, Francirene Fabretti; MILANI, Rute Grossi. **Suicídio**: um desafio para o psicólogo clínico. Centro Universitário de Maringá. s.d. Disponível em <<https://drive.google.com/file/d/0B7PI-xV4lhWOSkk5NW5BN05uQW8/view>>. Acesso em 06 abr. 2016.

MARQUETTI, Fernanda Cristina. O suicídio e sua essência transgressora. **Psicol. USP**, São Paulo , v. 25, n. 3, p. 237-245, Dec. 2014. Disponível em:  
<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-65642014000300237&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-65642014000300237&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 01 abr. de 2016.

RIBEIRO, D. M. **Suicídio**: critérios científicos e legais de análise. Universidade Federal de Santa Catarina, 2003. Disponível em:  
<<http://egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/12595-12596-1-PB.pdf>>. Acesso em: 11 jun. de 2016.

SOCIEDADE PORTUGUESA DE SUICIDOLOGIA. Então que tipo de factores pode contribuir para alguém ter pensamentos suicidários? s.d. Disponível em:  
<"<http://www.spsuicidologia.pt/>">. Acesso em 4 abr. de 2016.

TEIXEIRA, Ricardo Rodrigues. Três fórmulas para compreender "O suicídio" de Durkheim. *Interface – Comunic., Saúde, Educ., Botucatu*, v. 6, n. 11, p. 143-152, ago. 2002. Disponível em:  
[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-32832002000200021&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-32832002000200021&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 01abr. de 2016.

---

TURECKI, Gustavo. O suicídio e sua relação com o comportamento impulsivo-agressivo. **Revista Brasileira de Psiquiatria**, v. 21, p. 18-22, 1999. Disponível em:  
<[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1516-44461999000600006&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1516-44461999000600006&script=sci_arttext)>. Acesso em 10 abr. 2016.

---

VOMERO, M. F. Por que uma pessoa se mata? **Super Interessante**, edição 184, jan. 2003. Disponível em: <<http://super.abril.com.br/comportamento/por-que-uma-pessoa-se-mata>>. Acesso em 15 abr. 2016.